



Cira Arqueologia

N.º 9



CÂMARA
MUNICIPAL

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira





Cira Arqueologia

N.º 9



C Â M A R A
M U N I C I P A L



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Presidente Fernando Paulo Ferreira

PELOURO DA CULTURA

Vereadora Manuela Ralha

COORDENAÇÃO GERAL

Direção Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Humano
Departamento de Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial
Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico
Museu Municipal de Vila Franca de Xira
Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira-CEAX

COORDENAÇÃO EDITORIAL

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA – CEAX

Laura Carolina Rosado
Sara Ferreira

TEXTOS

Ana Catarina Sousa
Ana Mendes
André Texugo
Carlos Pereira
Cátia Delicado
Daniel Carvalho
Fernando Paulo
Flávio Simões
Guilherme Cardoso
Íris Dias
João Gomes
João Pimenta
João Poiars
Jorge Lopes
Sónia Vicente
Telmo Gomes

REVISÃO DE TEXTOS

Laura Carolina Rosado
Sara Ferreira

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PROTOCOLO E REALAÇÕES INTERNACIONAIS

Patrícia Victorino

EDIÇÃO DIGITAL

DATA DA EDIÇÃO

Setembro de 2025

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores

Apresentação – Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

5

Centro de estudos arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX) – Uma década

11

// JOÃO PIMENTA

Novas evidências sobre as ocupações antigas da Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)

25

// CARLOS PEREIRA / TELMO GOMES / ÍRIS DIAS

O sítio do Castelo: resultados dos últimos trabalhos arqueológicos – Arruda dos Vinhos

51

// JORGE LOPES / GUILHERME CARDOSO / JOÃO POIARES / ANDRÉ TEXUGO LOPES / CÁTIA DELICADO
/ ANA CATARINA SOUSA

A fácies tardo-antiga da necrópole da Avenida 5 de Outubro (Santarém)

77

// JOÃO PEDRO GOMES

O Sítio arqueológico de São Simão – Um caso de estudo no território de Conimbriga

91

// SÓNIA VICENTE / ANA MENDES / FLÁVIO SIMÕES

Web Semântica aplicada à Arqueologia: Análise de dados estruturados através de SPARQL, DBpedia e Wikidata

101

// DANIEL CARVALHO

Revista Cira Arqueologia n.º 9

O CEAX prossegue a sua missão de estudo, investigação e divulgação dos mais antigos vestígios da ocupação humana no vale do Tejo. No âmbito desta atividade, foram apresentados, em 22 de novembro de 2024, dois volumes intitulados Monte dos Castelinhos e as Dinâmicas da Conquista Romana da Península de Lisboa e Baixo Tejo, da autoria de João Pimenta, antigo arqueólogo do Município e responsável pelo Projeto de Investigação MOCRATE – Monte dos Castelinhos e a Romanização do Baixo Tejo. Esta publicação resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UNIARQ), integrando a coleção Estudos & Memórias desta unidade de investigação.

Esses dois importantes volumes, que acrescentam conhecimento relevantíssimo no que diz respeito à presença romana no nosso território (e no Vale do Tejo em geral), garantem novas oportunidades e perspetivas para a investigação relativa à ocupação humana deste sítio arqueológico, situado na Castanheira do Ribatejo, Concelho de Vila Franca de Xira.

Recorde-se que, no volume 7 da Revista Cira Arqueologia tinha já sido adotada uma perspetiva alargada, contemplando sítios situados para além das atuais fronteiras administrativas municipais, com incidência sobre a Península de Lisboa e o vale do Tejo. A presente edição mantém esta orientação e amplia-a, incluindo igualmente o estudo de sítios noutros pontos do território nacional.

Por fim, sublinhe-se que a Arqueologia na atualidade não se restringe às escavações tradicionais. O recurso a metodologias e tecnologias inovadoras constitui, cada vez mais, um instrumento essencial para a investigação científica, o que se encontra igualmente refletido nos trabalhos publicados neste volume.

Na Arqueologia como na ciência e na vida, muito há ainda a descobrir e sistematizar. A nossa *Revista Cira Arqueologia*, em cada número, renova e demonstra esta premissa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
FERNANDO PAULO FERREIRA

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel. 263 280 350

museumunicipal@cm-vfxira.pt
sede@museumunicipalvfxira.org
www.museumunicipalvfxira.org
www.cm-vfxira.pt

Centro de estudos arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX) – uma década

JOÃO PIMENTA¹

RESUMO

O CEAX foi inaugurado em 2015 com a missão de estudar, valorizar e divulgar o património arqueológico de Vila Franca de Xira. Ao longo de dez anos, destacou-se pela realização de escavações, produção científica, exposições e programas educativos. Projetos como a Carta Arqueológica e o MOCRATE reforçaram a investigação local. O CEAX tornou-se também polo de apoio a trabalhos académicos em parceria com universidades. As exposições e atividades de mediação fortaleceram o elo com a comunidade.

ABSTRACT

CEAX opened in 2015 with the mission of studying, enhancing and disseminating Vila Franca de Xira's archaeological heritage. Over the course of ten years, it has stood out for its excavations, scientific production, exhibitions and educational programmes. Projects such as the Archaeological Charter and MOCRATE have strengthened local research. CEAX has also become a centre for supporting academic work in partnership with universities. Exhibitions and mediation activities have strengthened the link with the community.

1. Introdução

A 26 de setembro de 2015 foi inaugurado um novo e há muito aguardado equipamento cultural do Município, o Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX). No seu décimo aniversário, é o tempo adequado para um balanço, da fértil e frutífera atividade desenvolvida, mas também, de um ensaio conceptual do seu quadro programático.

O CEAX foi criado com o objetivo de promover o estudo, salvaguarda e valorização do património arqueológico do concelho de Vila Franca de Xira. Fruto de uma colaboração entre entidades locais, académicas e culturais, afirmou-se ao longo da última década como um núcleo dinâmico de investigação aplicada, intervenção no terreno e divulgação científica.

A criação do CEAX respondeu à necessidade de uma abordagem sistemática e científica à arqueologia local, numa região rica em vestígios que cobrem amplos períodos cronológicos, desde a Pré-história até à Época Contemporânea. O trabalho desenvolvido tem-se materializado em múltiplas frentes: campanhas arqueológicas, estudos de material, publicações, exposições e atividades educativas. Esta atuação tem contribuído para um conhecimento mais aprofundado da história local e regional, permitindo também a sensibilização da comunidade para a importância da preservação do seu património.

Este artigo prepõe-se a apresentar um balanço crítico da primeira década de atividade do CEAX, destacando as principais intervenções arqueológicas, os resultados científicos obtidos, as iniciativas de divulgação realizadas, e as publicações editadas no âmbito deste

¹ Técnico-Superior do Museu Nacional de Arqueologia (Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.) e UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.



projeto. Pretende-se, com este contributo, não só dar visibilidade ao trabalho realizado, como também refletir sobre os desafios enfrentados e as perspetivas futuras da arqueologia municipal em Vila Franca de Xira.

Não podemos deixar igualmente de frisar que as instituições são perenes, mas de alguma forma constituídas, ainda que conjunturalmente por equipas, por pessoas individuais e coletivas. Em 2022 o signatário abraçou outro desafio profissional. Sendo que subsequentemente, o meu colega e Amigo Henrique Mendes rumou, igualmente, para outros caminhos. Assim sendo, assiste-se a uma nova fase de vida deste ainda jovem equipamento que desejamos seja plena de sucessos.

Fig. 1 Inauguração do CEAX. Fotografia Hélder Dias.

Fig. 2 Visita guiada à Exposição “Arqueologia em Vila Franca de Xira. O desvelar de um património milenar”. Fotografia Hélder Dias.

2. Metodologia

O CEAX nasce com uma missão clara e estruturante: promover o estudo, a investigação e a valorização dos vestígios mais antigos da ocupação humana no vale do Tejo. Enquanto instituição de natureza científica e cultural, este novo equipamento constitui-se como um polo dinâmico para o desenvolvimento de múltiplas iniciativas no domínio da investigação e da divulgação do património arqueológico local.

Entre os projetos apontados e em curso em 2015, destacavam-se:

- A elaboração e publicação da Carta Arqueológica do concelho de Vila Franca de Xira, essencial para a sistematização e proteção do património;
- A continuidade e o incremento do projeto de escavação e investigação “Monte dos Castelinhos e a Romanização do Baixo Tejo” (MOCRATE);
- O apoio continuado a trabalhos académicos realizados por estudantes que investigam temáticas relacionadas com o território e acervo arqueológico local;
- A publicação da revista *CIRA Arqueologia*, dedicada à divulgação científica das coleções do Museu Municipal e dos resultados das investigações em curso;
- A organização de ciclos de conferências, seminários, congressos e mesas redondas, fomentando o diálogo interdisciplinar e a partilha de saberes.

As instalações do CEAX foram concebidas para acolher uma diversidade de funções: gabinetes de investigação, uma área expositiva, o serviço educativo e as novas reservas arqueológicas do Museu Municipal.

Esta última constitui uma resposta concreta a uma necessidade premente: centralizar e conservar, em condições adequadas, os diversos espólios e registos que até então se encontravam dispersos. Planeada segundo critérios museológicos contemporâneos, esta nova área de reservas permitia também a receção de futuras coleções. Inovadoramente, conceptualizou-se este espaço com o intuito de ser possível a sua visita, mediante marcação prévia, sendo as visitas acompanhadas por especialistas do museu.

Desde a génese deste projeto, foi prevista a criação de um serviço educativo específico, centrado na educação patrimonial, intitulado *ser arqueólogo por um dia*. Este programa promoveu a simulação de escavações arqueológicas, introduzindo os participantes aos conceitos, metodologias e práticas fundamentais da disciplina. Embora prioritariamente orientado para o público escolar da região, encontrava-se aberto a todos os interessados.

A área expositiva, de carácter temporário, inaugurou com a mostra “Arqueologia em Vila Franca de Xira: o desvelar de um património milenar”, que apresenta os resultados das principais escavações e estudos arqueológicos desenvolvidos no concelho nas últimas décadas. Entre os destaques estão as descobertas realizadas durante a construção do Museu do Neo-Realismo (nomeadamente um troço de estrada romana), no parque de Santa Sofia (povoado da Idade do Ferro) e no Monte dos Castelinhos (povoado romano). Outros sítios de relevo incluídos na exposição são o Dólmen do Monte de Serves, o povoado da Moita da Ladra (Vialonga), a *villa* Romana de Povos, o Senhor da Boa Morte, o Castelo de Povos (Vila Franca de Xira) e as intervenções realizadas na fortificação das Linhas de Torres, no Forte da Casa.

Ao conjugar investigação científica, conservação patrimonial e educação pública, o CEAX afirma-se como uma infraestrutura estratégica para o conhecimento e valorização da história arqueológica do território de Vila Franca de Xira, projetando-o no mapa nacional da investigação arqueológica.



Fig. 3 Decorrer da atividade *Ser Arqueólogo por um dia*.

3. Resultados

3.1. Intervenções arqueológicas

O CEAX teve sempre uma componente prática, à qual a sua localização não é inocente. A de servir de base logística e operacional de apoio ao projeto de investigação científica em Monte dos Castelinhos. A organização anual de campanhas de trabalhos arqueológicos programados na estação supracitada à luz de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que conferia a estes trabalhos a devida creditação no âmbito da licenciatura em Arqueologia, tinha uma série de pressupostos: por um lado os trabalhos de campo, por outro o tratamento dos espólios recolhidos, o seu tratamento, catalogação, desenho científico etc. Mas também, sessões de formação sobre a arqueologia no vale do Tejo, aulas de cerâmica romana, aulas de desenho científico, etc.. ou seja uma inerente componente formativa que era ministrada nas instalações do CEAX.

A par destas campanhas programadas, o CEAX continuou a assumir a realização da análise e pareceres de obras nos centros históricos do território do Município, assim como, todos os trabalhos inerentes de acompanhamento e de escavação daí decorrentes. A lista é vasta e encontra-se plasmada no arquivo do CEAX em centenas de documentos e nos inerentes Relatórios dos trabalhos realizados.

Entre as intervenções arqueológicas efetuadas nestes 10 anos, destaca-se as intensas campanhas de prospeção do território conducentes à publicação da Revisão da Carta arqueológica de Vila Franca de Xira.



Fig. 4 Equipa do Campo de Trabalhos Arqueológicos de Monte dos Castelinhos em 2018.

Fig. 5 Aula de desenho arqueológico ministrada no CEAX por Inês Conde no âmbito do Campo de Trabalhos Arqueológicos de Monte dos Castelinhos.



Recorde-se que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, seguindo as funções museológicas definidas pelo Concelho Internacional dos Museus, iniciou nos anos oitenta um conjunto de inventários, entre os quais se destaca o primeiro gizar da Carta Arqueológica, da responsabilidade do nosso colega Rui Parreira.

Este trabalho de levantamento do património arqueológico e construído do Concelho revestiu-se de diversos aspetos, que incluíram a pesquisa documental, o inquérito oral, a batida de campo, a realização de sessões de sensibilização junto das populações e o lançamento de um inquérito entre os agentes socioculturais.

Em 2006 no âmbito do Projecto candidatado ao Programa Operacional da Cultura: «Conhecer o património de Vila Franca de Xira. Património móvel e imóvel» Inventariação, Digitalização e Divulgação do Património Arqueológico, realizaram-se novos trabalhos de campo. Foram efetuados trabalhos por parte da pela Empresa Era-Arqueologia, S.A. em finais de 2006 inícios de 2007, da responsabilidade de Sandra Brazuna, assim como, por parte do signatário em colaboração com Henrique Mendes, no âmbito das suas funções enquanto arqueólogos municipais.

Contudo apesar dos resultados auspiciosos que conduziram à descoberta de novas e insuspeitas realidades, estes avanços não foram corolados com a adequada publicação, tendo permanecido sobre a forma de Relatório.

No seguimento destes trabalhos em 2016 foi apresentado o pedido para a realização de trabalhos de prospeção arqueológica seletivos, conducentes à revisão da Carta Arqueológica existente e futura publicação de um novo documento.

O objetivo base deste documento era elaborar uma compilação atualizada dos dados disponíveis sobre a presença humana no nosso território e um inventário atualizado e georreferenciado de sítios/estações arqueológicas.

Pretendeu-se que este volume fosse uma ferramenta de trabalho de gestão do território decisiva na proteção, divulgação e exploração turística, dos recursos finitos relativos ao arquivo do passado, constituídos pelos arqueossítios.

Por último os resultados deste projeto permitem aduzir uma leitura da evolução da ocupação humana no território de Vila Franca de Xira desde as primeiras comunidades de caçadores recolectores Paleolíticos até aos dias de hoje.

Do ponto de vista de metodologia desenvolveu-se dois planos distintos:

Um inicial, de compilação de toda a informação existente, dispersa na bibliografia, em arquivo, e em Relatórios depositados na então designada Direcção Geral do Património Cultural.

Um segundo de batida de campo. Correspondendo a trabalhos de prospeção arqueológica do território do Município, destinados a detetar novos sítios arqueológicos.

Paralelamente à publicação dos resultados propôs-se desde logo desenvolver uma plataforma de consulta e gestão destes dados em ambiente SIG.

Os resultados do esforço realizado materializaram-se na publicação em livro da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, com prefácio de Rui Parreira e posfácio de Carlos Fabião (Pimenta e Mendes, 2016). A par da disponibilização no site da Câmara Municipal de uma página SIG com toda a informação sobre os sítios arqueológicos, sua planimetria e com múltiplos conteúdos que não cabiam no livro em si, este trabalho foi desenvolvido em colaboração com o colega André Landeck.



Fig. 6 Apresentação pública da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira a 10 de Fevereiro de 2017 no auditório do Museu do Neo-Realismo.

3.2. Produção científica

A constituição e conceptualização do CEAX associaram uma instalação de excelência, dotada de todas as condições de trabalho, a uma localização singular, da qual muito beneficiou. A localidade das Cachoeiras, perto do centro de Vila Franca de Xira, mas implantada no mundo rural, permitiu uma concentração absoluta, focada, direccionada.

Ainda que não possa ser mensurável muito do trabalho aqui desenvolvido. Os dados de produção científica que aqui enumeramos materializam muita da investigação produzida em publicações em conferências, em exposições e em cursos.

3.2.1. Publicações

LIVROS

- 1) PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *Revista CIRA Arqueologia* n.º 4. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX.
- 2) FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Union Académique Internationale / Academia das Ciências de Lisboa. Corpus Internationale des Timbres Amphoriques (Fascicule 19). Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).
- 3) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).
- 4) PIMENTA, J. (Coord.) (2016/2017) – *Revista CIRA Arqueologia* n.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX
- 5) PIMENTA, J. (Coord.) (2018) – *Revista CIRA Arqueologia* n.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX
- 6) PIMENTA, J. (Coord.) (2019) – *Revista CIRA Arqueologia* n.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX
- 7) PIMENTA, J. (Coord.) (2021) – *Revista CIRA Arqueologia* n.º 8. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX

CAPÍTULOS DE LIVROS

- 1) PIMENTA, J.; FERREIRA, M.; CABRITA, A. C. (2016) – The Roman Kilns at Estrada da Parvoíce, Alcácer do Sal (Portugal). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Edited By Inês Vaz Pinto, Rui Roberto de Almeida and Archer Martin. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10. England, pp. 73-79.
- 2) VALONGO, A.; PIMENTA, J. (2018) – Os achados arqueológicos. *31 Cordão Lisboa. Um edifício com história*. Eon. Industrias Criativas, pp. 74-117.
- 3) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2019) – A escavação arqueológica do Museu do Neo-Realismo. Um percalço inesperado na edificação de um novo espaço. In *Catálogo da Exposição “Um Edifício, Muitos Museus. Alcino Soutinho e o Museu do Neo-Realismo”* Coordenação de Helena Barranha: Museu do Neo-Realismo, pp. 16-31.
- 4) PIMENTA, J. (2019) – Os primórdios da implementação romana em *Olisipo. Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, pp. 112-123.
- 5) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2019) – De *Olisipo* a *Scallabis*. O povoamento romano do Baixo Tejo e a sua articulação com o núcleo de *Ierabriga*. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Caleidoscópio, pp. 42-53.
- 6) TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PIMENTA, J.; DUARTE, S.; COELHO-SOARES, A.; PEREIRA, T. R. (2021) – Ocupação do período romano Republicano dos setores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): um balanço. In CARDOSO, G.;

- NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, pp. 134-149.
- 7) FILIPE, V.; PIMENTA, J.; ALMEIDA, R. (2021) – Importação de Alimentos. *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*. *Caleidoscópio*, pp. 113-126.
 - 8) VIEGAS, C.; FILIPE, V.; PIMENTA, J. (2021) – Rotas comerciais (comércio interno e externo). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. c, pp. 127-140.
 - 9) SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; PIMENTA, J.; PEREIRA, T. R.; DUARTE, S.; COELHO-SOARES, A.; DETRY, C.; SORÍA, V. (2021) – O Castro de Chibanes nos meandros da conquista romana. In PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P.; MORILLO, Á.; FABIÃO, C.; CHAVES, F. (eds.), *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. Lisboa: UNIARQ, pp. 275-290.
 - 10) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2021) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Uma Fundação romana republicana *Ex Novo* no Baixo Tejo. In PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P.; MORILLO, Á.; FABIÃO, C.; CHAVES, F. (eds.), *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. Lisboa: UNIARQ, pp. 293-306.
 - 11) PIMENTA, J. (2021) – O Vale do Tejo como eixo da conquista romana da fachada Atlântica: Entre Bruto e César. In PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P.; MORILLO, Á.; FABIÃO, C.; CHAVES, F. (eds.), *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. Lisboa: UNIARQ, pp. 309-326.
 - 12) SOUSA, E.; PIMENTA, J.; ARRUDA, A. M. (2021) – A produção de ânforas na costa atlântica: o caso do estuário do Tejo. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F.; SÁEZ ROMERO, A. M. (Coord.) *Las Ánforas Turdetanas. Actualización tipológica y nuevas perspectivas*. SPAL Monografías Arqueología XXXIX: Editorial Universidad de Sevilla, pp. 273-288.
 - 13) PIMENTA, J. (2021) – As ânforas de Chibanes. In TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (Coord.). *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. Setúbal Arqueológica. Vol. 20: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/ Associação de Municípios da Região de Setúbal, pp. 229-278.

ARTIGOS

- 1) SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; VALÉRIO, P.; PIMENTA, J. (2015) – Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 11-18.
- 2) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015) – Casal dos Pegos I e o povoamento orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 19-54.
- 3) FABIÃO, C.; PEREIRA, T.; PIMENTA, J. (2015) – Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 110-150.
- 4) PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FERREIRA, M. (2015) – Acerca da dinâmica económica do Porto de *Urbs Imperatoria Salacia*: O estudo das ânforas. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 151-170.

- 5) MENDES, H.; PIMENTA, J. (2015) – Uma colecção de púcaros quinhentistas de Vila Franca de Xira. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 187-208.
- 6) PIMENTA, J.; SOUSA, E.; AMARO, C. (2015) – Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18, pp. 161-180.
- 7) SIANTO, L.; TEIXEIRA-SANTOS, I.; CHAVES, S.M.; CUNHA, D.; GONÇALVES, D.; PEREIRA, P.; GODINHO, M.; MATIAS, A.; MATOS, V.; LEITÃO, S.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; LOURENÇO, A. M.; ROCHA, A.; SANTOS, A. L. (2015) – Contribution of parasitological examinations to paleopathology: first results obtained in Portugal (8th-20th centuries AD). *Journal of Paleopathology*. 25. Supplement, pp. 57-60.
- 8) PIMENTA, J. (2016) – Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX) apresentação de um novo equipamento cultural. *Al-madan*. II Série. Centro de Arqueologia de Almada. 20 de Janeiro de 2016, pp. 231-232.
- 9) ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). Glass beads from Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra dos Magos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología da Universidade Autónoma de Madrid*. 42, pp. 79-101.
- 10) SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016/2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Cira – Arqueologia* N.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 9-32.
- 11) DETRY, C.; PIMENTA, J. (2016/2017) – Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: excavations at the Neo-Realism Museum. *Cira – Arqueologia*. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 238-259.
- 12) PIMENTA, J.; MENDES, H.; CORREIA, M. (2016/2017) – Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados. *Cira – Arqueologia* N.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 207-237.
- 13) ARRUDA, A.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SOARES, R.; MENDES, H. (2017) – Fenícios e Indígenas em contacto no Estuário do Tejo. *Ophiusa*, pp. 79-90.
- 14) ENCARNACÃO, J. de; PIMENTA, J. (2017) – 615 – Fragmento de placa romana em Castanheira do Ribatejo (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico* (Suplemento de «Conímbriga»). 154. Inscrições 614-616.
- 15) PIMENTA, J. (2017) – Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. (Fabião, C., Raposo, J., Guerra, A. y Silva, F. Eds.). Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, pp. 195-205.
- 16) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – Marcas de ânforas Lusitanas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. (Fabião, C., Raposo, J., Guerra, A. y Silva, F. Eds.). Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, pp. 341-350.

- 17) ARRUDA, A.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SOARES, R.; MENDES, H. (2017) -Phéniciens et Indigènes en Contact à L'Embouchure du Tage, Portugal. *Folia Phoenicia*. 1. *From The Mediterranean to the Atlantic: People, Goods and Ideas Between East and West*. 8th International Congress of Phoenician and Punic Studies. Pisa. Roma, pp. 243-251.
- 18) SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2017) – Produções Cerâmicas de Inspiração Grega no Vale do Baixo Tejo. In *Arqueologia Em Portugal. 2017 – Estado da Questão. Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2017)* (Arnaud, J. M., Martins, A. Eds): Lisboa, pp. 887-895.
- 19) SILVA, R. B. da; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – As «Marcas de Oleiro» na *Terra Sigillata* de Vale de Tijolos (Almeirim) e as Dinâmicas Comerciais no *Ager Scallabitanvs* durante o Principado. *Arqueologia Em Portugal. 2017 – Estado da Questão. Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2017)* (Arnaud, J. M., Martins, A. Eds): Lisboa, pp. 1205-1217.
- 20) PIMENTA, J.; RIBERA I LACOMBA, A.; SORIA, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di Olisipo e Valentia (140–130 a.C.). *Rei CretariÆ RomanÆ Favtorvm*. Acta 45, pp. 1-11.
- 21) ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; DETRY, C.; GOMES, J. (2018) – Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e narrativas. *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología*. N.º 27. 2: Departamento de Prehistoria y Arqueologia. Faculdade de Geografia e Historia. Univesidad de Sevilla. Sevilha, pp. 201-227.
- 22) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA Arqueologia* N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, pp. 127-178.
- 23) PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; HENRIQUES, E.; ARRUDA, A. (2018) – A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *CIRA Arqueologia*. N.º 6: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 9-49.
- 24) SANTOS, A. B.; PEREIRA, A.; GOMES, J.; MONTEIRO, N. PIMENTA, J.; MENDES, H.; DETRY, C. (2018) – Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *CIRA Arqueologia* N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 100-126.
- 25) DETRY, C.; CARDOSO, J. L.; HERAS MORA, J.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M.; SILVA, A. M.; PIMENTA, J.; FERNANDES, I.; CARLOS, F. (2018) – Did the Romans introduce the Egyptian mongoose (*Herpestes ichneumon*) into the Iberian Peninsula? *The Science of Nature* (2018) 105:63.
- 26) ALMEIDA, R.; PIMENTA, J. (2018) – Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Revista Onuba*. N.º 6, pp. 3-56.
- 27) GOMES, S. S.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Lead provenance of Late Roman Republican artefacts from Monte dos Castelinhos archaeological site (Portugal): Insights from elemental and isotopic characterization by Q-ICPMS. *Microchemical Journal*. N.º 141 (2018), pp. 337-34.
- 28) PIMENTA, J.; SILVA, R. B. da (2019) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Centro de Saúde de Alhandra. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 254-260.
- 29) PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2019) – O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação protohistórica da margem esquerda do

- estuário do Tejo. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 7-32.
- 30) MENDES, H.; GONÇALVES, D.; PIMENTA, J. (2019) – A intervenção arqueológica do Centro de Saúde de Alhandra: espaço de culto e morte do século XVIII. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 112-230.
- 31) PIMENTA, J.; MENDES, H.; CONDE, I.; FERREIRA, N. (2019) – As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I – O sítio de Quinta de Meca. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 60-93.
- 32) RODRIGUES, M. PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal). *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, pp. 34-59.
- 33) PIMENTA, J.; TAVARES da SILVA, C.; SOARES, J. PEREIRA, T. R. (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*. N.º 3. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 45-79.
- 34) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2019) – Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) a campanha de escavações de 2018. *Al-madan* online. N.º 22. Tomo 3, pp. 159-161.
- 35) PIMENTA, J. (2020) – Antes do teatro. A cidade de *Olisipo* no período romano republicano. *Scaena*. Lisboa: Museu de Lisboa. Teatro Romano, pp. 45-61.
- 36) SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO-ALEJOS, A. (2016/2017) – Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal). *Spal* 29.1, pp. 129-156. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.05>.
- 37) MELO, A.; PIMENTA, J. (2020) – Uma nova leitura do espólio das escavações de Leite de Vasconcelos no “Castro” de Pragança, Cadaval. Evidências de uma ocupação da I Idade do Ferro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 26. Oeiras, Câmara Municipal, pp. 77-104.
- 38) PIMENTA, J. (2020) – Antes do teatro. A cidade de *Olisipo* no período romano republicano. *Scaena*. Lisboa: Museu de Lisboa. Teatro Romano, pp. 45-61.
- 39) PIMENTA, J.; GUAPO, A. R.; LUNA, I.; ROBALO, C. (2020) – A necrópole Pré-romana da Berbelita, Alenquer. *Al-Madan*. 2.ª Série. 23 de Novembro de 2020: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 6-39.
- 40) SIMÃO, I.; PINTO, M.; PIMENTA, J.; FERREIRA, S.; BARGÃO, A.; SILVA, R. B. da (2020) – Os Cachimbos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Mesquitela e Convento dos Inglesinhos (Lisboa). In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (Coord.). *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1761-1773.
- 41) SILVA, R. B. da.; PIMENTA, J.; AMARO, C. (2020) – Cachimbos de barro caulínico da Sé da Cidade Velha (República de Cabo Verde). In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (Coord.). *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1787-1799.
- 42) FONTE, J.; PIMENTA, J.; PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M. (2020) – Revisitando os Chões de Alpompe com técnicas de detecção remota: novas evidências sobre os siste-

mas defensivos Romano-Republicanos. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid – CUPAUAM*. N.º 46: Madrid, pp. 215-238.

- 43) PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2021) – As lucernas romanas alto-imperiais de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Oppidum*. N.º 17. Cuadernos de Investigación / IE Universidad: Unidad de Arqueología Segovia, pp. 117-148.
- 44) PIMENTA, J. (2021) – Recensão a CURRÁS REFOJOS, Brais Xosé – Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisaje del baixo Miño, *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, Vol. XXXV, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Conceção Grafica Estudios Gráficos Europeos S.A, 2019, 541 páginas ilustradas, ISBN: 978-84-00-10592-1. *Conimbriga*, 60, 331-336. https://doi.org/10.14195/1647-8657_60_9
- 45) PIMENTA, J.; MOTA, N.; BAPTISTA, J. (2021) – O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (16-20) – Lisboa. *II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. CAL, pp. 31-81.
- 46) PIMENTA, J.; MENDES, H. (2022) – A importação de ânforas do Tipo Urceus em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira. *Ophiussa*. N.º 6. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 127-142.
- 47) PIMENTA, J. (2022) – “Early contexts of the military roman conquest. The Atlantic coast of the *ulterior* province”. *Treballs d’Arqueologia*, 25, pp. 13-39. DOI: 10.5565/rev/tda.137

DIVULGAÇÃO

- 1) PIMENTA, J. (2015) – *Arqueologia em Vila Franca de Xira. O desvelar de um passado milenar*. Brochura da Exposição Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX.
- 2) PIMENTA, J. (2017) – *Do Tejo à Montanha da Montanha às lezírias. A descoberta de uma paisagem milenar*. Brochura da Exposição Do Tejo à Montanha. Núcleo do Mártir Santo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- 3) CALADO, M.; FILIPE, V.; PIMENTA, J.; FERNANDES, L. (2021) – Antes do Teatro: A encosta meridional de Lisboa na Idade do Ferro In *Guia Museu de Lisboa Teatro Romano*. Lisboa, pp. 18-35.

3.2.2. Participações em Congressos e Encontros

- 1) 10 e 11 de dezembro de 2015 – International Workshop. A “Family Business...”: The Ovoid Amphorae in the Central and Western Mediterranean. Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla (Sevilla, Spain) – Museo Histórico Municipal de San Fernando (San Fernando, Spain). Participação com a comunicação: “Difusión de ánforas ovoides itálicas, africanas e hispanas en el Atlántico: algunos casos emblemáticos de la Lusitania”. O signatário em colaboração com: Rui Roberto de Almeida e Victor Filipe.
- 2) 19 a 21 de novembro de 2015 – Congresso Nova Lisboa Medieval. Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Participação com

a comunicação: Tapada da Ajuda (Lisboa): Revisão crítica das cronologias e do significado de um sítio arqueológico do território Olisiponense. Em colaboração com: Rodrigo Banha da Silva e Sílvia Casimiro.

- 3) 22 a 24 de abril de 2016 – Congresso internacional “*Cultura material romana en la Hispania Republican: contextos privilegiados y estado de la cuestión*”, em Lezuza – Albacete – España. Participação com a conferência: Los Contextos materiales relacionados con las fundaciones de Olisipo y Valentia. O signatário em colaboração com Albert Ribera I Lacomba.

E com o póster: O *facies* de destruição do povoado de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um episódio de conflito militar no extremo ocidente, da província da *Ulterior*. Em colaboração com Henrique Mendes.

- 4) 25 de setembro a 2 de outubro de 2016 – 30th Congress of Rei Cretariae Romanae Fautores. New Perspectives on Roman Pottery: Regional Patterns in a Global Empire. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Museu Nacional de Arqueologia. Participação com a conferência: Las cerámicas de barniz negro de los niveles de fundación de Olisipo y Valentia (140-130 a.C.). Em colaboração com Albert Ribera I Lacomba e Vincenzo Soria.
- 5) 7, 8, 14 e 15 de outubro de 2016 – Jornadas Arqueológicas da Região de Setúbal, realizado no Espaço Memória Barreiro e no Fórum do Seixal. Participação com a conferência: “Em torno da conquista romana do Vale do Tejo. Novos e velhos dados.”
- 6) 12 de novembro de 2016 – Workshop Las ánforas turdetanas “tipo macareno” cuarenta años después: actualización tipológica y nuevas perspectivas. Hacienda Santa Cruz La Rinconada (Sevilha). Participação com a conferência: “As ânforas pré-romanas do estuário do Tejo”. Em colaboração com Ana Margarida Arruda e Elisa de Sousa
- 7) II Encontro de Arqueologia de Lisboa de 2018. Arqueologia em meio urbano. 22 a 24 de março. Teatro Aberto – Lisboa. Participação com a comunicação: “O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) – Lisboa.”
- 8) 1 e 2 de setembro de 2018 – Congresso Internacional “As Linhas Defensivas entre o século XVII e Napoleão. Proença-a-Nova. Participação com a Conferência: “Escavação arqueológica da obra militar n.º 38 do sistema defensivo das Linhas de Torres – Forte da Casa -Vila Franca de Xira – 2010”.
- 9) 22 a 25 de novembro de 2018. II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Participação com duas comunicações: “As «Marcas de Oleiro» na *Terra Sigillata* de Vale de Tijolos (Almeirim) e as Dinâmicas Comerciais no *Ager Scallabitanvs* durante o Principado.” Em colaboração com Rodrigo Banha da Silva e Henrique Mendes. E – “As Produções Cerâmicas de Inspiração Grega no Vale do Baixo Tejo.” Em colaboração com Elisa de Sousa.
- 10) 13 de dezembro de 2018 – Arqueologia em Construção IV. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Participação com a conferência – “Projecto Mocrate – Monte dos Castelinhos e a romanização do Baixo Tejo.”
- 11) 17 a 20 de dezembro de 2018. Congresso Internacional de Arqueologia *Ex Baetica Amphorae II*, Universidade de Sevilha. Participação com a Conferência: “As ânforas da *Ulterior/Bética* do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal.”

- 12) 22 de fevereiro de 2019. Palestra na Biblioteca de Almeirim inserida no Ciclo Clientes de Cultura, com o título “A Eira da Alorna Almeirim: As ocupações pré e proto-históricas.”
- 13) 23 de março de 2019. Jornadas Históricas de Porto de Mós. Porto de Mós: Tempo, espaço e memória. Participação com a comunicação – “O território de Porto de Mós em época romana”.
- 14) 9 de abril de 2019. Dia do Investigador do Museu Nacional de Arqueologia. Sessão temática: A Gália na Lusitânia. Participação com a comunicação – “O Monte dos Castelinhos e o processo de conquista e romanização do vale do Tejo: Os dados das antigas escavações nos castros de Pragança (Cadaval) e Chibanes (Palmela).”
- 15) 15 de junho de 2019. Ciclo de Conferências comemorativas dos 25 anos da Exposição Lisboa subterrânea – Lisboa Não é só Subterrânea – Salão Nobre do Museu Nacional de Arqueologia. Com a conferência – “O porto de Olisipo no processo de conquista romana do ocidente peninsular”.
- 16) 23 de agosto de 2019 – Campo Arqueológico de Proença-a-Nova – Participação com a conferência – “As dinâmicas de implantação romana no Vale do Tejo: entre as comunidades indígenas da Idade do Ferro e o desenho da província romana da Lusitânia.”
- 17) 15 a 19 de outubro de 2019 no 7th Internacional Conference on Late Roman Coarse Wares – LRCW7. The End of Late Roman Pottery. The Last centuries at the cross-roads. Valência – Riba-Roja de Túria. Participação com o poster “Ánforas globulares tardías del “Tipo Vigo”: tipología y caracterización petrográfica”. Em colaboração com Leandro Fantuzzi, Adolfo Fernández, Miguel Ángel Cau Ontiveros, Rodrigo Banha e José C. Quaresma.
- 18) 3 a 5 de dezembro de 2019 Seminário Internacional De *Ilipa a Munda*. Guerra y conflicto en el sur de Hispania. Universidade de Sevilha. Participação com duas conferências: “O Vale do Tejo como eixo da conquista romana da fachada atlântica: entre Bruto e César” e “Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Uma fundação romana republicana *Ex Novo* no baixo Tejo.”
- 19) III Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses realizado em Lisboa e Porto nos dias 19 e 22 de Novembro de 2020. Participação com duas comunicações: “Os Cachimbos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Mesquitela e Convento dos Inglesinhos (Lisboa) e “Cachimbos de barro caulínico da Sé da Cidade Velha (República de Cabo Verde).
- 20) III Encontro de Arqueologia de Lisboa. Realizado no Teatro Aberto em 18 e 19 de novembro de 2021. Participação com uma comunicação: “Os objectos singulares seiscentistas do Beco do Espírito Santo (Santa Maria Maior) e a expressão material dos pescadores e mareantes lisboetas de Alfama.”
- 21) Mesa-Redonda Digital EuroWev – Portugal. Fiar, Tecer, Tingir e Coser Perspectivas interdisciplinares sobre os têxteis históricos em Portugal. Dia 15 e 16 de setembro de 2021. Participação com a comunicação: “Reflexão sobre as actividades têxteis em época romana no Baixo Tejo.”

3.2.3. Apoio a trabalhos académicos:

Desde o início do CEAX o apoio à comunidade educativa nos seus diversos patamares foi assumido como uma importante premissa. Assim sendo, estreitaram-se relações com os públicos escolares, a par do mundo académico. Se com a Faculdade de Letras da Uni-

Fig. 7 Assinatura do protocolo com o Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no dia 10 de Fevereiro de 2017, com a presença do Sr. Diretor da Universidade Nova Professor Doutor Francisco Caramelo e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira Alberto Mesquita. Fotografia de Vítor Cartaxo.



versidade de Lisboa já existia uma estreita colaboração fruto de um protocolo assinado em 2010, decidiu-se que seria de aprofundar as relações com as restantes Universidades de Lisboa.

Foi no âmbito dessa premissa, que se estabeleceu um protocolo de colaboração com o Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo o mesmo sido assinado no dia 10 de Fevereiro de 2017, com a presença do Sr. Diretor da Universidade Nova Professor Doutor Francisco Caramelo.

Fruto imediato deste protocolo foi a realização em estreita articulação com o CEAX de diversos estudos no âmbito de trabalhos de licenciatura e de mestrado da qual destacamos duas dissertações de mestrado que incidiram sobre vertentes distintas mas complementares das coleções.

O trabalho da aluna Beatriz Toste. Com a Tese: “Inventário de colecções Arqueológicas: estágio do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX)”. Realizado como estágio curricular no âmbito do Mestrado em Arqueologia. Com orientação do Professor Doutor André Teixeira e do signatário. Este projeto permitiu reorganizar, sistematizar, rever e informatizar a reserva de arqueologia do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa onde foi defendido a 5 de junho de 2019.

Eva Pires com a Tese de Mestrado “O sítio Ateneu Artístico Vilafranquense (Vila Franca de Xira): contributo para o conhecimento do quotidiano nos séculos XV e XVI”. Mestrado em Arqueologia. Orientação do Professor Doutor André Teixeira e da Doutora Sónia Gabriel. Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde foi defendido a 5 de Junho de 2019.

3.3. Exposições e atividades de divulgação

Um dos pilares conceptuais da criação do CEAX, no enquadramento do organigrama da estrutura do Museu Municipal de Vila Franca de Xira era a materialização dos seus resultados científicos nas narrativas expositivas. Desde cedo ficou claro, na filosofia que nos norteou no CEAX que tão importante como a publicação dos resultados científicos em revistas da especialidade, mas apenas lidas pelos nossos pares, era a realização de um trabalho com a comunidade e que este pode passar por diversas mediações. Trabalho de mediação, esse que é essencial para os novos conhecimentos sobre o território serem aportados aos conteúdos escolares.

Uma das grandes iniciativas que o CEAX pode desenvolver nesta década, que ora se celebra, foi materializar com a publicação da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira os seus principais resultados numa grande Exposição que abriu ao público a 20 de maio de 2017 no Núcleo Museológico do Mártir Santo, intitulada de forma poética “Do Tejo à Montanha da montanha às Lezírias. A descoberta de uma paisagem milenar”. Apesar de inicialmente de cariz temporário o seu sucesso com os múltiplos públicos conduziu a que fosse prolongada até ao ano de 2024.

4. Considerações Finais

A primeira década de existência do CEAX revelou-se uma etapa notável de afirmação institucional, consolidação científica e integração no tecido cultural e académico do concelho de Vila Franca de Xira. Através da investigação, da preservação patrimonial e da mediação com a comunidade, construiu-se um percurso ímpar, que traduziu em ações concretas a missão original do Centro.

Este balanço não assinala, contudo, um ponto de chegada, mas sim uma base sólida para novos caminhos. A arqueologia contemporânea exige hoje abordagens cada vez mais interdisciplinares, sustentadas na tecnologia, na internacionalização e na participação cidadã. Por isso, propõe-se que o CEAX, nesta nova etapa, reforce o seu papel enquanto plataforma de articulação entre investigação aplicada, ensino superior, inovação digital e educação patrimonial.

A consolidação de redes de colaboração nacionais e internacionais, o investimento em programas de ciência aberta e de envolvimento comunitário, bem como a criação de novas narrativas expositivas inclusivas e acessíveis, poderão ser eixos estruturantes de um novo ciclo. Só assim será possível garantir que este equipamento, embora jovem, se afirme como uma referência no panorama arqueológico português – um lugar onde o passado é continuamente relido à luz dos desafios do presente e das possibilidades do futuro.

Importa, por isso, que o CEAX continue a merecer o apoio estratégico do Município, quer ao nível técnico e logístico, quer no enquadramento das suas ações nos instrumentos de planeamento cultural, educativo e turístico do concelho. Só através dessa visão integrada será possível garantir a continuidade de um projeto que, mais do que celebrar o passado, prepara o futuro com conhecimento, responsabilidade e ambição.

5. Referências bibliográficas

- PIMENTA, J. (2016) – Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX) apresentação de um novo equipamento cultural. *Al-madan*. II Série. Centro de Arqueologia de Almada. 20 de Janeiro de 2016, pp. 231-232.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).
- PIRES, E. (2019) – *O sítio Ateneu Artístico Vilafranquense (Vila Franca de Xira): contributo para o conhecimento do quotidiano nos séculos XV e XVI*. Mestrado em Arqueologia. Orientado pelo Professor Doutor André Teixeira e Doutora Sónia Gabriel. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- TOSTE, B. (2019) – *Inventário de colecções Arqueológicas: estágio do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Orientado pelo Professor Doutor André Teixeira e Doutor João Pimenta. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Novas evidências sobre as ocupações antigas da Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)

CARLOS PEREIRA¹

TELMO GOMES²

ÍRIS DIAS³

RESUMO

A realização de trabalhos arqueológicos na Rua de Palha Blanco, na Castanheira do Ribatejo, conduziu à identificação de realidades arqueológicas dos períodos Romano, Moderno e Contemporâneo. Os vários achados correspondem a novos dados sobre a ocupação humana na área em estudo, com especial enfoque na ocupação Romana.

Na área de incidência do projecto o desconhecimento sobre a presença Romana era uma realidade que estes trabalhos vieram alterar. Destaca-se a descoberta de importante espólio arqueológico, em especial material cerâmico e faunístico, que apontam para uma ocupação situada entre os séculos II e III d. C., podendo estender-se até ao século V d. C. Ainda que tenham surgido muitos materiais em contexto secundário, foi possível registar pelo menos uma área onde a presença *in situ* é uma realidade a ter em conta.

Também para os períodos Moderno e Contemporâneo os trabalhos documentaram espólio e estruturas que confirmam a ocupação da área nesses momentos, sendo de evidenciar novos vestígios que confirmam a existência da antiga ermida de S. Sebastião. Esta situação coloca em evidência a importância deste tipo de trabalhos em contextos urbanos.

As dificuldades decorrentes do tipo de intervenção, muito circunscrita em área de afetação e devido à existência de realidades truncadas por empreitadas recentes, não permitiram alargar os conhecimentos em algumas zonas. Contudo, permitiu registar inúmeros vestígios do passado, que demonstram a importância do local, situação que deverá ser tida em atenção em futuros trabalhos.

PALAVRAS-CHAVE

Período Romano; período Moderno; cerâmicas; ânforas; *terra sigillata*; Ermida de São Sebastião.

ABSTRACT

Archaeological work on Rua de Palha Blanco in Castanheira do Ribatejo resulted in the discovery of archaeological finds from the Roman, Modern, and Contemporary periods. The different discoveries gave new information on human occupation in the area under investigation, with a particular emphasis on Roman vestiges.

These activities have changed the reality of ignorance regarding the Roman presence in the project area. The finding of significant archaeological remains, particularly ceramic and faunal material, is noteworthy since it suggests a habitation that lasted from the second to the third century AD and may have continued until the fifth

1 Universidad de Valladolid.

2 Técnico Superior de Arqueologia nos SMAS de Leiria.

3 UNIARQ – Universidade de Lisboa.

century. It was feasible to document at least one place where the presence *in situ* is a reality to be taken into consideration, even though numerous materials were discovered in a secondary context.

Additionally, this work recorded structures and remains that attest to the area's occupation during the Modern and Contemporary periods, as well as new remains that attest to the former hermitage of St. Sebastian's existence in the vicinity. The significance of this kind of archaeological monitorization in urban settings is highlighted by this circumstance.

We were unable to expand our knowledge in certain areas due to the challenges posed by the type of intervention, which was highly limited in area and because most contexts had been destroyed by recent construction works. Nonetheless, it has enabled the documentation of a multitude of historical remnants that illustrate the significance of the place, a circumstance that ought to be included in subsequent archaeological works.

KEYWORDS

Roman period; modern period; ceramics; amphorae; terra sigillata; hermitage of St Sebastian.

1. Introdução

Os trabalhos de arqueologia realizados no âmbito do projecto de “*remodelação da rede de abastecimento de água e saneamento na Rua de Palha Blanco (parte), na Castanheira do Ribatejo*” (acrónimo RPB-CR22), em Vila Franca de Xira, permitiram a recolha e o registo de novas evidências sobre as ocupações antigas e modernas da vila da Castanheira do Ribatejo. A intervenção decorreu em parte da Rua de Palha Blanco, concretamente desde a zona da galeria do rio, coincidente com a intersecção com a Rua João Batista Correia, até ao n.º 236 (Fig. 1). Até esse local as infra-estruturas já haviam sido renovadas, tendo decorrido o acompanhamento arqueológico a cargo da empresa ERA Arqueologia S.A. (Silva e Cabaço, 2021). A obra teve como objectivo geral a reabilitação das redes de infra-estruturas existentes, nomeadamente de abastecimento de água, de saneamento e de pluviais.

A área em estudo está geologicamente individualizada como planície aluvial do Tejo (Zbyszewski, 1965, p. 5), que abrange Vila Nova da Rainha, Castanheira do Ribatejo e Vila Franca de Xira. Denota-se a presença de níveis de aluvião e depósitos de terraços do Quaternário (Fig. 2). As aluviões relacionam-se com a linha da água existente na zona, a Ribeira da Castanheira, afluente do Rio Tejo, que corre ao longo da Rua João Batista Correia e atravessa a Rua de Palha Blanco. Os depósitos de terraços estendem-se ao longo desta rua, estando relacionados com antigos “terraços do Tejo e de alguns afluentes” (Zbyszewski, 1965, p. 7), situação que pode justificar a presença dos vestígios encontrados nesta zona.

A presença humana nesta área está comprovada desde a Pré-história. Na zona mais baixa têm aparecido vestígios arqueológicos do período Paleolítico. No entanto, os vestígios arqueológicos mais abundantes são de períodos mais recentes, nomeadamente da Idade do Ferro e de época Romana. Destes períodos têm sido reconhecidos vários sítios arqueológicos na área em estudo, nomeadamente o Bairro Gulbenkian (Pimenta & *alii*,

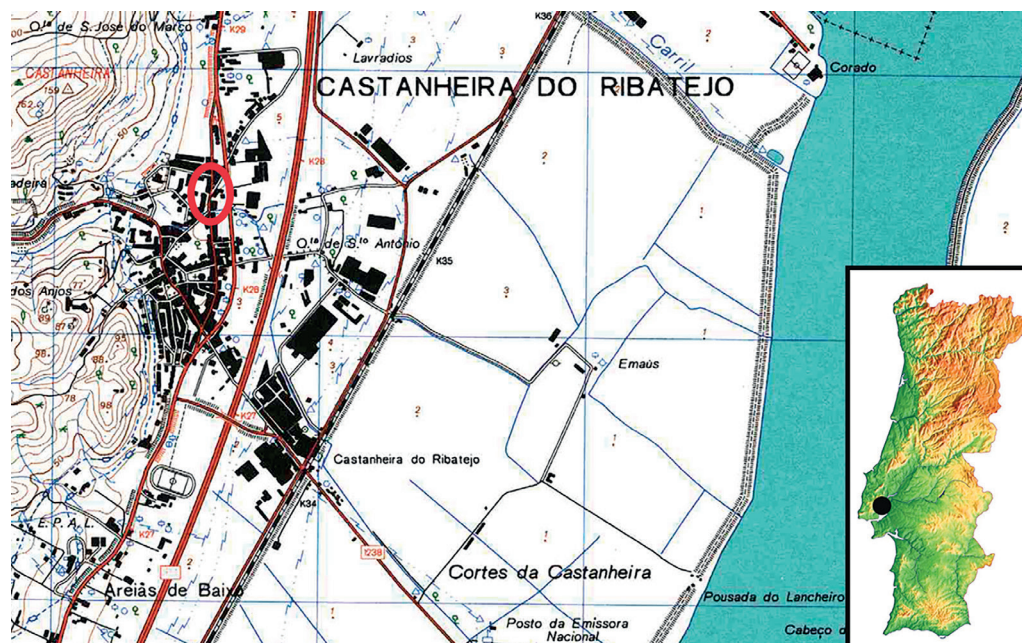


Fig. 1 Localização da área intervencionada, Carta Militar de Portugal n.º 390, escala 1:25 000.



Fig. 2 Situação da área intervencionada na Carta Geológica 30-D (Alenquer).

2010), a *villa* romana da Suberra de Castanheira do Ribatejo (Batalha & alii, 2009) e, mais afastado, o Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013), entre outros sítios¹. Destes merecem especial destaque os vestígios do Bairro Gulbenkien II, pois além de se localizarem em área próxima à rua onde decorreram os trabalhos, aí foram registados vestígios de época Romana e Medieval, assim como estruturas que atestam a presença de uma *villa* romana.

¹ <https://patrimoniogpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5cb4735d7d7743a39a16d7269a753a4a>

A Castanheira do Ribatejo pertenceu ao termo de Povos, lugar ao qual tinha sido atribuído foral em 1195. Mais tarde, já no século XV, foi elevada a vila, tendo recebido em 1510 carta de foral atribuída por D. Manuel.

A família Ataíde, nos séculos XV e XVI, teve grande poder na zona, sendo senhores da Castanheira após atribuição de 1.º Conde da Castanheira a D. António de Ataíde, por parte de D. João III. Esta família esteve intimamente ligada ao Convento e à Igreja de Santo António da Castanheira. Este complexo arquitectónico está constituído por: casa; igreja de planta em cruz latina; dependências conventuais (retrocoro, capelas, sacristia, claustro, celas e pátio); casas de fresco; tanque; jardim do buxo e poço; e dependências rurais (lagares e estábulo). À igreja adóçam-se a capela dos Quintela, a Sul, e a dos Ataíde, a Norte. Os restantes edifícios agrupam-se em torno de um pátio a Norte e de um claustro a Este.

Em 1837 é extinto o concelho de Castanheira, tendo sido integrada no município de Vila Franca da Xira e criada a freguesia de Castanheira do Ribatejo. Mais tarde, em 1985 é novamente elevada a vila pela Lei n.º 49/85. Actualmente é uma das uniões de freguesia do concelho de Vila Franca de Xira: a União das freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras.

2. Trabalhos arqueológicos e resultados

A intervenção arqueológica teve como objectivo a avaliação progressiva dos sedimentos afectados e do seu potencial arqueológico no âmbito da movimentação de terras previstas e proceder ao registo e recolha de eventuais vestígios arqueológicos e/ou à identificação de níveis arqueológicos preservados que pudessem caracterizar ocupações humanas antigas. Foram realizados trabalhos de acompanhamento arqueológico da abertura de valas para a execução de infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento e pluvial, assim como dos respectivos ramais.

A evolução dos trabalhos da empreitada obrigou ao contínuo ajuste da evolução dos trabalhos arqueológicos, motivo pelo qual nem sempre foi possível realizar o acompanhamento continuado da mesma tarefa desde o seu início até à sua conclusão. Esta situação gerou uma diversidade de vestígios arqueológicos surgidos em distintos momentos, mas que procurámos expor neste trabalho de forma organizada.

2.1. Época Romana

Ainda que não tenha sido possível identificar estruturas ou contextos plenamente conservados de época romana no decorrer desta obra, a abertura das valas destinadas a infra-estruturas de abastecimento de água foram revelando, em algumas zonas concretas, materiais de cronologia antiga. Estas evidências foram ainda mais intensas quando se iniciaram os trabalhos de abertura de valas de saneamento e águas pluviais que, ao alcançar maiores profundidades, afloraram níveis de eventuais contextos romanos.

Esta situação foi particularmente evidente na área próxima da intercepção da Rua de Palha Blanco com a Av. Luís César Rodrigues Pereira, onde surgiu uma considerável concentração de cerâmicas romanas na base da vala (Fig. 3). A presença de materiais romanos, embora não fosse inédita nesta empreitada, representou uma novidade que não estava registada no PDM

ou na carta arqueológica do concelho (Pimenta e Mendes, 2016). Além da concentração de cerâmicas, não se registou qualquer tipo de estrutura associada, o que, aliado ao facto de o sedimento que acondicionava as cerâmicas ser muito argiloso, podia indicar tratar-se de uma zona de eventual lixeira ou descarte. Nesta zona foi recolhido um total de 36 fragmentos, sobretudo de cerâmicas comuns, mas também de ânforas e de *terra sigillata* africana D, além de um elemento de cobre/bronze e outro de ferro.

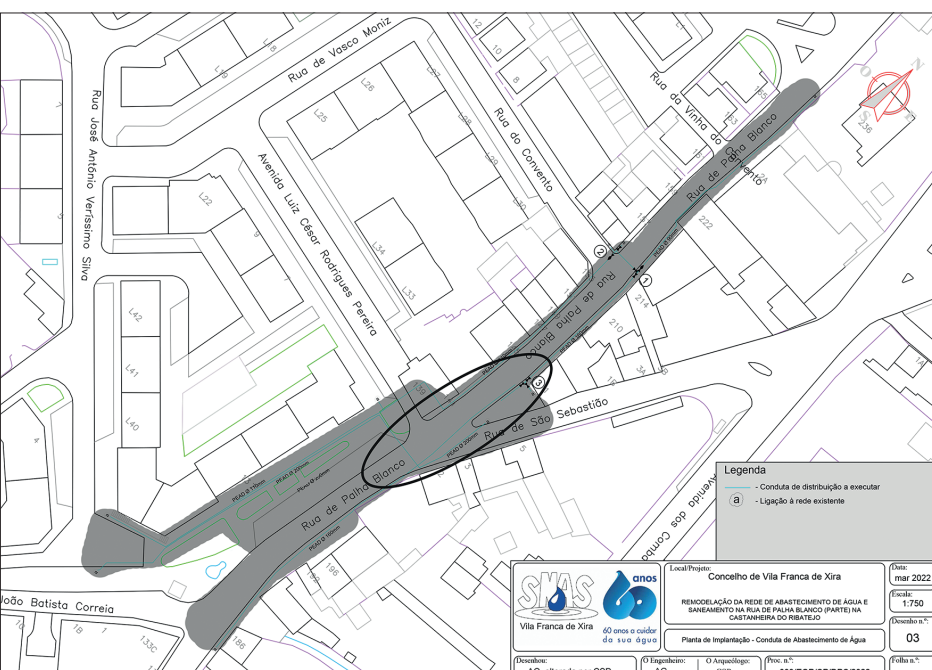
Infelizmente, o registo desta unidade de cronologia Romana foi bastante limitado no decurso da empreitada, o que se deveu a motivos relacionados com a presença de vários obstáculos (colectores antigos de saneamento, de pluviais, cabos de electricidade, de telecomunicações, entre outros). A continuidade dos trabalhos de abertura da vala de saneamento e de pluviais revelaria que o estrato escuro com materiais de cronologia Romana deixaria de aparecer nessa zona, surgindo novamente após o entroncamento das duas ruas. Com efeito, registou-se uma nova concentração de materiais romanos (ânforas, cerâmicas comuns, *terra sigillata* africana A, C e D, dois pregos de ferro) embalados por um sedimento castanho-escuro semelhante ao que já se havia documentado metros antes (Fig. 4). Nesta área merece destaque a recolha de um dormente de mó manual circular romana (*meta*) de granito (Fig. 10, n.º 2).

Atendendo às características do estrato, parece tratar-se da mesma realidade, não se tendo documentado qualquer tipo de estruturas ou evidências de ocupação efectiva. Ainda assim, devemos sublinhar que também se recuperaram abundantes cerâmicas de construção, sobretudo de telhas, estando estes elementos a cotas mais superficiais e os recipientes a cotas mais profundas e mais bem conservados na base da unidade. O estrato tinha uma espessura de cerca de 0,80/0,90 m e sob ela averiguou-se a presença de uma unidade castanho-clara amarelada estéril (solo virgem).

O aparecimento de materiais romanos descontextualizados ainda se verificou durante alguns metros ao longo da Rua de Palha Blanco, mas o surgimento do solo virgem a cotas cada vez mais elevadas e a menor profundidade da cota de afectação demonstrariam que a partir do n.º 147 as cerâmicas romanas deixaram de aparecer, mesmo nos estratos revolvidos, passando a recolher-se unicamente cerâmicas modernas.

Fig. 3 Indicação da área intervencionada com a localização da existência de materiais/contextos romanos.

Fig. 4 Corte da vala de saneamento e indicação do sedimento castanho-escuro no qual foram recuperadas cerâmicas romanas.



Merece destaque que naquela área da rua, no passeio oposto e em frente à garagem do n.º 206, surgiu um contexto romano com materiais que aparentemente estavam *in situ* (Fig. 5). Referimo-nos a cerâmicas de construção (*imbreces* e *lateres*), algumas cerâmicas comuns e abundante fauna mamalógica (tendo-se identificado uma haste e crânio de *bos taurus*). Destaque ainda para uma ânfora romana, de tipo Lusitana 3, conservando cerca de um terço da parte inferior, também *in situ*. Este contexto estava a cerca de 0,90 m de profundidade e continuava até cerca de 1,20 m. Embora a empreitada apenas tenha aflorado este contexto, estava já truncado por obras anteriores, destinadas provavelmente à colocação de condutas de gás natural. O sedimento onde estes materiais se encontravam era muito argiloso, de tonalidade castanho-escuro e com alguns elementos de calcário de pequena dimensão. Infelizmente, por estar abaixo da cota de afectação, não foi possível perceber se o contexto se estendia para os lados, situação que é mais que plausível. Neste caso concreto, não excluimos que se pudesse tratar de uma eventual fossa, que, atendendo ao limitado espaço colocado a descoberto, não foi possível perceber os limites. Apesar disso, saliente-se que a presença e disposição destes materiais, aos quais pudemos associar o que foi registado nos trabalhos de abertura da vala principal da rede de saneamento, revela que esta área, ou muito próximo dela, terá tido uma considerada ocupação romana.



Fig. 5 Contexto romano com materiais *in situ*, mas que havia sido truncado por trabalhos anteriores.

2.1.1. Os materiais

Os materiais de época Romana totalizam 211 peças, que se distribuem por cerâmicas de construção (23 NFR), recipientes cerâmicos (28 NFR de ânforas; 142 NFR de cerâmica comum; 10 NFR de *terra sigillata*), líticos (4 NFR), alguns elementos metálicos (4 NFR) e faunas mamalógicas. A maioria do conjunto foi recuperado em contextos conservados, embora na maioria dos casos a cota de afectação apenas tenha evidenciado a presença dos estratos romanos. Infelizmente, a existência de várias condicionantes impediu a realização de sondagens arqueológicas. Estes vestígios foram documentados em espaços limitados, geralmente correspondendo a restos de sedimentos conservados que estavam truncados a ambos lados pelas infra-estruturas preexistentes.

As cerâmicas de época Romana distribuem-se por duas possíveis ânforas romanas-republicanas (Fig. 6, n.º 1), eventualmente correspondentes ao tipo 7 das produções taganas (Sousa e Pimenta. 2014, p. 311), 26 fragmentos de ânforas lusitanas (Fig. 6, n.º 2 a 11), maioritariamente produzidas no vale do Tejo e que integram os tipos lusitana 3 (Filipe, 2023, pp. 364-368) e Keay 16 (Fabião, 2008, p. 738), situação que consente uma datação para o conjunto situada entre o último quartel do século II e final do IV d.C. Merece igualmente destaque um fragmento de base de asa que conserva uma marca invertida (Fig. 6, n.º 10). A marca, *in ansa*, corresponde às abreviações MIR e está realizada por decalque com recurso a punção. O negativo resultante limita-se unicamente aos caracteres, pontos de separação entre cada um deles e a cartela. Atendendo a que cada letra está separada é plausível que se trate da abreviação de um *tria nomen*. Todavia, ainda que a marca seja clara, devemos ser cautos na sua interpretação. Trata-se de um exemplar inédito com pasta lusitana e segue uma norma contrária à das restantes conhecidas nos contentores produzidos na mesma pro-

víncia, ou seja, os caracteres estão em negativo, sendo mais frequentes em relevo (Fabião e Guerra, 2016, pp. 105 e ss.). Além deste somente conhecemos outra marca com os mesmos caracteres recuperada em Nora (CEIPAC 36007), na Sardenha, estampado sobre uma asa de uma ânfora Dressel 20 e da qual temos poucas informações (Pavoni e Pettenó, 2003, p. 118, note 13; Piccardi e Nervi, 2013, p. 373).



Fig. 6 Ânforas lusitanas do vale do Tejo: n.º 1, Tipo 7; n.º 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 11, Lusitana 3; n.º 5 e 7, Keay 16; n.º 10, fragmento de forma indeterminada com marca.

A cerâmica comum é maioritária no conjunto, integrando tigelas largas, almofarizes, pratos, potes, cântaros, entre outros (Figs. 7 e 8), destacando-se algumas formas que imitam morfologias exclusivas de *terra sigillata* africana. Nesta categoria apenas dois fragmentos correspondem a importações béticas.

O conjunto integra ainda quatro elementos metálicos, um de forma indeterminada de cobre/bronze e três de ferro correspondentes a pregos.

A cerâmica de construção também é abundante, tendo-se recolhido um total de 23 elementos, correspondentes a *tegulae*, *imbrices* e lateres (Fig. 9). A presença destes elementos é bastante relevante no conjunto e demonstra que existiram, muito provavelmente, edificações nas imediações. Todavia, na área de afectação surgiram claramente desvinculadas de qualquer construção, situação que consente propor tratar-se de descartes. Por outro lado, não podemos excluir que as eventuais construções que aí tenham existido tenham recorrido sobretudo a materiais perecíveis.

Merecem igualmente destaque os três elementos de mós de granito (Fig. 10). Trata-se de dois dormentes de mós rotativas manuais (*metae*) e um elemento movente de mó mecânica. A sua presença, tal como as cerâmicas de construção, corroboram que estavam amortizadas naquele sedimento e desvirtuadas do seu contexto original. Ainda assim, trata-se claramente de uma unidade conservada de época romana, mas que continha vários elementos e artefactos claramente descartados. Com efeito, duas das mós estavam bastante fragmentadas, apresentando uma delas indícios de ter sido reciclada/reutilizada.

As mós manuais circulares romanas, correspondem ao dormente e uma delas preserva no orifício central vestígios de chumbo aplicado na fixação do eixo de ferro, que também se encontra parcialmente conservado, (Fig. 10, n.º 2). A outra peça conserva apenas o orifício central para fixação do eixo, distinguindo-se da primeira pelo formato quadrangular (Fig. 10, n.º 3). O fragmento de mó rotativa mecânica (*pistrinum*), correspondente ao movente (*catillus*) de grande dimensão (Fig. 10, n.º 1), conserva parte do encaixe dos travejamentos de madeira utilizados para accionar o dormente por tracção animal ou humana. Duas foram recolhidas em associação a cerâmicas comuns romanas e algumas ânforas, estando a outra em associação a materiais de época Moderna.

Apesar de se ter recolhido uma considerável quantidade de artefactos romanos e muitos deles estarem contidos num sedimento que consideramos conservado, insistimos que parece tratar-se de níveis correspondentes a áreas de despejo. Embora inicialmente tenhamos ponderado estar perante uma eventual fossa, a continuidade dos trabalhos permitiu descartar tal possibilidade. No entanto, o contexto identificado em frente à garagem do n.º 206 da Rua de Palha Blanco pode corresponder a uma situação bem distinta, pois aí os materiais estavam bem conservados e *in situ*, sintoma de que a área efectiva de ocupação pode estar próxima ou tratar-se-á de uma realidade distinta.

A cronologia das cerâmicas comuns identificadas, na maioria correspondente a produções locais/regionais e poucos fragmentos de importação bética, consente a mesma cronologia que o conjunto das ânforas.

Também relevante é a presença de 10 fragmentos de *terra sigillata* africana importada da região de Cartago/Tunes (Fig. 11). Embora a maioria integre as produções africanas D, foi igualmente identificado um fragmento de produção africana C (Fig. 11, n.º 1). Mais difícil é integrar com segurança um fragmento num tipo concreto, mas que pode corresponder a uma forma de *terra sigillata* africana A (Fig. 11, n.º 2). O fragmento de africana C corresponde ao tipo Hayes 50, cuja cronologia pode flutuar entre os séculos III e V. A TSA D, por sua vez,

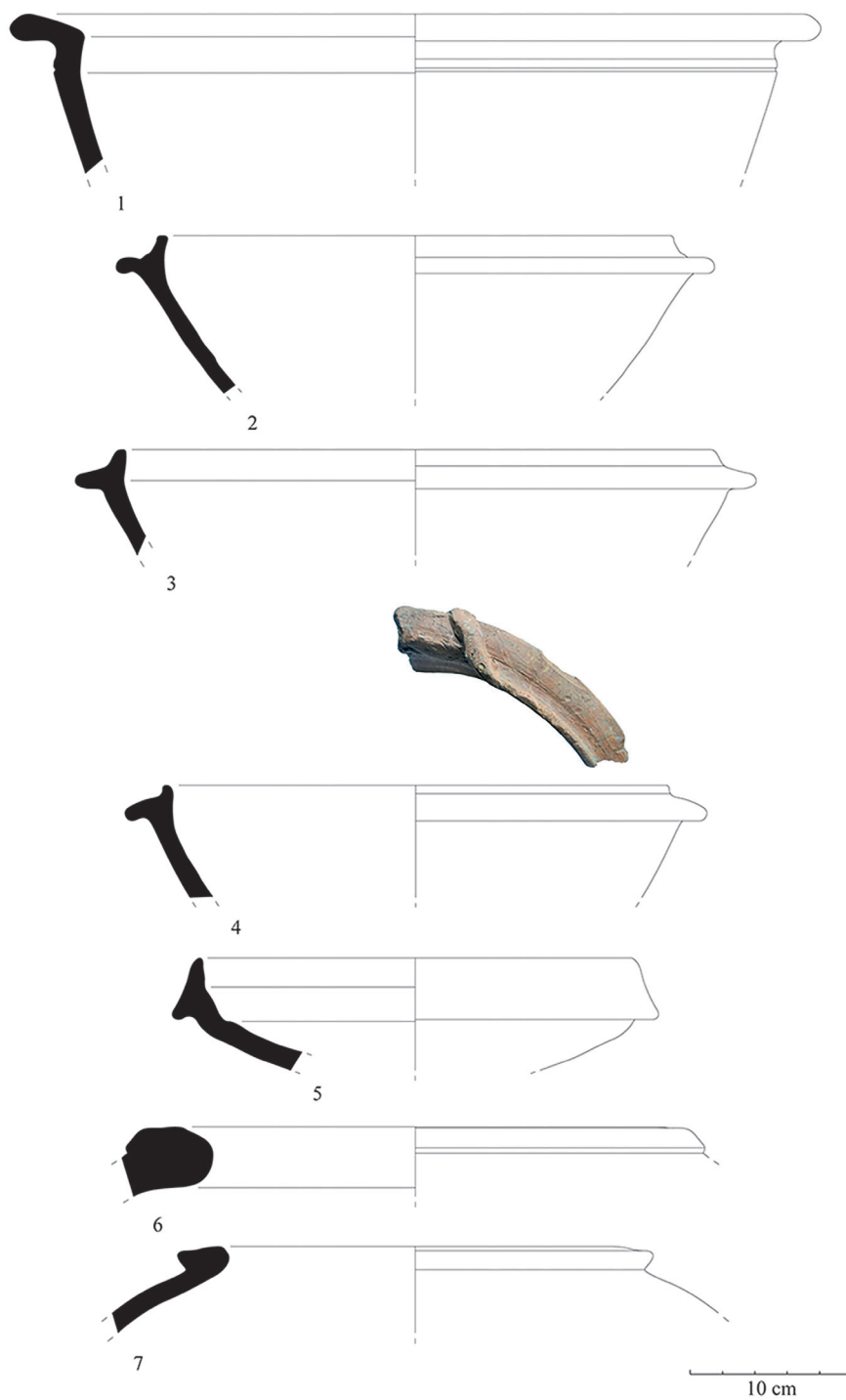


Fig. 7 Cerâmicas comuns locais/regionais: n.º 1, alguidar; n.º 2 a 5, almofarizes; n.º 6 e 7, talhas.

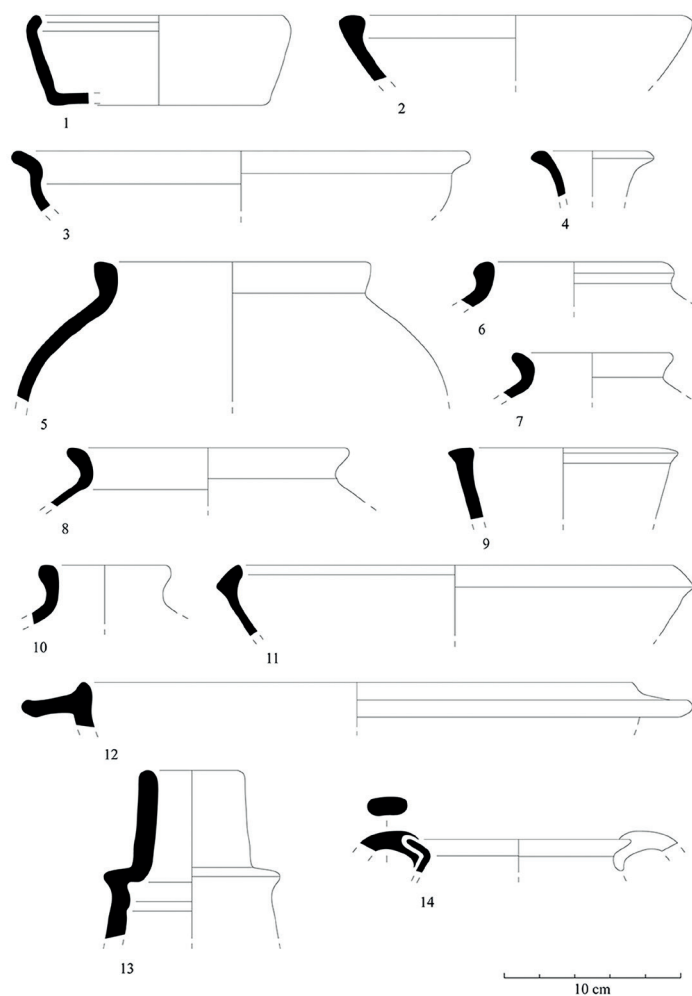


Fig. 8 Cerâmicas comuns locais/regionais: n.º 1, prato/travessa; n.º 2 e 3, tigelas; n.º 4, jarro/garrafa; n.º 5 a 10, panelas/potes; n.º 11 y 12, imitações de terra sigillata africana; n.º 13, cântaro; n.º 14, pote de cerâmica pintada.

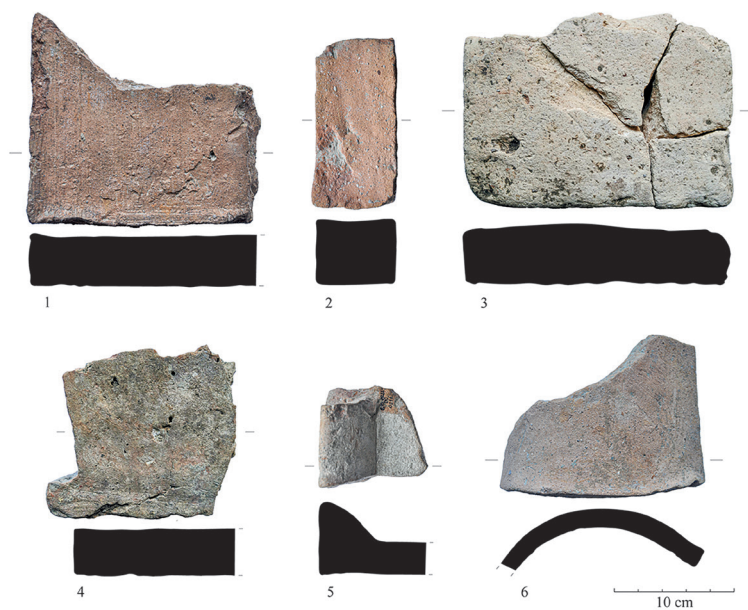
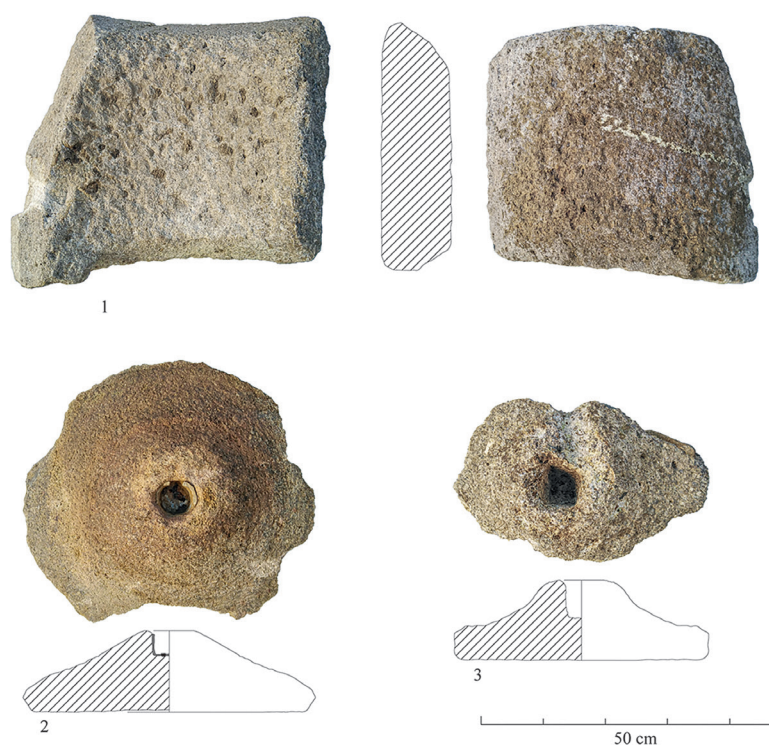


Fig. 9 Cerâmicas de construção locais/regionais (tijolos, tégulas e telhas).

Fig. 10 Mós de pedra: n.º 1, movente de mó rotativa mecânica (*pistrium*); n.º 2 e 3, dormentes de mós rotativas manuais (*metae*).



integra fragmentos das formas Hayes 59, 61, 67 e 76 (Fig. 11, n.º 3 a 9), cuja cronologia se tem situado nos séculos IV e V. Destaque ainda para um fragmento de base de um grande prato com decoração estampada na superfície interna (Fig. 11, n.º 9), de estilo A, com motivos 70 e 73 (Hayes, 1972, pp. 241-243) que se combinam em duas bandas concêntricas. Estes motivos podem surgir tanto em pratos do tipo Hayes 61 como 67.

No conjunto regista-se ainda um fragmento de *terra sigillata* oriental LRC. O bordo corresponde a um prato do tipo Hayes 3 (Fig. 11, n.º 10), provavelmente da variante C (Hayes, 1972, p. 330; Carandini, 1981, p. 232), sem decoração na superfície externa. Para estes recipientes tem sido sugerida uma datação compreendida entre meados do século V e final da mesma centúria, correspondendo eventualmente a uma das formas mais tardias no conjunto.

Merece igualmente destaque o conjunto de restos faunísticos, integralmente de mamíferos terrestres. Do total do conjunto (43 NSP), a maioria foi recuperada em clara associação às cerâmicas romanas, correspondendo apenas cinco a recolhas em estratos mais recentes, dois dos quais procedentes do interior de um caneiro Moderno. Doze NSP correspondem a espécies indeterminadas, dos quais apenas se pôde determinar que três correspondem a diáfises e um a osso plano do crânio. A estes pudemos somar ainda 14 NSP correspondentes a macrofauna, para os quais a identificação da espécie também não foi possível. Neste conjunto destaca-se a presença de três vértebras.

Os restantes 17 NSP correspondem a elementos de *bos* sp. (14 NSP), uma mandíbula de *sus* sp. (que conserva os dentes dP2, dP3, dP4, M1), um dente de *ovis/capra* (M1/M2 superior) e uma mandíbula de *canis familiaris* (que conserva o M2). O conjunto mais numeroso é o de *bos* sp. e integra três fêmures, quatro úmeros (um deles conservando a epífise roída), dois rádios (um deles com a parte distal roída por carnívoro), dois metacarpos, uma pélvis

(zona do *acetabulum*), uma primeira falange e uma haste. Além destes elementos, podemos ainda assumir que o osso plano de crânio de macrofauna mencionado acima também pertence a este grupo taxonómico, uma vez que foi recolhido em clara associação com os restantes vestígios de bóvidos.

Como se pode constatar, do conjunto destaca claramente a presença de elementos da família *bovidae*. Esta presença acusa alguma relevância destes mamíferos nas comunidades romanas que ocuparam esta região. Ainda assim, devemos ter em conta que o tipo de contexto documentado pode ter gerado uma conservação dispar das faunas mamalógicas, além de que a conservação de macrofaunas é mais provável quando comparada com a das espécies de menor porte. O conjunto de elementos da família *bovidae* é integralmente procedente dos contextos romanos, destacando-se o conjunto que foi recuperado em frente ao n.º 206 da Rua de Palha Blanco, junto à ânfora de tipo Lusitana 3.

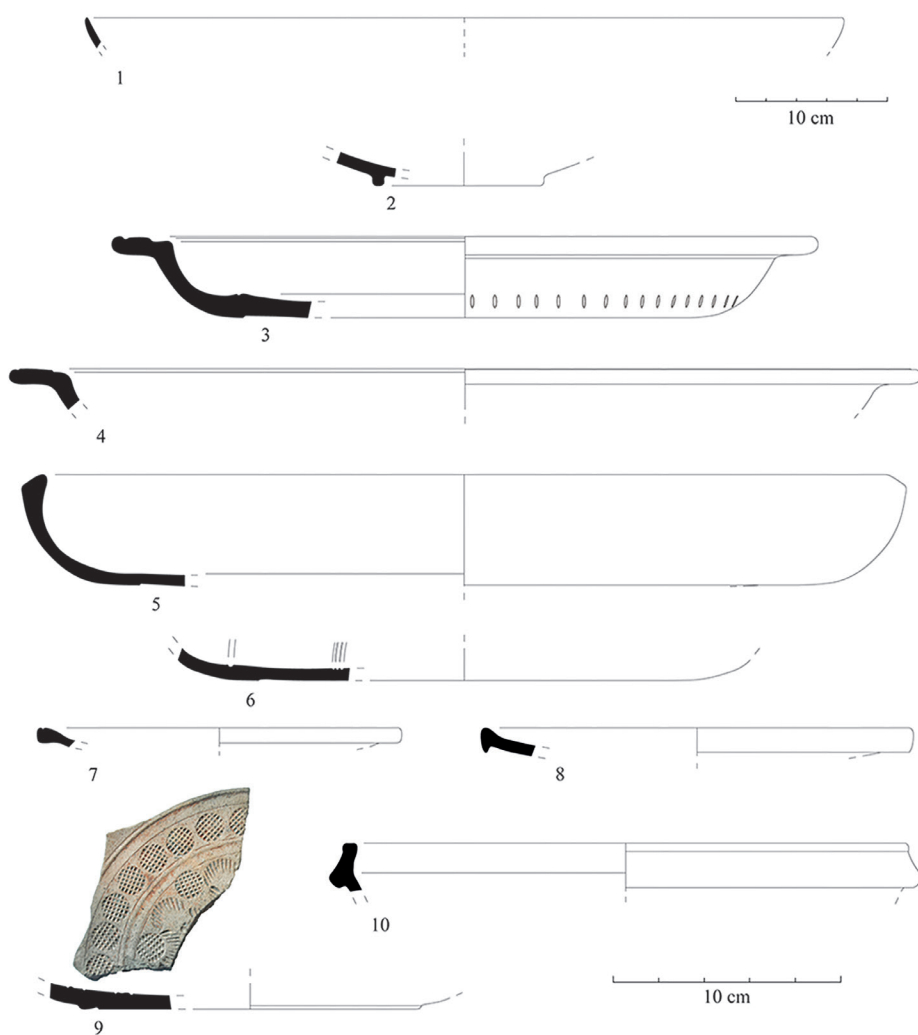


Fig. 11 *Terra sigillata* africana A (n.º 2), africana C (n.º 1), africana D (n.º 3 e 4, Hayes 59; n.º 5 e 6, Hayes 61; n.º 7, Hayes 67; n.º 8, Hayes 76; n.º 9, forma indeterminada) e oriental Late Roman C (n.º 10, Hayes 3).

2.2. Época Moderna

No Largo da Rua João Batista Correia, em frente à sucursal do banco Crédito Agrícola, foram abertas duas valas para colocação das tubagens. Numa delas, sob o asfalto do estacionamento, surgiu um dormite circular de considerável dimensão (Fig. 18), fragmentado e de calcário. Nesta zona, a estratigrafia verificada estava composta essencialmente por três estratos: asfalto, *tout-venant* e um nível de enchimento composto por abundantes elementos geológicos de média e grande dimensão (Fig. 12). Por sua vez, este estrato, que parecia corresponder a um nível antigo de entulho e no qual foi recuperada a mó circular, estava envolvido por um sedimento espesso argiloso e de tonalidade acastanhada. Embora a pequena dimensão da vala não tenha permitido conhecer em extensão aquela realidade, é possível que o nível de entulho correspondesse unicamente a uma bolsa ou fossa aberta no estrato natural, posteriormente colmatada por aqueles resíduos. Mais difícil é assegurar qual a cronologia desta realidade, já que o único elemento caracterizador recuperado, a mó, não permite grandes ilações e estava claramente em deposição secundária, mas que, ainda assim, permite intuir tratar-se de uma realidade moderna.

Apesar de estes elementos terem surgido isolados naquele sedimento, a progressão da abertura da vala permitiu recuperar algumas cerâmicas que podem ter estado originalmente relacionadas com o elemento pétreo. Estas cerâmicas foram recuperadas a uma profundidade média de 1 m, e em níveis argilosos de tonalidade castanho-clara. Infelizmente, também este sedimento parecia corresponder a um estrato revolvido.

No seguimento dos trabalhos de abertura da mencionada vala para condução de abastecimento, entre os n.ºs 192 e 196, surgiu um caneiro antigo a uma profundidade que rondava os 0,70 m (Fig. 13). Era de secção quadrangular, com cerca de 0,30 cm de largura por 0,30 cm de altura, e estava constituído por um embasamento de grandes lajes de pedra, paredes construídas com elementos geológicos de menor dimensão ligadas com argila e cobertura também constituída por grandes e médias lajes de pedra. O interior do



Fig. 12 Local de onde foi retirada a mó circular (indicado no canto superior esquerdo), sendo perceptível a estratigrafia descrita.



caneiro estava revestido a argamassa impermeabilizante e cheio por um sedimento castanho-claro, siltoso e limpo.

Tivemos a oportunidade de escavar o enchimento de uma limitada secção do caneiro, mas infelizmente não se reconheceu nenhum elemento datante ou material antrópico que permitisse a sua datação. Da mesma forma, foi impossível determinar qual a origem desta canalização, mas atendendo a que a pendente e direcção apontavam no sentido da Ribeira da Castanheira, seguramente desaguava nessa linha de água. Devemos referir ainda que esta mesma canalização foi novamente registada posteriormente em duas outras ocasiões, concretamente quando foram realizadas as ligações dos ramais de abastecimento de água e de saneamento, situação que permitiu traçar com mais algum detalhe a sua orientação. Assim, este caneiro vem da zona do quintal do n.º 1 da Rua de São Sebastião e tem pendente para a ribeira. Nessas ocasiões, em que tivemos oportunidade de realizar novos registos do caneiro, foi possível recolher um fragmento de cerâmica vidrada inclassificável e faunas mamalógicas. O fragmento de cerâmica vidrada, a verde no exterior e melado/amarelado no interior, permite intuir que a estrutura pode ser anterior ao século XVIII.

Também em frente ao acesso ao n.º 192, registou-se a presença de elementos arquitectónicos fragmentados e reaproveitados para a construção do acesso ao dito portão. Trata-se de um fragmento de coluna de calcário (Fig. 14 e 18) que, embora inicialmente tenhamos pensado corresponder a um elemento da antiga casa que aí foi demolida, trata-se de uma peça mais antiga e relacionada com outro tipo de edifícios que terão existido na zona.

Deve mencionar-se igualmente o registo de uma estrutura na área do jardim em frente ao n.º 137 de Rua de Palha Blanco (Fig. 15). A estrutura estava já truncada pela vala do antigo colector de saneamento. Estava construída com pedra de pequena e média dimensão e envolvidas numa argamassa de argila compacta e tinha continuidade para ambos lados da vala. Infelizmente, não foi possível averiguar a sua cronologia, pois o sedimento estava muito revolvido e não se reconheceram materiais datantes.

2.2.1. Os materiais

As cerâmicas de época Moderna totalizam 123 peças, que foram recuperadas quase integralmente em estratos revolvidos e profundamente afectados pelas actividades antrópicas posteriores.

Fig. 13 Aspecto do enchimento do caneiro identificado (à esquerda), já sem cobertura, e do seu perfil (à direita).

Fig. 14 Local e posição de descoberta da coluna de mármore, em frente ao portão de acesso ao n.º 192 da Rua de Palha Blanco.



Fig. 15 Estrutura identificada na vala do ramal doméstico de saneamento do n.º 137 da Rua de Palha Blanco (truncada pela vala do antigo saneamento). Ao lado é visível a antiga conduta de abastecimento de água.



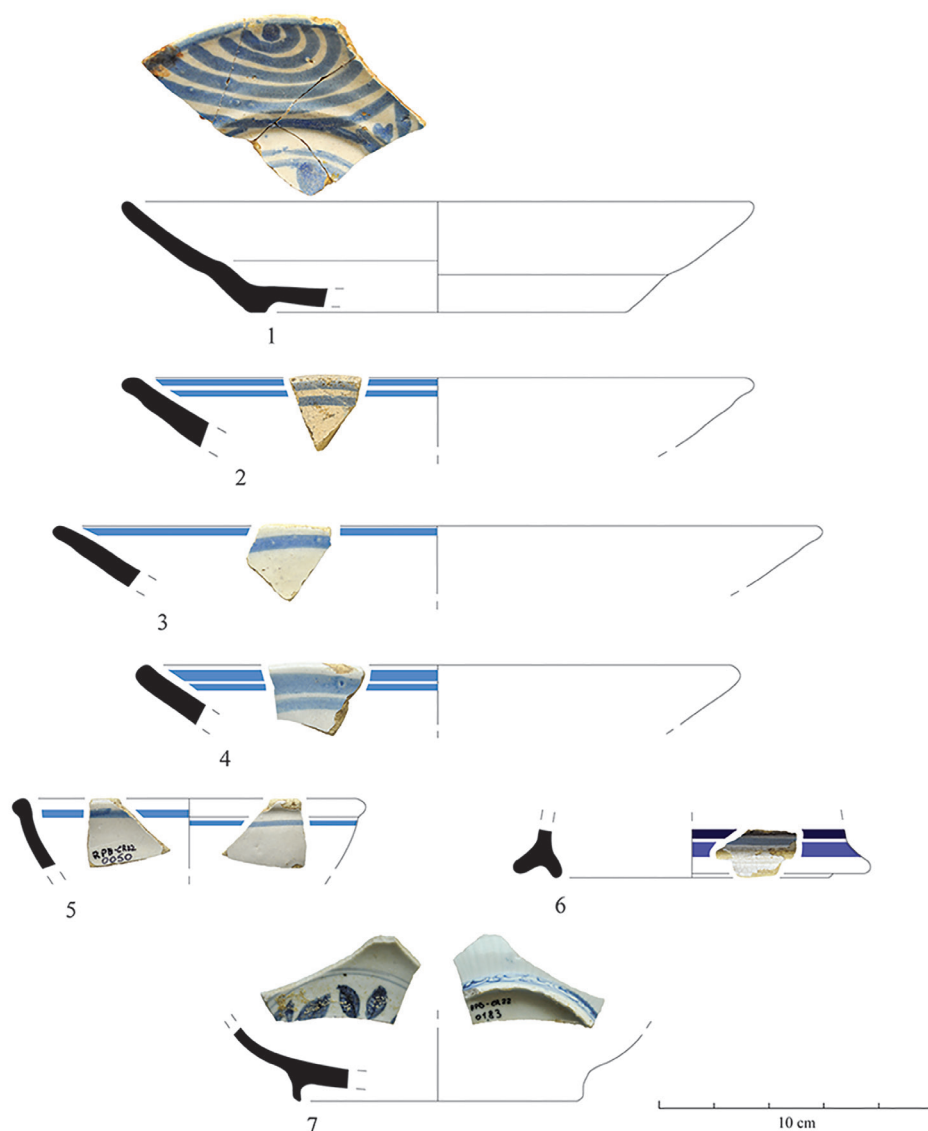


Fig. 16 Faianças e porcelanas modernas recuperadas durante os trabalhos.

O conjunto de artefactos de cronologia moderna integra sobretudo cerâmica comum (32 fragmentos), cerâmica modelada (quatro fragmentos), cerâmica vidrada (29 fragmentos), faiança (43 fragmentos), porcelana (sete fragmentos), vidro (dois fragmentos) e líticos (três fragmentos). Trata-se, portanto, de um conjunto bastante diversificado, enquadrável entre os séculos XVI e XVIII. Conquanto os materiais romanos pareçam concentrar-se numa área concreta dentro da que foi afectada pela obra, as cerâmicas desta cronologia estão dispersas por toda a área.

A faiança que, como vimos, está presente de forma mais evidente, corresponde na sua maioria a louça azul sobre branco (Fig. 16, n.º 1 a 6), que tem o seu momento áureo durante a primeira metade do século XVII, sensivelmente entre 1610 e 1660 (Casimiro e Sequeira, 2016-2017, p. 261). Ainda assim, foram reconhecidos alguns fragmentos que se podem enquadrar na centúria precedente por se tratar de louça esmaltada a branco ou por apresentar um estilo próprio das primeiras produções de louça esmaltada a branco e decorada a azul (Casimiro, 2013, pp. 354-355).

A porcelana identificada corresponde a fragmentos que estão decorados com pintura azul-cobalto sobre vidrado translúcido (Fig. 16, n.º 7) e são muito semelhantes aos que têm vindo a ser identificados no concelho (Casimiro e Henriques, 2016-2017), pelo que não se deve descartar para estes exemplares uma produção e utilização similar à que foi considerada naquele caso, ou seja, entre o início do século XVI e o início do século XVII.

O conjunto de cerâmica vidrada (Fig. 17, n.º 1 a 3), contudo, oferece datações mais diversificadas, mas ainda assim limitadas entre os séculos XVI e XVIII. Esta categoria cerâmica oferece mais elementos do século XVIII, sobretudo alguidares de grandes dimensões vidrados a verde, tendo-se reconhecido apenas seis fragmentos do século XVII. Consideramos que deste momento terão feito parte a estrutura identificada no jardim da Rua de Palha Blanco e, eventualmente, a canalização identificada em frente ao n.º 196.

Neste âmbito merecem ainda destaque os elementos líticos identificados, referimo-nos à mó rotativa e aos dois elementos arquitectónicos (Fig. 18). O primeiro foi recuperado no Largo em frente à sucursal do banco Crédito Agrícola, muito próximo da Ribeira da Castanheira, situação que permite ponderar que, embora a mó estivesse em deposição secundária, originalmente fizesse parte de algum edifício localizado nessa zona e que estava destinado a essas actividades. Trata-se de um elemento de grande dimensão, aparentemente correspondente ao dormente, que terá integrado um eventual moinho comunitário e/ou público. Tem um diâmetro aproximado de 1,30 m, uma espessura de cerca de 15 cm e o diâmetro do orifício de eixo é de 13 cm. Está fracturada sensivelmente a meio. A pedra é de tonalidade cinza e tem abundantes fósseis incrustados, parecendo ser de calcário.

No lado oposto da rua, em frente aos n.ºs 192 e 196, apareceram dois elementos de cantaria. Um deles parece corresponder a um fuste de coluna de mármore de secção qua-

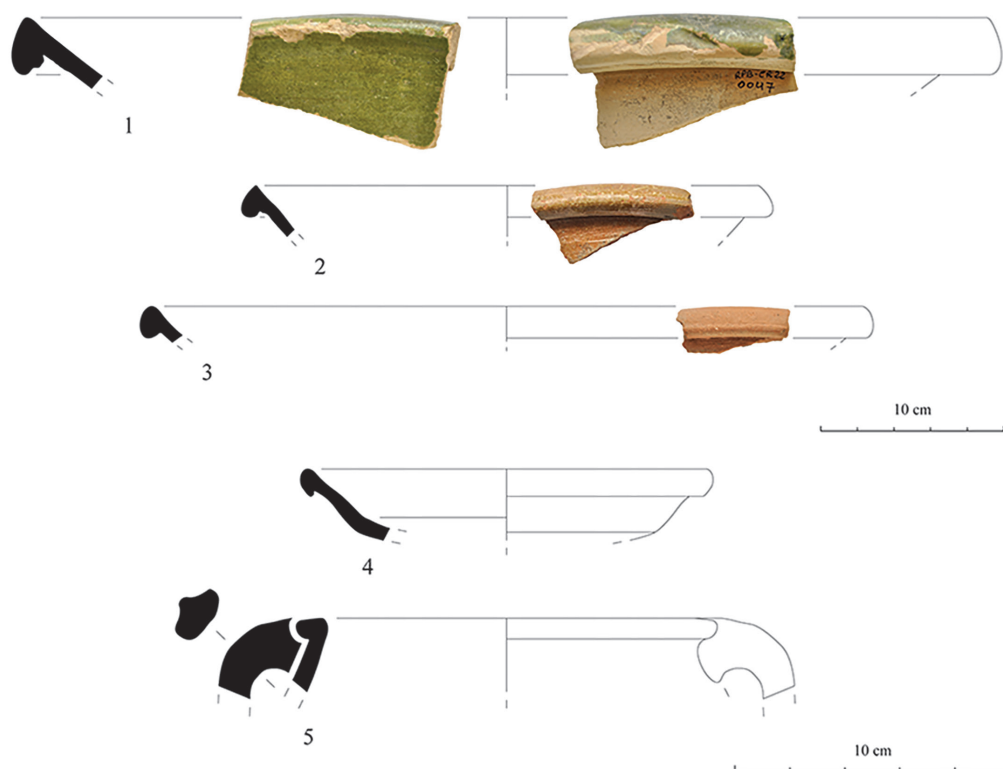


Fig. 17 Cerâmicas vidradas e comuns modernas recuperadas durante os trabalhos.



Fig. 18 Dormente de mó rotativa de moinho (à esquerda) e fuste de coluna de mármore de secção quadrangular (à direita) exibindo um dos lados um considerável desgaste, tendo sido seguramente reutilizado como degrau de escada.

drangular, de 15 por 14 cm e com 55 cm de altura conservada, da qual somente se conserva um dos extremos (Fig. 18). Apresenta o centro de cada lado rebaixado e decorado com efeito picado, motivo pelo qual, embora inicialmente tenhamos pensado tratar-se de uma pedra de cantaria, deverá ter servido originalmente como fuste de coluna. Após a sua remoção do local primitivo, este elemento foi seguramente reutilizado como degrau de uma escada, pois um dos lados apresenta um elevado desgaste irregular, mais acentuado no centro.

Não descartamos que este elemento possa ter integrado a estrutura da ermida de São Sebastião que se localizaria a norte da vila da Castanheira e do lado direito da estrada real (Henriques, 1997, pp. 75-76).. Embora tenha sido destruída pelo terramoto de 1755, João Amaral ainda vê e descreve as ruínas afirmando que tem boa cantaria (1856). Além disso, devemos mencionar igualmente que no decorrer deste trabalho tivemos oportunidade de obter testemunhos locais que afirmam que nesta zona, quando construíram o edifício com o portal 196 e 196a, terão aparecido sepulturas. A ser correcta esta informação, a eventual presença de enterramentos nesta zona é por si um dado relevante que permite supor que a ermida aí se localizasse. Com efeito, a coincidente localização destas sepulturas com a da recolha da coluna descrita consente, pois, esta eventual sugestão, mas que deve ser corroborada com trabalhos futuros.

2.3. Época Contemporânea

Ao longo de toda a fachada dos edifícios a Oeste da Rua de Palha Blanco a vala foi aberta no passeio, tendo-se registado vários obstáculos recentes. Nessa zona, os sedimentos estavam profundamente alterados e revolvidos, tendo-se registado uma considerável quantidade de entulhos contemporâneos. Apesar disso, deve sublinhar-se que estes mesmos sedimentos continham materiais mais antigos, de cronologia moderna, revelando que a zona esteve ocupada durante os séculos XVII e XVIII.

A abertura da vala para Norte da Av. Luís César Rodrigues Pereira revelou estratos e estruturas da antiga casa que aí se localizava e que invadiu a rua até há pouco tempo (Fig. 19). Desconhecemos exactamente a data de construção desse edifício, que terá pertencido à antiga quinta que aí existiu, mas a recolha de um tijolo vidrado da fábrica da

Labrugeira (Ventosa, Alenquer), que funcionou a partir dos primeiros anos do século XIX, permite intuir que o edifício estava em utilização pelo menos desde essa altura. Além da recolha deste elemento de construção, na vala aberta na Av. Luís César Rodrigues Pereira foi possível documentar, sob os níveis de asfalto e tout-venant, um pavimento doméstico de cimento e o respectivo estrato de preparação para o seu nivelamento.

A travessia da vala na zona asfaltada, sobretudo na metade Norte da estrada, colocou a descoberto novos restos de construções pertencentes à antiga casa que aí se encontrava até à década de 90. Porém, sob os níveis de pavimentos e paredes construídas com cimento foi reconhecido um estrato de terra castanho-escuro que continha cerâmicas de cronologia mais antiga, concretamente uma asa de ânfora romana, um fragmento de *imbrex* e três fragmentos de cerâmicas comuns romanas.

Também na Rua de Palha Blanco foram registadas estruturas de edifícios recentes. Próximo à galeria da Ribeira da Castanheira, junto à meia-lua, surgiram estruturas de um antigo edifício, correspondentes a uma escadaria construída com tijolo e cimento e uma parede de pedra revestida a barro e que correspondiam a uma antiga cave (Fig. 20). Trata-se, portanto, de uma casa relativamente recente, que estaria nos limites da via de circulação e que terá recuado para dar lugar ao passeio. Além disso, deve mencionar-se que todo o enchimento do espaço estava colmatado com plásticos, lixo e entulho recente e revolvido, o que era indício de que os sedimentos estavam muito alterados. Pôde confirmar-se esta situação, pois ao aprofundar a vala foi detectado um colector de águas pluviais construído com manilhas de cimento que atravessava a dita escadaria e ligava à galeria subterrânea. Tivemos oportunidade de colher informações da população local que nos confirmou que aí se localizava uma antiga taberna à qual se acedia por essa escadaria. A partir de momento indeterminado terá estado devoluto até à década de 80 ou início da de 90, momento em que foi demolida.

Próximo ao caneiro que se mencionou no capítulo anterior, de cronologia Moderna, foi documentado outro próximo e de maiores dimensões. Atendendo ao facto de se ter reaproveitado um troço de cerca de um metro deste canal que foi reutilizado pelas condutas pluviais contemporâneas, facilmente se compreende que esta canalização seria posterior à que antes se descreveu. Por outro lado, é possível notar aqui a evolução dos canais de escoamento de águas pluviais, sendo mais antigo o caneiro localizado entre os n.ºs 192

Fig. 19 Estrutura do antigo edifício n.º 196 que invadia parte da Av. Luís César Rodrigues Pereira. À direita é visível um sedimento castanho-escuro a aflorar que continha alguns materiais romanos.

Fig. 20 Aspecto da escada e parede detectada na Rua de Palha Blanco, junto à galeria do rio. Na fotografia é visível o lancil da estrada e um colector de cimento que atravessa sob a escada.



e 198, de menor dimensão e eventualmente anterior ou coetâneo ao século XVIII, seguindo-se-lhe este que foi construído com pedra e de maiores dimensões, cuja cronologia não foi possível averiguar, e por último o contemporâneo, construído com manilhas de cimento marcadas com as siglas SOMACO VIX (empresa formada no ano de 1952). Além destas realidades demonstrarem a evolução dos canais e forma de drenagem das águas, a sua evolução implicou um aumento progressivo da dimensão, situação que se traduzia numa maior necessidade de caudal e consequentemente o assinalável aumento demográfico daquela área.

Na área de passeio entre o n.º 196 e a intersecção com a Rua de São Sebastião os sedimentos estavam bastante afectados, contendo abundante entulho contemporâneo, lixos recentes e abundantes elementos pétreos. Porém, na base da vala da conduta de abastecimento de água, a uma profundidade que rondava os 0,50 a 0,70 cm, apareceram abundantes pedras travadas entre si e ligadas com argila. Esta realidade era bastante similar à que se havia documentado junto à meia-lua (na zona da galeria da Ribeira da Castanheira) e deveria corresponder aos antigos casarios que aí se localizavam, mas que foram derrubados para dar lugar à via. Ainda assim, entre esses entulhos e restos de construções foi recuperado um elemento arquitectónico correspondente a uma cornija (Fig. 21).

A técnica, perfil e obra que este elemento ostenta parece remeter para uma cronologia relativamente recente, eventualmente do século XIX. Trata-se claramente de um elemento mais recente que os que foram descritos antes. A matéria-prima utilizada foi o mármore e mede 48 cm de largura, 13 cm de altura e 32 cm de comprimento. O lado que ficava exposto está decorado com duas molduras que compõem a meia-cana, a primeira de perfil arredondado e a segunda de perfil em ângulo recto. Não é improvável que correspondesse a um elemento de cantaria de um solar ou edifício de prestígio da região.

Durante a abertura de valas na Rua de São Sebastião foi identificado um contexto que pode ter estado relacionado com eventuais actividades metalúrgicas (Fig. 22). A cerca de 0,50 m de profundidade apareceu uma unidade negra, com abundantes cinzas, escória e restos de transformação de minério, cujo topo estava regularizado, talvez para se reutilizar o espaço como solo ocupacional. Infelizmente, não é fácil determinar a cronologia deste contexto, tendo-se recolhido apenas um fragmento inclassificável de cerâmica, mas que, ainda assim, parece corresponder a um recipiente moderno/contemporâneo. Deve ainda mencionar-se que este contexto estava já bastante destruído, quer pela abertura da vala para colocação da antiga conduta de abastecimento de água, quer para ligação desta ao ramal do n.º 3 da Rua de São Sebastião.



Fig. 21 Cornija de mármore de secção quadrangular recolhida no decurso dos trabalhos.

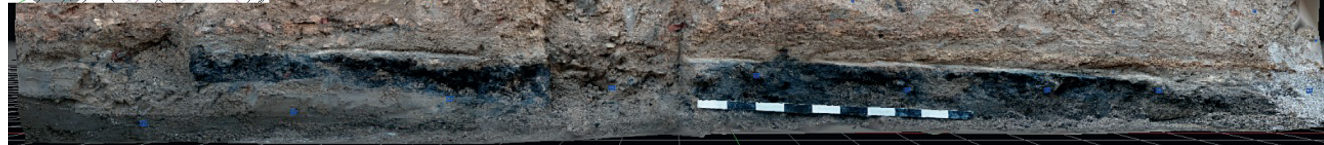


Fig. 22 Levantamento fotogramétrico do contexto registado na Rua de São Sebastião e que pode estar relacionado com eventuais actividades metalúrgicas. Ao centro é visível a vala do ramal doméstico de abastecimento de água que trancou os níveis.



Fig. 23 Aspecto das pastas de produção local/regional das cerâmicas romanas recolhidas: n.º 1, ânfora lusitana de forma indeterminada; n.º 2, ânfora Lusitana 3; n.º 3, cerâmica comum; n.º 4, *imbrex*. Tabela síntese das principais categorias cerâmicas.

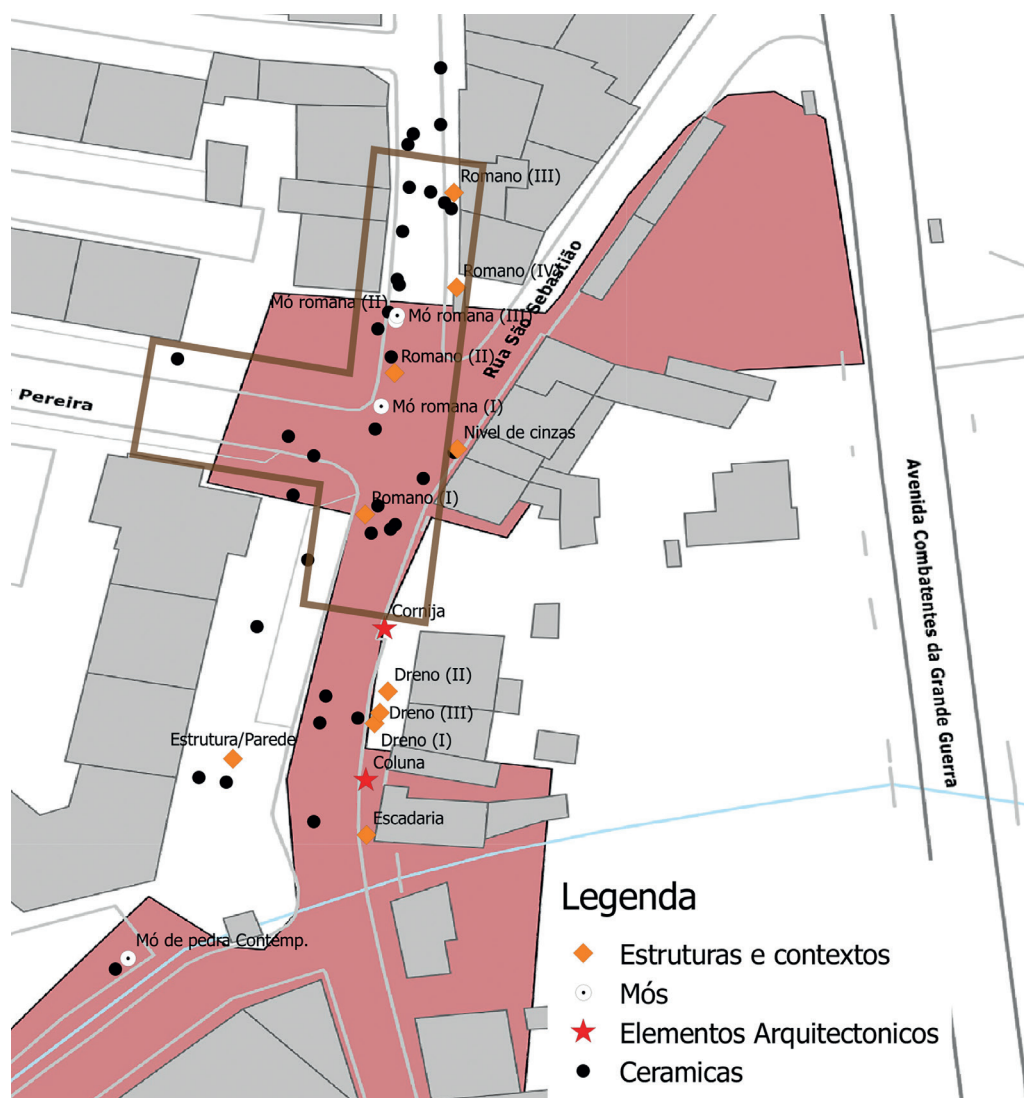
2.3. Algumas conclusões e propostas de futuro

Apesar das dificuldades que representam trabalhos desta natureza, os resultados obtidos durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico no decurso da empreitada de “*remoção da rede de abastecimento de água e saneamento na rua de palha blanco (parte), na castanheira do ribatejo*” são claramente positivos. Além de terem permitido a recolha de um considerável conjunto de património arqueológico móvel, ampliam consideravelmente o conhecimento sobre a História do concelho. Exemplo disso são as novidades acerca da ocupação romana do local ou os novos dados sobre a possível localização da ermida de São Sebastião que, embora já se suponha que se encontrava neste local, faltam ainda dados mais concretos que o corrobore.

O primeiro ponto que merece ser destacado é o de se terem identificado e registado evidências indirectas de uma mais que provável ocupação romana na área urbana da Castanheira do Ribatejo. Com efeito, os materiais que foram recuperados e o contexto em que se encontravam não permitem afirmar que se tratava categoricamente de uma ocupação, mas permitem afirmar que são evidências dela. A considerada quantidade de artefactos cerâmicos de produção local/regional (Fig. 23), faunas e elementos líticos atestam que a zona assistiu a actividades antrópicas durante este período. Por outro lado, merece destaque a presença de abundantes cerâmicas romanas de construção, que terão integrado edifícios domésticos e públicos (pelo menos a julgar pela presença de tijolos utilizados na construção de abóbadas). Assim, embora não tenhamos documentado qualquer estrutura, em positivo ou em negativo, deve considerar-se a possibilidade de que nas imediações deverão existir construções romanas.

A presença de evidências romanas estende-se por uma área que se centra no cruzamento da Rua de Palha Blanco com a Av. Luís César Rodrigues Pereira e a Rua de São Sebastião, mas que se prolonga até ao entroncamento daquela com a Rua do Convento (Fig. 24). Não é improvável que estas evidências continuem também pela Av. Luís César Rodrigues Pereira até cotas mais elevadas. Aliás, atendendo à microtopografia da área, diríamos que existe uma certa probabilidade de nessa elevação se encontrar a ocupação propriamente dita. Não devemos descartar ainda a possibilidade de estes materiais se terem depositado nessa zona para criar áreas de frequentação e expansão da zona urbana. O facto de corresponder a uma zona baixa, provavelmente inundável na Antiguidade, pode ter contribuído para o despejo de detritos nesta zona.

A maioria dos materiais romanos, que enquadrámos entre o segundo quartel do século II e meados da centúria seguinte, mas que ainda assim integra elementos mais tardios, como é o caso da TSAD ou da LRC, foi recuperada num estrato homogêneo que se estendia pela



mencionada área, situação que consente a sugestão de que se trate de uma eventual área de despejo/descarte de elementos que já não eram passíveis de ser reutilizados. A contrastante cronologia de algumas cerâmicas pode ser evidência de uma utilização descontinuada no tempo. O único contexto que consideramos poder tratar-se de uma realidade mais complexa é o que foi averiguado em frente ao n.º 206, no qual se registou uma ânfora de tipo Lusitana 3 *in situ* associada a abundantes faunas mamalógicas (Fig. 25) (entre eles um chifre de *bos taurus* e fragmentos de um crânio, provavelmente do mesmo animal).

Não podemos descartar tampouco que este contexto pode estar associado à *villa* romana da Suberra, localizada a cerca de 400 m em linha recta, na qual se documentou uma ocupação que se enquadrou entre o século I e o V d.C. Neste local foram feitas escavações em 2006 e 2007 na sequência de obras da EPAL de duplicação do Adutor de Castelo de Bode (Batalha & *alii*, 2009; Cardoso, 2013; Monteiro & *alii*, 2008). A dilatada ocupação desta *villa*, coincidente com a cronologia geral do conjunto aqui tratado, poderia justificar uma eventual frequência deste espaço para despejo e descarte de resíduos.

Na mesma área onde se localiza a *villa* romana da Suberra foram identificados vestígios de uma eventual necrópole romana de incineração, concretamente no Bairro Gulbenkian (Par-

Fig. 24 Distribuição e localização das evidências arqueológicas. Linha a castanho, área de dispersão de materiais romanos (mapa base do PDM de Vila Franca de Xira, adaptado por C. Pereira).



Fig. 25 Algumas das cerâmicas e faunas recolhidas no contexto parcialmente conservado detectado em frente ao n.º 206 da Rua de Palha Branco.

reira, 1989-90), e de uma ocupação da Idade do Ferro e época Romana-Republicana, no Bairro Gulbenkian II (Pimenta e Mendes, 2007; Pimenta & *alii*, 2009). No entanto, nestes casos consideramos mais improvável uma eventual relação, ainda que a proximidade de uma ocupação romana-republicana possa justificar a presença de dois fragmentos de ânforas dessa cronologia.

Para períodos mais recentes, destacamos a documentação de duas realidades imóveis que, infelizmente, não foi possível caracterizar crono-culturalmente com mais detalhe. Referimo-nos a uma estrutura identificada no jardim, em frente ao portal n.º 137, e ao caneiro identificado no lado oposto da rua. Para ambos casos consideramos que deverá tratar-se de realidades do período Moderno, situação que estendemos ao contexto com abundantes cinzas e restos de evidências metalúrgicas identificados em frente ao n.º 3 da Rua de São Sebastião. Se no caso do caneiro, por se tratar de uma infra-estrutura subterrânea, não foi possível recolher elementos datantes a ele associado, nos outros dois essa impossibilidade viu-se agravada pelo facto de estarem bastante alterados por trabalhos recentes.

Mais recentes ainda deverão ser as realidades arqueológicas documentadas junto à meia-lua e a que se averiguou na intersecção da Av. Luís César Rodrigues Pereira com a Rua de Palha Branco. Como foi mencionado, para ambos casos foi possível obter informações e testemunhos locais que asseguram ter assistido à presença desses edifícios, em funcionamento e também em ruína. Além disso, quer num, quer no outro caso foram registados elementos que permitem confirmar a sua contemporaneidade, como é o caso de utilização de materiais de construção recentes e a presença de cimentos.

Finalmente, insistimos que em toda a área de afectação pela obra foi possível a recolha de cerâmicas de período Moderno (comum, vidrada, faiança, porcelana, vidros, modelada, entre outros). Conquanto se tenham documentado maioritariamente em contextos revolvidos, a documentação destes elementos é essencial para caracterizar a população, economia, sociedade e cultura da época, motivo pelo qual se deverá proceder sempre à recolha e documentação destas evidências arqueológicas. Neste sentido ganha destaque o registo de um fragmento de mó, que pode ter pertencido a um moinho de água e documenta a existência de actividades de moagem junto à Ribeira da Castanheira.

3. Bibliografia

- AMARAL, J. J. M. F. da S. (1856) — *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Inscrição dos Vindouros, Vila Franca de Xira*. Coleção Património Local, ed. 1997, 2 vols. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) — *A villa romana da SubSerra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. *Trabalhos arqueológicos de uma Obra da Epal*. Lisboa: Epal — Empresa Portuguesa da Águas Livres.
- CARANDINI, A. (1981) — Terra sigillata dell'Asia Minore («Late Roman C» o di Constantinopoli). In CARATELLI, G. (dir.), *Enciclopedia dell'arte antica classica e orientale. I Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo Imperio)*. Roma: Instituto Poligrafico e Zecca dello Stato, pp. 231-232.
- CARDOSO, G. (2009) Ânforas. In BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (eds.), *A villa romana da SubSerra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. *Trabalhos arqueológicos de uma Obra da Epal*. Lisboa: Epal — Empresa Portuguesa da Águas Livres, pp. 62-86.
- CASIMIRO, T. M. (2013) — Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, pp. 351-367.
- CASIMIRO, T. M.; HENRIQUES, J. (2016/2017) — Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI e XVII. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. V, pp. 274-282.
- CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. (2016/2017) — Faiança Portuguesa dos Séculos XVIII e XIX recuperada no Tejo. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. V, pp. 260-273.
- FABIÃO, C. (2008) — Las ánforas romanas de Lusitania. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de La Cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 725-748.
- FILIPE, V. (2023) — *Olisipo (Lisboa), o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio*. Estudos e Memórias 20. Lisboa: UNIARQ — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
- HAYES, J. (1972) — *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HENRIQUES, G. (1997) — *Subsídios para a História do Concelho de Vila Franca de Xira*, Introdução e notas de Garcez da Silva. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- MONTEIRO, M.; BATALHA, L.; CARDOSO, G. (2008) A Villa Romana da SubSerra da Castanheira do Ribatejo. In NUNES, G. S. (coord.), *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 153-161.
- PARREIRA, R. (1989-90) — Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira — Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. Vila Franca de Xira. 4, pp. 77-91.
- PAVONI, M.; PETTENÓ, E. (2003) — Ritrovamenti di anfore nelle acque di Nora. TRONCHETTI, C. (ed.), *Ricerche su Nora — II (anni 1990-1998)*. Cagliari: Ministero per i beni e le attività Culturali / Soprintendenza Archaeologica per le Province di Cagliari e Oristano, pp. 117-123.
- PICCARDI, E.; NERVI, C. (2013) — Produzioni anforiche dalla Penisola Iberica in Sardegna. BERNAL CASASOLA, D.; JUAN TOVAR, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J.; SAÉZ ROMERO, A. (eds.), *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*. Monografías Ex Officina Hispana 1, tomo II. Cádiz: Universidade de Cádiz, pp. 365-387.
- PIMENTA, J. (coord.) (2013) — *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa e Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007) — Novos dados sobre a Presença Fenícia no Vale do Tejo a escavação do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. Almada. II Série. 15, p. 160.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) — *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON, J. (2008) O povoado tardorepublicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira. *Almadán*. Almada. II Série. 16, pp. 26-37.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; MADEIRA, F. (2009) — O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12(2), pp. 177-208.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; MADEIRA, F. (2010) — O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13(1), pp. 25-56.

- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia. Monografías Ex Officina Hispana II*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 303-316.
- ZBYSZEWSKI, G.; TORRE DE ASSUNÇÃO, C. (1965) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000*. Notícia Explicativa da Folha 30-D Alenquer. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

O sítio do Castelo: resultados dos últimos trabalhos arqueológicos – Arruda dos Vinhos

JORGE LOPES¹
GUILHERME CARDOSO²
JOÃO POIARES³
ANDRÉ TEXUGO LOPES⁴
CÁTIA DELICADO⁵
ANA CATARINA SOUSA⁶

RESUMO

O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos), localizado na bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa, é exemplo de um povoado de altura que regista ocupação antes e durante a fase de romanização. É caracterizado pela complexidade estratigráfica, atendendo à sobreposição de ocupações: Calcolítico, Idade do Ferro/ Romano e Idade Contemporânea.

Apesar de ainda existirem muitas lacunas na informação referente a este período, apresenta-se uma releitura do sítio arqueológico no quadro do processo de romanização da região de Olisipo, tendo em conta a leitura dos novos dados compulsados nas últimas campanhas (2021-2023) e o cruzamento da informação recolhida nas anteriores campanhas (1989-1999).

SUMMARY

The archaeological site of Castelo (Arruda dos Vinhos), located in the Rio Grande da Pipa watershed, is an example of a hilltop settlement that shows occupation before and during the Romanization phase. It is characterized by stratigraphic complexity, due to the overlapping of occupations: Chalcolithic, Iron Age/Roman, and Contemporary Age.

Despite many gaps in the information regarding this period, a reinterpretation of the archaeological site is presented within the framework of the Romanization process of the Olisipo region, taking into account the new data compiled in the latest campaigns (2021-2023) and the cross-referencing of information collected in previous campaigns (1989-1999).

1. Nota prévia

O presente artigo apresenta uma releitura dos trabalhos arqueológicos antigos e recentes desenvolvidos no sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos), no contexto da romanização da região de Olisipo.

Tratando-se de um sítio de altura, com uma longa história de ocupação, a interpretação deste sítio encontra-se ainda em construção, sendo várias as limitações à sua interpretação. Apesar da realização de nove campanhas de escavação, existem ainda grandes lacunas de informação. Por um lado, a área escavada é relativamente escassa, apesar das sucessivas campanhas, inicialmente sob a direção de J. Ludgero Gonçalves (1988 e 1992), posteriormente de Guilherme Cardoso (1997-1999) e, mais recentemente, de três dos signatários (Ana Catarina Sousa, Jorge Lopes, André Texugo) entre 2021 e 2023.

- 1 Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
- 2 Associação Cultural de Cascais
- 3 Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 4 UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa); CEG/IGOT (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa)
- 5 UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)
- 6 Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa).

Por outro lado, a extensa biografia de uso desta elevação e a escassa potência sedimentar torna muito complexa a caracterização de cada uma das fases de ocupação: no Calcolítico (3.º milénio a.C.), no período Romano (séc. II-I a.C.) e na Terceira Invasão Francesa (1810-1811). É praticamente impossível abordar cada uma das três fases de forma isolada, sendo especialmente expressivas, em termos estruturais, as construções amuralhadas associadas ao Calcolítico e o reduto oitocentista construído em 1810.

A relevância de cada uma das fases de ocupação do sítio do Castelo, no quadro local e mesmo regional, motivou uma nova fase de investigação promovida pelo município de Arruda dos Vinhos e pela UNIARQ, apresentando-se aqui, de forma preliminar, os resultados referentes à ocupação da fase de romanização.

2. O povoado do Castelo

2.1. História da Investigação

O sítio, em particular o povoado Calcolítico, foi identificado em 1987 por Joaquim Gonçalves, no decurso de trabalhos de prospeção destinados à elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Sobral de Monte Agraço (Gonçalves, 1997). Entre 1988 e 1999, João Ludgero Gonçalves e Guilherme Cardoso, então arqueólogos da Assembleia Distrital de Lisboa, realizaram diversas campanhas de escavações arqueológicas. Posteriormente, entre 2021 e 2023, Ana Catarina Sousa, Jorge Lopes e André Texugo confirmaram as três grandes fases de ocupação até então reconhecidas: 1) Calcolítico; 2) Idade do Ferro; 3) Idade Contemporânea (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014).

No período compreendido entre 1988 e 1993, João Ludgero Marques Gonçalves dirigiu seis campanhas no âmbito do projeto “Intervenção arqueológica no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos”, tendo escavado extensamente este sítio, com identificação de um troço de muralha e de uma torre calcolítica e uma ocupação da Idade do Ferro / Romano. Os principais resultados destas campanhas foram publicados em artigo geral (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014), incluindo duas datações radiocarbónicas do primeiro quartel do 3.º milénio a.C. e um vasto conjunto de materiais arqueológicos, depositados parcialmente na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

A partir de 1997 a direção dos trabalhos passou para Guilherme Cardoso, igualmente no âmbito das atribuições da Assembleia Distrital de Lisboa. Os trabalhos de escavação (3 campanhas) foram enquadrados pelo projeto do “PNTA Humanização do Sítio do Castelo – Arruda dos Vinhos” e foram também parcialmente publicados pelo responsável científico (Cardoso, 2014).

Entre 2013 e 2014, os signatários Jorge Lopes e Ana Catarina Sousa, efetuaram novos trabalhos de reconhecimento do terreno no âmbito da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos. Neste contexto, procedeu-se à relocalização do sítio, tendo sido efetuadas novas recolhas e a caracterização da morfologia da ocupação (Lopes, 2017). Os trabalhos de caracterização de superfície (registo de campo e as necessárias anotações, registo fotográfico, georreferenciação do sítio (com GPS) e localização na Carta Militar), contaram com a participação de estudantes do Seminário de Arqueologia do Território / Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. Nessa ocasião, também no contexto do

processo de classificação das Linhas de Torres, foi efetuada a desmatagem do local, com o objetivo de avaliar patrimonialmente este sítio.

Em 2019, após um prolongado processo de classificação, o sítio foi integrado no conjunto classificado como Monumento Nacional sob a designação “1.ª e 2.ª Linhas de Defesa a Norte de Lisboa, durante a Guerra Peninsular”, também conhecidas como Linhas de Torres Vedras, por via do Decreto n.º 10/2019, Diário da República, 1.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2019.

A investigação no povoado do castelo reve continuidade desde então, com a Câmara Municipal a investir na investigação arqueológica em parceria com a UNIARQ-FLUL, no âmbito do protocolo estabelecido em 2013 no contexto da Carta Arqueológica. Entre 2021 e 2023, sob a direção de três dos signatários (ACS, JL, AT), foram realizadas novas intervenções arqueológicas, estruturadas em duas vertentes complementares: (1) valorização e (2) investigação.

Desde o início do projeto “Rota Histórica das Linhas de Torres” que se ponderou incluir o sítio do Castelo / Passo nos sítios visitáveis, mas vários fatores afastaram essa possibilidade: a complexidade das estruturas sobrepostas e a sua difícil interpretação, o acesso difícil ao local (sem acesso rodoviário) e a circunstância de ser propriedade privada. Assim, com os mais recentes trabalhos pretendeu-se obter uma leitura de conjunto sobre o sítio de forma a poder planificar futuras ações de valorização.

Tendo em conta a complexidade do sítio e dos variados contextos cronológicos, pretende-se dar continuidade à investigação em programas de longa duração. Desta forma, está previsto, a iniciar em 2026, a realização de um Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia. Este novo projeto pretende contribuir para aprofundar o conhecimento dos diversos contextos de ocupação e para a criação de futuros projetos de valorização do sítio.

2.2. Localização e Implantação

O sítio do Castelo (CNS – 3588) localiza-se na freguesia de Arranhó, concelho de Arruda dos Vinhos, distrito de Lisboa (Latitude 38,99151; Longitude -9,118333; Altitude 280 metros), a Sul da povoação de Pontes de Monfalim e sobranceiro à povoação do Paço. Encontra-se no extremo Norte de um esporão, sobre a ribeira de Monfalim no vale do Rio Grande da Pipa. Tem a Ribeira de Monfalim a oeste e a Ribeira da Louriceira a este.

O sítio Calcolítico foi denominado de Castelo (Gonçalves, 1997) e o reduto das Linhas de Torres construído em 1810, foi designado por Passo ou Paço. Ambas as designações remetem para topónimos que se conservam na proximidade: Castelo é um microtopónimo situado a Sul, no atual concelho de Arruda dos Vinhos, e Passo/Paço remete para uma localidade situada a Norte, no sopé do esporão, no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Está estrategicamente bem implantado, com visão ampla para todos os quadrantes, sendo possível ver o Tejo a Este. É protegido naturalmente pelo declive bastante acentuado e rochoso, estando sobranceiro a um vale profundo, que sempre serviu de via de comunicação (Cardoso 2014, p. 227).

Quanto à geologia, o sítio é caracterizado pela presença de calcários e margas (Lopes, 2017, p.167).

A área ocupada é relativamente restrita, com uma dispersão de achados numa área inferior a 1 hectare.



Fig. 1
Vista aérea do sítio do Castelo (André Texugo).

2.3. O sítio do Castelo e a ocupação da Idade do Ferro e Romana em Arruda dos Vinhos

Situado no interior da Península de Lisboa, entre o estuário do Tejo e a costa atlântica, o território de Arruda dos Vinhos encontra o seu principal eixo hidrográfico no Rio Grande da Pipa. Esta bacia hidrográfica marca de forma determinante a paisagem, sobretudo a Este do concelho. O rio nasce no concelho de Sobral de Monte Agraço, percorre a Norte da vila de Arruda dos Vinhos e desagua no Tejo, na zona da Vala do Carregado.

Para além desta, outras bacias hidrográficas cruzam o território: a Sul, a do Rio Trancão; a Norte, a do Rio Alenquer; a Oeste, a do Rio Sizandro; e a Este, a do Tejo.

A estratégia de ocupação do território de Arruda é definida pelas características oro-hidrográficas da região. A paisagem destaca-se pelos seus planaltos de média altitude que se erguem sobre o vale do Rio Grande da Pipa, locais de grande defensabilidade natural e excelente aptidão agrícola, com domínio sobre as paisagens envolventes, assumindo um controlo efetivo sobre todo o vale.

O atual território do concelho de Arruda dos Vinhos foi alvo de um processo de intensa romanização, que testemunha uma presença romana particularmente expressiva desde uma

época recuada. Importa ainda sublinhar a sua localização estratégica, numa zona de ligação entre o interior da Península de Lisboa e a principal via romana que ligava Olisipo a Bracara Augusta (Alarcão, 1988; Mantas, 1996; Cardoso e Gonzalez, 2010; Pimenta e Mendes, 2012). Segundo proposta de um dos autores, existe uma relação direta entre os povoados fortificados localizados nas margens do vale do Rio Grande da Pipa (na margem direita: sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos e Monte dos Castelinhos, este no concelho de Vila Franca de Xira; na margem esquerda: Castro do Amaral, no concelho de Alenquer) e a importância que o vale do rio Grande da Pipa representa, quer pela sua fertilidade que por se tratar de uma zona de passagem na ligação entre o território de Torres Vedras, o Tejo e as ligações a *Scallabis* e *Emerita Augusta* (Cardoso, 2014).

Os primeiros indícios de presença romana efetiva no território de Arruda dos Vinhos remontam ao século II a.C., podendo pressupor-se a existência de contactos entre as comunidades indígenas, instaladas em povoados estrategicamente situados nos pontos elevados que circundam o vale de Arruda, e os exércitos romanos, como sugere o caso do sítio arqueológico do Castelo.

Neste território subsistem algumas evidências que podem ser interpretadas como marcas de aculturação, entre as quais se destacam as estelas do Casal das Pias e da Igreja de S. Tiago dos Velhos, cuja onomástica epigrafada sugere características tipicamente indígenas (Cardoso e d'Encarnação, 2010, p. 10).

A escavação de cariz preventivo realizada em 2012 no Adro da Igreja de Nossa Senhora da Salvação, no âmbito do “Projeto de Requalificação dos Arruamentos da Procissão de N.ª Sr.ª da Salvação – I Fase”, revelaram vestígios de uma necrópole medieval/moderna, mas com vestígios de ocupação anterior, nomeadamente da Idade do Ferro (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017). O sítio apresenta uma ampla diacronia de ocupação, tendo início numa fase inicial da presença romana, continuando a ser ocupado ao longo do período romano, tendo essas evidências vindo a ser interpretadas como sendo de uma *Villa* (Lopes e Cardoso, 2019, p. 39). Dos vestígios mais antigos desta ocupação refere-se que “Das camadas mais profundas em contacto com o substrato geológico ou em estratos de revolvimento provem fragmentos de cerâmicas de feitura manual e cinzentas finas de bordos de secção em voluta características de uma população indígena do final da 2.ª Idade do Ferro” (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017, p. 1112). A presença romana na sua fase inicial é atestada pela cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B e ânforas vinárias itálicas (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017).

As prospeções arqueológicas realizadas em 2013 no âmbito da Carta Arqueológica, permitiram também identificar e relocalizar um número considerável de sítios atribuíveis a este período histórico. Além do sítio do Castelo, assinalam-se em Arruda dos Vinhos os sítios do Moinho do Custódio (CNS – 35431) e de Nossa Senhora do Monte (CNS – 35432), com ocupação em altura também da transição Ferro/Romano, com presença de cerâmica de paredes finas, cerâmica comum e fragmentos de ânforas que remetem para uma ocupação romano republicana (Cardoso e Gonzalez, 2008, pp. 127-133; Lopes, 2017, pp. 190-193).

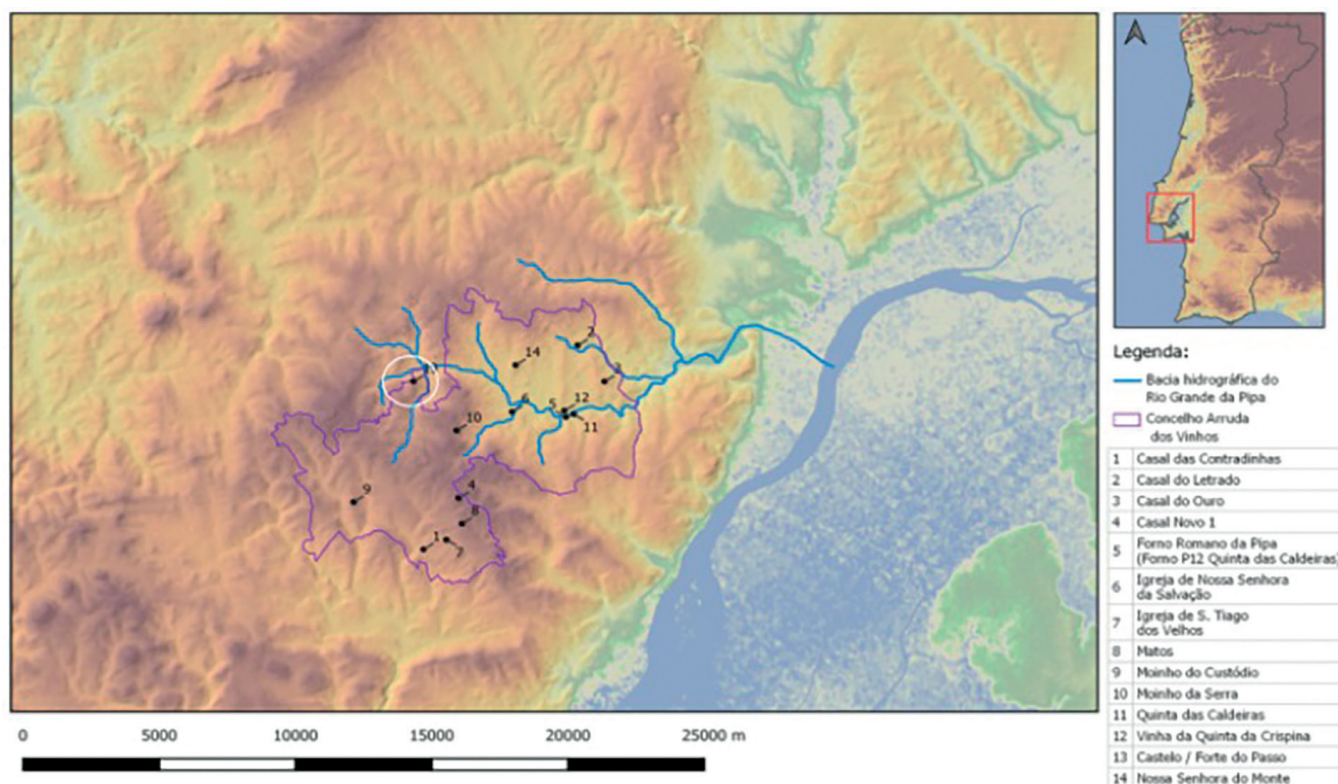
O processo de romanização conduziu ao abandono progressivo dos povoados de altura, cuja localização deixava de responder às novas exigências económicas impostas pela presença romana. Em seu lugar, verificou-se a proliferação de estruturas fundiárias – *villae* e casais agrícolas – especialmente concentradas na margem esquerda do Rio Grande da Pipa. Este curso de água assumiu-se como um importante eixo estruturante da ocupação

humana, funcionando como via natural de comunicação e circulação entre o interior da Península de Lisboa e o estuário do Tejo.

O incremento da atividade humana no território insere-se no quadro regional mais amplo, sendo plausível associar a multiplicação de casais, villae e vicus no ager olisiponensis ao período Imperial, coincidindo com a elevação de Olisipo a municipium (entre 31 e 27 a.C.).

No que concerne ao sítio em estudo, o Castelo, os dados estratigráficos revelados nas 11 campanhas de escavação confirmam uma ocupação de reduzida expressão no final do 1.º milénio, pois as estruturas identificadas em escavação reportam-se essencialmente às fortificações calcolíticas e ao reduto oitocentista.

A associação entre os dados do LiDAR e as sondagens arqueológicas das várias campanhas evidenciam os vestígios de um pequeno recinto muralhado Calcolítico, provavelmente com várias torres, e, na área exterior, uma estrutura que parece corresponder ao fosso e reparo do forte. Não existem evidências de estruturas de grande expressão do período romano, embora seja referido por Guilherme Cardoso a presença de atividade doméstica, evidenciada por sinais de estruturas habitacionais (Cardoso, 2014).



2.4. Os dados da ocupação romana nos trabalhos arqueológicos entre 1988 e 1999 no sítio do Castelo

O foco principal das campanhas realizadas entre 1988 e 1999 foi centrado na vertente Sul, abaixo de uma área com um talude marcado no terreno.

Nestas primeiras campanhas foram identificados vestígios de um recinto muralhado Calcolítico, marcado pela escavação de uma torre maciça adossada a uma linha de muralha cor-

Fig. 2 Sítios com ocupação Romana no Município de Arruda dos Vinhos, assinalando-se o Castelo (Liliana V. Carvalho).

tada na rocha de base. A cultura material identificada e a obtenção de uma datação absoluta situam esta ocupação no Calcolítico pleno estremenho (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014).

Segundo os escavadores, existiria um hiato até ao final da Idade do Ferro e na fase de contacto com o mundo romano, propondo-se a presença de uma pequena comunidade indígena que teve os primeiros contactos com o mundo romano pelas campanhas militares (*Ibidem*) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014). Quanto à cultura material são observáveis vestígios arqueológicos dos séculos II a.C. e I a.C. que testemunham a etapa final da Idade do Ferro e os primeiros contactos com artigos importados da Península Itálica, que marcam o início do período romano-republicano.

São escassas as estruturas associadas à fase Ferro/Romano, sendo apenas referida a presença de vestígios de um piso de argila cozida, delimitado em parte por dois alinhamentos de pedras fincadas na vertical (talvez um pequeno muro de proteção a uma zona de lareira), e fragmentos de telha de origem romana, relacionando-se com sinais de estruturas habitacionais e atividade doméstica (Cardoso, 2014). Embora os contextos assumam escassa expressão em termos de estruturas e potência estratigráfica nas áreas escavadas, o espólio recolhido é bastante significativo. Numa área total escavada de 159 m², a potência estratigráfica varia entre os 15 cm e os 80 cm, sendo que quanto mais próximo do escarpamento menor é a estratigrafia.

No que diz respeito ao repertório cerâmico, nas escavações entre 1988 e 1993, destacam-se fragmentos de recipientes para armazenagem e consumo, interpretados como da Idade do Ferro por João Ludgero Gonçalves, que realça os potes com funções de armazenagem, e que encontra paralelos, nas proximidades do Castelo, no Castro de Pragança (Cadaval), São Salvador (Cadaval) e Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira), com cronologias atribuíveis a meados do século I a.C. (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014; Pimenta, Vol. I e II, 2022), panelas e outro grupo de recipientes que serviriam para levar líquidos à mesa, encontrando-se ausentes tigelas e pratos (Gonçalves, 1997, p. 10). Guilherme Cardoso, em 1999, refere a presença de cerâmica de armazenamento como um “grande *dolium* cerâmico e, grandes fragmentos de grandes potes de cerâmica para armazenagem de víveres, e diversos fragmentos de panelas, tigelas e jarros, dois fragmentos de taças de cerâmica campaniense A, conta discoidal de cerâmica, e cossoiros e pesos de tear” (Cardoso, 2014). Na generalidade do conjunto das cerâmicas comuns, o enquadramento cronológico situa-se igualmente entre o final do século II a.C. e meados do século I a.C., encontrando paralelos no Castro de São Salvador (Cadaval) e no Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014; Pimenta, 2022, Vol. I). Os três fragmentos de cerâmica de verniz negro do grupo Campaniense A, e os dois fundos de paredes finas, ajudam a confirmar a cronologia deste contexto arqueológico (segunda metade do século II inícios do século I a.C.).

Por último, o espólio recolhido conta com um importante conjunto de materiais metálicos que se situam nas cronologias em estudo. Neste inclui-se um alfinete de cabelo em bronze, fíbulas, uma faca de ferro, três denários de 153 a.C. a 134 a.C (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014) e um fragmento em bronze de difícil classificação (Gonçalves, 1997, p. 11).

No que concerne às fíbulas identificadas, duas correspondem ao tipo Schüle 4h (Schüle, 1969, pp. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, pp. 218-244), em liga de cobre, cuja cronologia de produção se enquadra já na época romana republicana, situando-se o apogeu da difusão destas peças entre os meados do século II e os finais do século I a.C. (Miguez, 2014). Faz também parte deste conjunto uma fíbula em prata variante de Nauheim, decorada com motivo atremollo serpenteante, Ponte 40 (Ponte, 2006), cronologica-

mente situada entre finais do séc. II a.C. e inícios do séc. I a.C. (*Ibidem*, pp. 325-342)

Esta tipologia de fíbulas é encontrada em sítios militares, no âmbito da conquista militar romana nos séculos II e I a.C., encontrando paralelos, nas proximidades do Castelo, no Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2022, Vol. I), nos acampamentos do Cerco de Numantia, em Cáceres el Viejo, Castelo da Lousa, povoado do Pedrão, Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018), Lomba do Canho, Monte dos Castelinhos, a par de outros sítios como Mesas do Castelinho (Pimenta, 2022, Vol. I, p. 570).

A presença de um reduto das Linhas de Torres foi frequentemente mencionada nas primeiras fases de intervenção; contudo, o foco da investigação centrou-se sobretudo nas ocupações mais antigas do sítio. Nesse âmbito, destacou-se essencialmente o impacto da construção do Forte do Paço – Obra Militar n.º 12 sobre o povoado Calcolítico e sobre os contextos da Idade do Ferro/Romano.

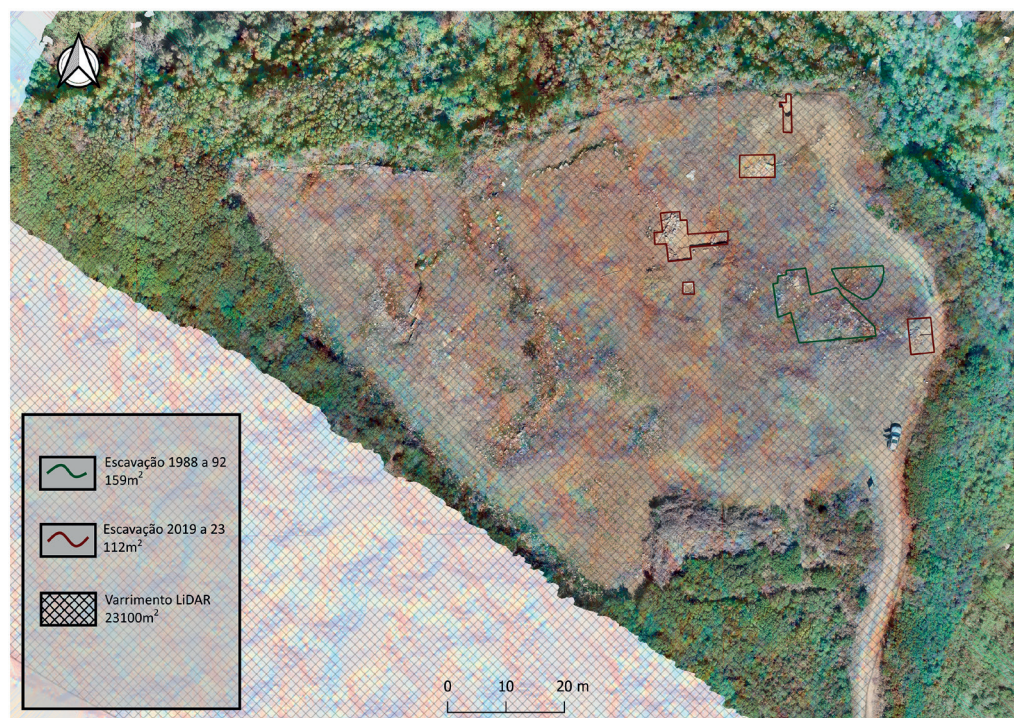


Fig. 3 Localização das áreas escavadas entre 1988 e 2023 (André Texugo).

3. Os novos dados sobre o povoamento do II e I séc. a.C.: os trabalhos arqueológicos no sítio do Castelo – campanhas de 2021 a 2023

3.1. Objetivos

Os trabalhos realizados entre 2021 e 2023 pretenderam preparar um futuro projeto de valorização e musealização do sítio do Castelo através de três grandes objetivos: 1) Obter uma planta geral da fortificação oitocentista para inserção do sítio na Rota Histórica das Linhas de Torres; 2) Caracterização geral do faseamento do sítio, identificando estruturas e contextos preservados relativos a cada uma das fases de ocupação; 3) Caso de estudo para aplicação de levantamentos LiDAR a sítios com esta complexidade estrutural.

3.2. Metodologia e descrição dos trabalhos

3.2.1. Levantamento LIDAR

Em 2021 o sítio do Castelo encontrava-se com um coberto vegetal muito denso, composto por carrascos de elevado porte. Esta circunstância permitiu atestar a validade do levantamento LiDAR para sítios com várias fases construtivas, de diferentes cronologias.

No caso do sítio arqueológico do Castelo em Arruda dos Vinhos, a utilização de um sistema LiDAR (*Light Detection And Ranging*) acoplado a um UAS (*Unmanned Aerial System*), especificamente o DJI Matrice 600 Pro equipado com um sensor Phoenix LiDAR Scout-8, segue um procedimento metodológico robusto e bem estabelecido.

As especificações do voo cobrem uma área determinada a uma altura constante de 40 metros, com uma sobreposição frontal e lateral de 60% e uma velocidade de voo de mapeamento de 3 metros por segundo, configurada através do software Map Pilot.

Em termos de aquisição de dados, o sensor LiDAR Scout-8, com a capacidade de varrimento até 200 metros com 80% de refletividade e um RMSE absoluto de 100mm a uma distância de 50 metros, emite 420 mil pontos por segundo, registando até três retornos.

A primeira etapa do processamento pós-voo envolve uma classificação prévia dos pontos adquiridos utilizando o *software* SpatialExplorer 5.0.2, desenvolvido pela Phoenix LiDAR Systems. Seguidamente, é realizada a extração de pontos de ruído através do filtro *Radius Outlier Removal* (ROR), que remove *outliers* baseando-se no número de vizinhos num raio específico. Posteriormente, é aplicado o algoritmo de filtragem baseado em superfície, denominado densificação progressiva de redes triangulares irregulares (PTD), para a extração e caracterização de pontos de terreno, sendo este um método robusto e eficaz para distinguir pontos de terreno de pontos não-terreno.

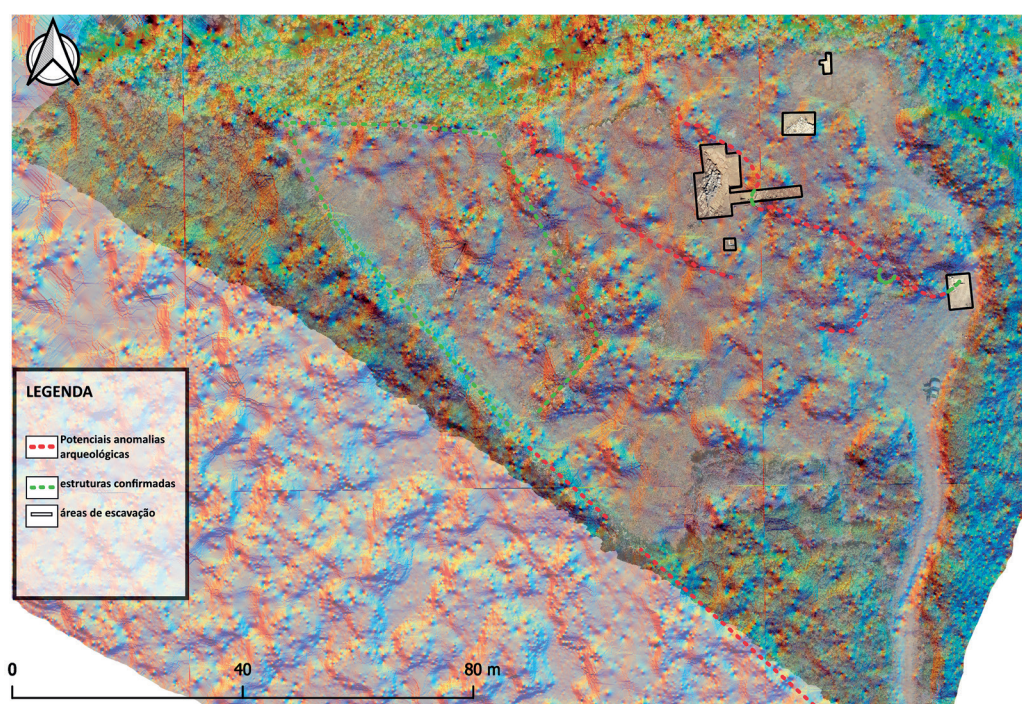


Fig. 4 Levantamento LiDAR com indicação dos 3 sectores escavados entre 2021-2023 (André Texugo).

Após a obtenção dos pontos de terreno, o arquivo ‘.las’ resultante é exportado para criar um modelo digital do terreno (MDT) interpolado, utilizando a ferramenta *Inverse Distance Weighting* do *software* SAGA.

A visualização do MDT é efetuada através de métodos de visualização derivados de modelos de relevo, incluindo *hillshade* multidirecional oblíquo (MDOW), inclinação, modelo de relevo local (LRM), fator de visão do céu (SVF), abertura positiva e negativa, e uma combinação destes métodos, calculados utilizando o *Relief Visualization Toolbox*.

Finalmente, todas as anomalias detetadas são sinalizadas e localizadas ponto-a-ponto utilizando um dispositivo GNSS, permitindo uma documentação precisa das características arqueológicas presentes no sítio do Castelo.

3.2.2. Trabalhos arqueológicos

A intervenção iniciou-se com uma limpeza e remoção da vegetação geral do sítio, seguindo a mesma metodologia preconizada no projeto Rota Histórica das Linhas de Torres (Sousa & *alii*, 2011).

A campanha de desmatagem evidenciou um conjunto de estruturas pétreas de cronologia indefinida e também as sondagens arqueológicas efetuadas previamente.

Após esta ação foram efetuados levantamentos fotogramétricos de drone que permitiram a execução de novos modelos digitais de terreno, os quais foram aferidos com os anteriores.

De acordo com uma avaliação do levantamento LiDAR e da observação do terreno, foram selecionados três sectores para intervenção, tendo os trabalhos decorrido em 2021, 2022 e 2023:

- **Sector 1**, corresponde à área da bateria de barbeta do forte, localizando-se na área mais elevada.
- **Sector 2**, situa-se já no patamar inferior, na vertente oeste, numa área aparentemente não escavada nas primeiras campanhas.
- **Sector 3**, corresponde à vertente sul do sítio, onde se implanta a principal área das antigas escavações.

No **Sector 1**, as sondagens realizadas permitiram compreender que o topo da elevação foi completamente reconfigurado para instalação da bateria elevada do reduto das Linhas de Torres, uma plataforma para fazer tiro sobre o vale. A escavação permitir verificar que o substrato foi cortado e que a topografia foi alterada com o depósito de sedimento para criação de uma plataforma apoiada por um parapeito sustentado por um aparelho misto de terras e pedras, provavelmente rematado por uma fiada de blocos, que ainda se encontram pontualmente. A avaliar pela presença (residual) de materiais pré-históricos e modernos no estrato de aterro, podemos aventar que a terra tenha destruído parte de estratos de ocupação pré-histórica, eventualmente subtraídos na vertente. Em termos gerais, deve ser realçada a escassez de materiais arqueológicos recolhidos neste sector, não existindo praticamente nenhum material de cronologia romana.

O **sector 2** é aquele de onde provém grande parte do material arqueológico de todas as cronologias, comparativamente com os outros setores. A potência estratigráfica, nos sectores 1 e 3 situa-se entre os 15 cm e os 30 cm, ou seja, apresenta menos potência em comparação com o sector 2 onde podem ser atingidos 80/90 cm de profundidade.

Identificou-se, uma estrutura robusta com um muro de grandes dimensões (2,10 m de largura e 10 m de comprimento) e um pequeno muro perpendicular (2,10 m de largura e 3,10 m comprimento). O muro de maiores dimensões (U.E.11), apresenta uma forma

em U, configurando uma entrada, A presença de um pavimento com pendor oblíquo junto à parede e a circunstância que a estrutura se encontra parcialmente cortada no substrato geológico podem indicar que se trataria de vestígios do paiol do forte oitocentista. Deve, contudo, salientar-se que não se identificou a parede este do paiol, sendo possível que esta fosse em terra ou em madeira. A confirmação da presença do paiol parece indicar que o reduto é bastante maior que a área delimitada inicialmente.

Na vertente foi também identificado um talude com estruturação pétrea que pode corresponder a uma muralha e a uma torre. Não é fácil avançar com cronologias, mas a tipologia construtiva e os materiais parecem indicar que se trata da mesma linha defensiva onde se situa a torre escavada por J. Ludgero Gonçalves. O levantamento LiDAR parece, aliás, indicar a presença de um talude zigzagueante que poderá corresponder à presença de torres.

A estrutura que potencialmente poderá corresponder ao paiol, encontrava-se quase na sua totalidade preenchida por um sedimento de aterro, contendo mistura de materiais das cronologia pré-histórica e Idade do Ferro e II e I séculos a.C. e lixos contemporâneos provenientes de exercícios militares realizados no local nas décadas de 80 e 90 do século XX.

No âmbito das campanhas realizadas entre 2021 e 2023, foi exumada uma quantidade considerável de fragmentos de cerâmica enquadráveis na transição cronológica da Idade do Ferro para o Período Romano Republicano.

Para além do espólio cerâmico recolheu-se na campanha de 2022 um denário republicano forrado e na campanha de 2023 um anel de cobre com a incrustação de pedra, encontrados junto ao muro U.E.11, no sedimento de aterro a cerca de 50 cm de profundidade.

O **sector 3** tem uma potência estratigráfica muito fraca e situa-se na área anexa às escavações de J. Ludgero Gonçalves, num local afetado por uma terraplanagem recente. Situando-se no alinhamento da torre calcolítica, foi identificado um amontoado pétreo que poderá corresponder a mais uma torre muito afetada. Foi recolhido escasso material de diversas cronologias, mas a sua frequência e o seu estado de conservação são muito baixos.

3.2.3. Cultura material

Nas campanhas arqueológicas entre 2021 e 2023, no sector 2 o conjunto cerâmico integrável no período Ferro/Romano é o mais significativo, ascendendo a 63%. Os fragmentos de cerâmica pré-histórica representam cerca de 27%, os fragmentos de cerâmica contemporânea 4%, e os restantes 6% referem-se a fragmentos cerâmicos inclassificáveis.

Estes valores têm de ser ponderados com uma avaliação da natureza das várias ocupações. Os vestígios coevos do forte das Linhas de Torres são escassos, o que é compatível com o panorama de outros redutos da primeira e segunda linha (Rocha e Reprezas 2014; Sousa, 2011), também com um escasso número de materiais, situação compatível com o uso temporário das guarnições militares (Pereira, 2018; Pimenta, 2022, Vol. I)

Por outro lado, o tipo de material que domina o conjunto cerâmico da fase Ferro/Romano corresponde a recipientes de armazenamento. A maior parte dos materiais desta cronologia foram recolhidos no sector 2 junto da estrutura interpretada como paiol, sendo provenientes de níveis de aterro.

Apesar de ter sido recolhido um volume considerável de cerâmicas das cronologias Ferro/Romano, o número de cerâmicas classificáveis é bastante reduzido. Estudaram-se 10 fragmentos de fundo e 24 bordos. A cerâmica é comum, estando ausente do espólio

exumado as cerâmicas de importação, sugerindo-se que seja de fabrico local. As tipologias são diversas: panela; prato; tacho; pote; potinho; alguidar; copo; talha e tigela, encontrando paralelos, tal como os vestígios exumados nas primeiras campanhas, no Castro de São Salvador (Cadaval) e no Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) (Gonçalves, 1997; Cardoso, 2014; Pimenta, 2022, Vol. I). A única exceção registou-se na campanha arqueológica de 2023, com a recolha de um fragmento de bordo de cerâmica de paredes finas, que poderá ser atribuído a produções da região de Cádiz (Reinoso del Río, 2002, 2003, 2004).

Apesar da existência de um número reduzido de cerâmica de importação neste novo conjunto, a presença de materiais metálicos parece indicar uma cronologia dos finais do século II a.C. Com efeito, foi recolhido no sector 2 um denário em prata datado de 119 a.C (N.º Inventário: CTL.2021/2022.0325) e um anel de bronze com pedra engastada (N.º Inventário: CTL.2021/2022.0081).

No caso deste último elemento de adorno, a tipologia enquadra-se no tipo 2d (Barrero Martín, 2022, p. 276). Apresenta um contorno ligeiramente horizontal com perfil convexo. O anel de bronze encontra-se fragmentado, e a análise preliminar da pedra, efetuada por Carlos Odriozola, indica tratar-se de granada.

Esta tipologia apresenta um paralelo próximo no Monte dos Castelinhos, embora exista diferença na liga metálica. No exemplar do Monte dos Castelinhos, a liga utilizada é o cobre, correspondendo à parte superior destinada a alojar a pedra, preservando ainda parte do aro, mas sem a pedra (Pimenta, 2022, vol. I, p. 515; vol. II, p. 1148, Estampa 159).

No caso do denário em prata, este foi cunhado em Roma em 119 a. C. por Marcus Furius: Jano bifronte no anverso e Roma com troféu militar no reverso – *L. f. Philus*. encontrava-se perfurado para utilização em suspensão, à semelhança de dois dos denários recolhidos nas primeiras campanhas, o que lhes confere um uso diferente do que lhe foi originalmente destinado, não tendo sido encontrados paralelos a nível regional.

Os denários do período Republicano encontram paralelos regionais na margem norte do Tejo, na península de Lisboa, segundo João Pimenta, em sítios como o Monte dos Castelinhos (CNS – 392), onde se destaca na coleção o denário mais antigo datado de 147 a.C. (Pimenta, 2022, Vol. I, p. 541), o Castro de Pragança (CNS – 1260), com dois denários datados entre 150 e 137 a.C., o Tesouro do Casal dos Cabeços (CNS – 1822), o Tesouro do Pinhal do Alvarinho (CNS – 3184), o Bairro da Estefânia (CNS – 6205), o Outeiro da Assenta (CNS – 4) ou o Tesouro da Columbeira (CNS – 1607) (*Ibidem*, p. 677-678). Encontra-se também em acervo do Museu Leonel Trindade, em Torres Vedras, um significativo conjunto de numismas da região de Torres Vedras, de cronologia Romano Republicana, cujo mais antigo é datado de 149 a.C. Ainda no Museu Leonel Trindade, relativo a este período, encontram-se depositados dois denários romanos provenientes da Serra de São Julião (CNS – 482), um dos quais datado de 130 a.C. (*Ibidem*).

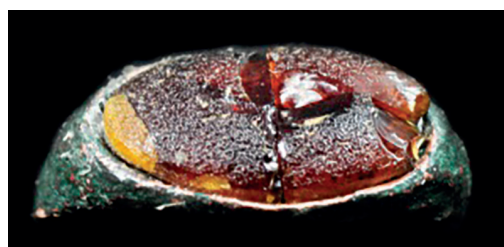


Fig. 5 Anel em bronze. N.º Inventário: CTL.2021/2022.0081 (Guilherme Cardoso).

Fig. 6 Denário de prata (119 a.C.). N.º Inventário: CTL.2021/ 2022.0325 (Guilherme Cardoso).

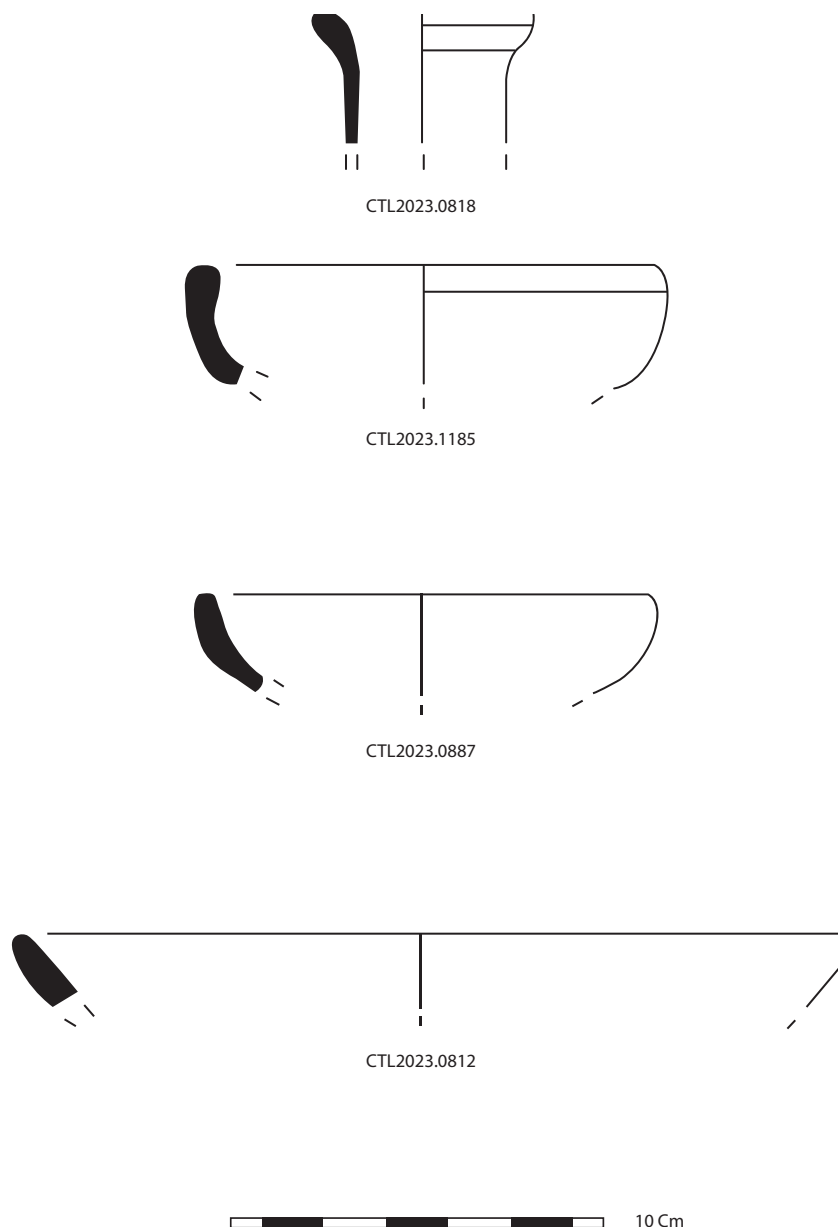


Fig. 7 Estampa da cerâmica comum recolhida na campanha de 2023 (João Poiães).

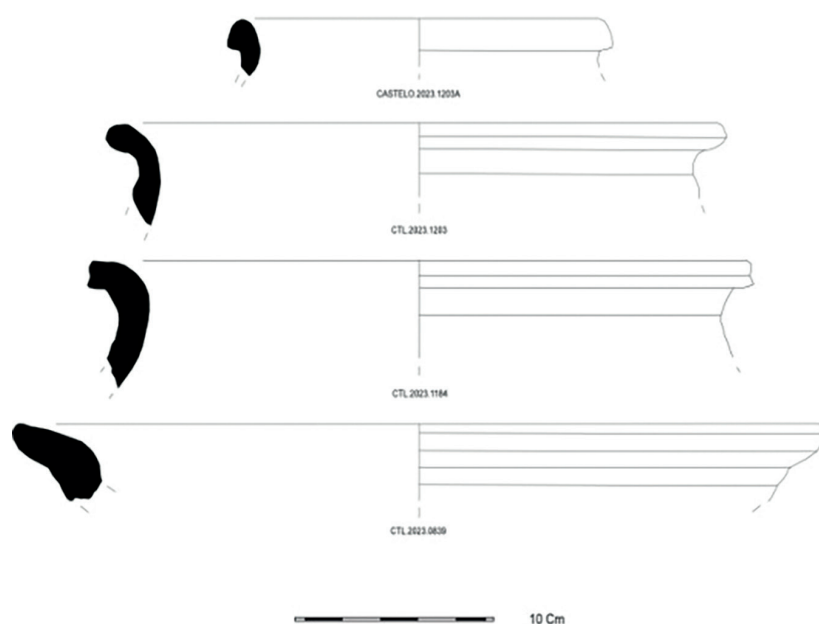


Fig. 8 Estampa da cerâmica comum recolhida na campanha de 2023 (João Poiares).

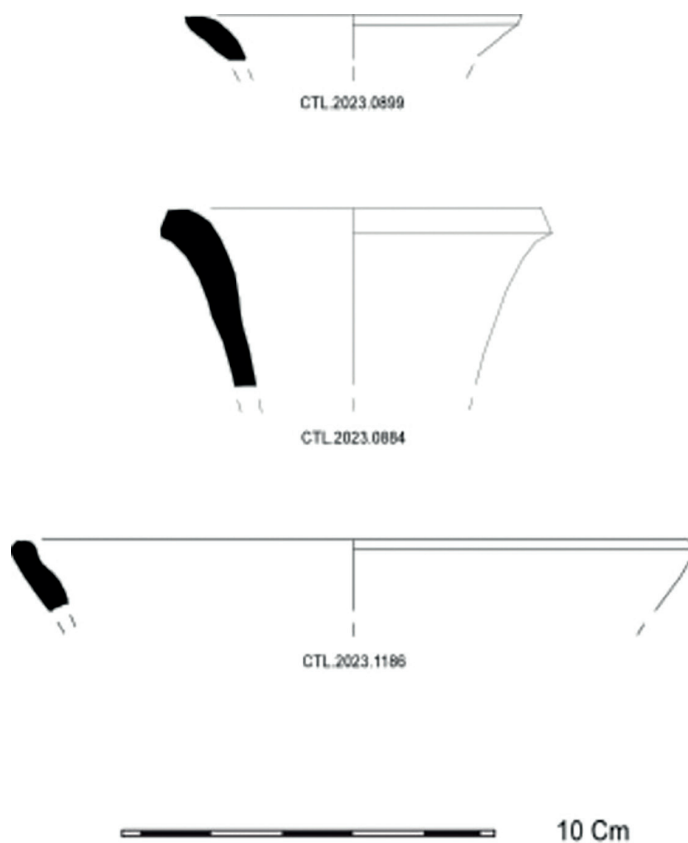


Fig. 9 Estampa da cerâmica comum recolhida na campanha de 2023 (João Poiares).

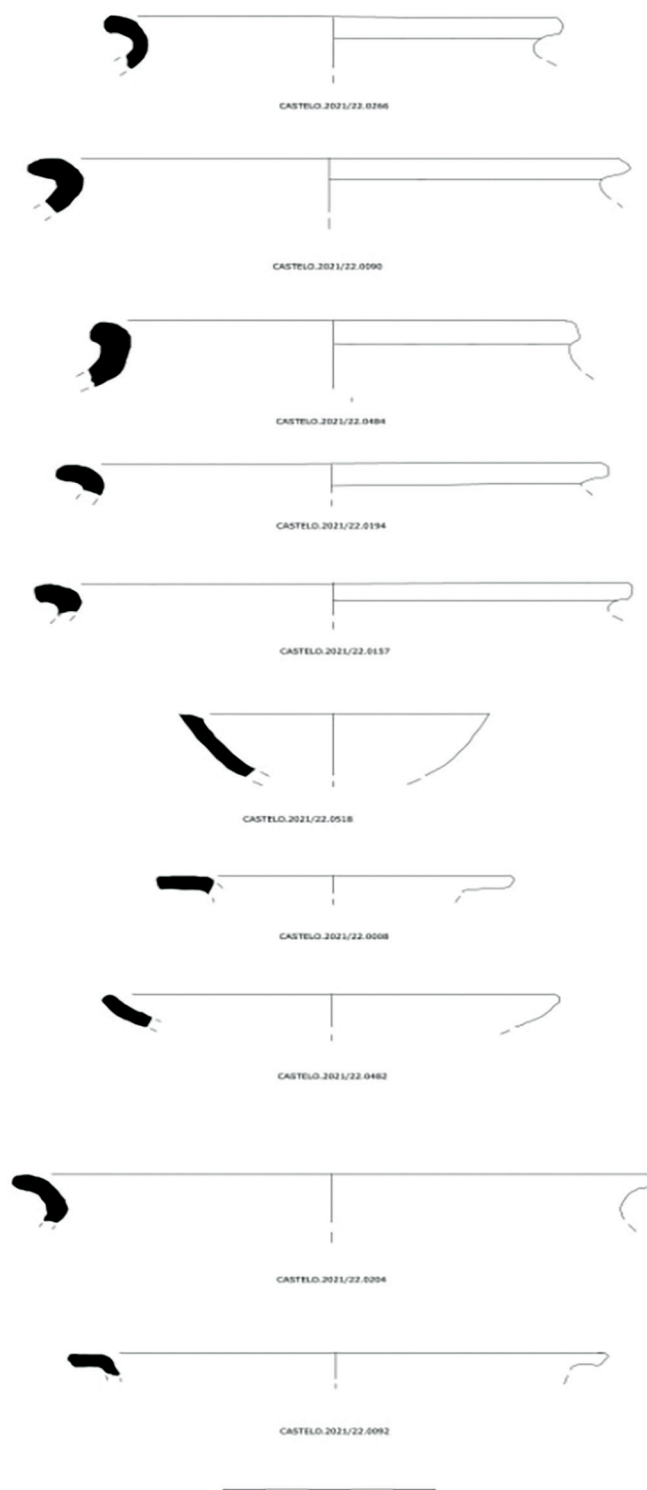


Fig. 10 Estampa da cerâmica comum recolhida na campanha de 2023 (João Poiães).

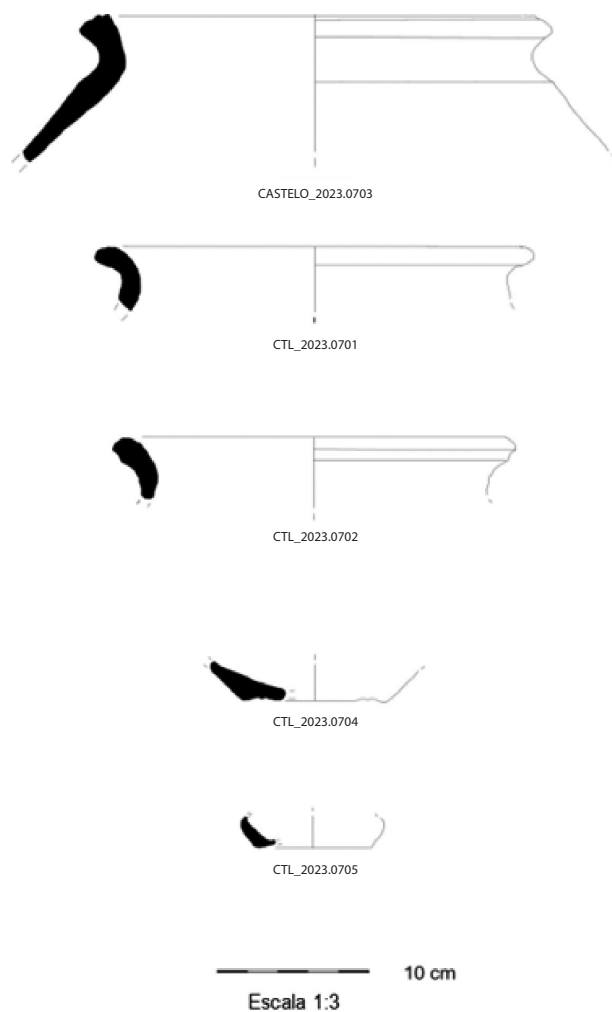


Fig. 11 Estampa da cerâmica comum recolhida na campanha de 2023 (João Poiães).

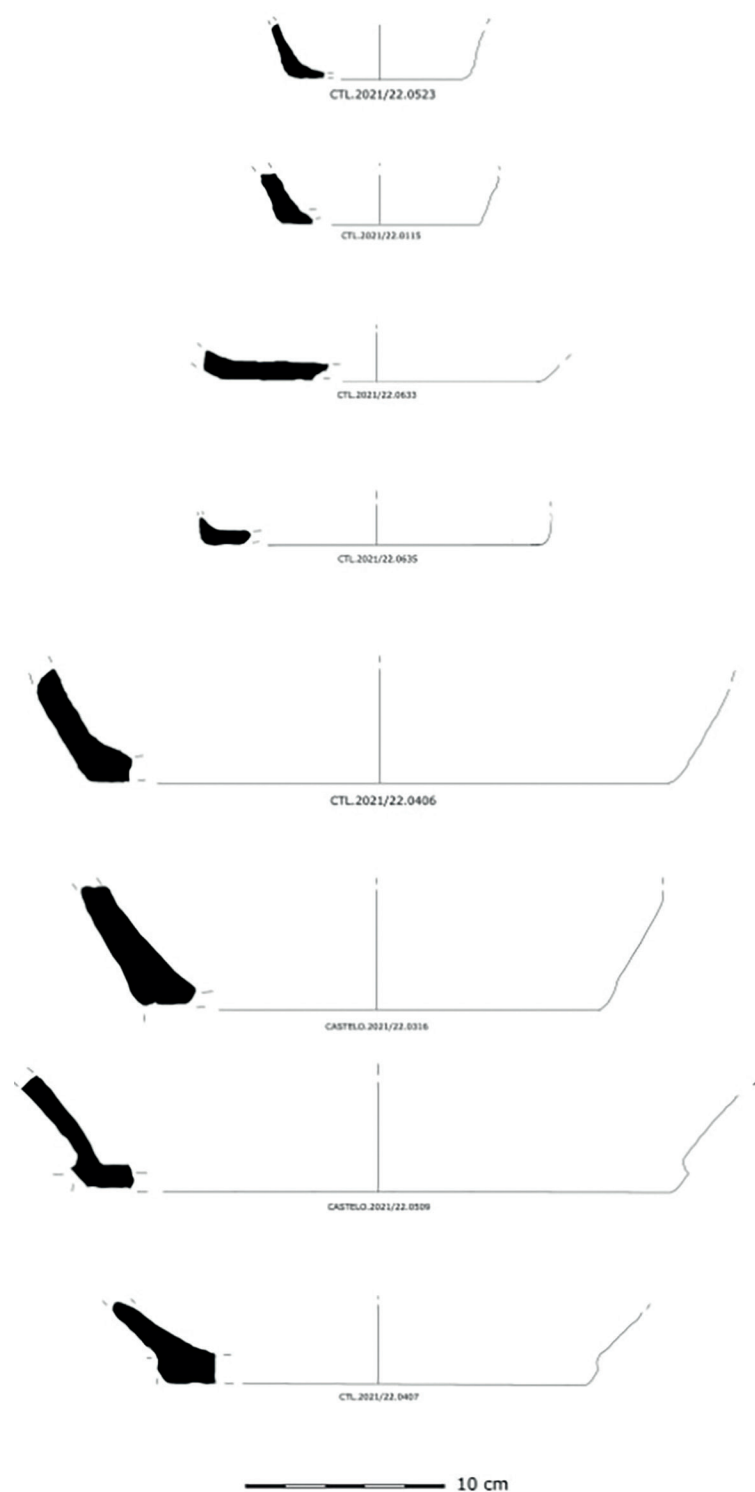


Fig. 12 Estampa da Cerâmica comum recolhida nas campanhas de 2021, 2022 e 2023 (João Póiares).

4. Considerações finais

As novas campanhas arqueológicas no sítio do Castelo vieram trazer novos elementos para a compreensão da ocupação correspondente ao período Romano Republicano, tanto neste sítio arqueológico como no território arrudense em geral.

Apesar do longo historial de investigações, a informação disponível permanece ainda muito parcelar. A ocupação atribuída à transição Idade do Ferro / Romano é, de facto, a que apresenta mais lacunas: embora se verifique uma abundância de materiais arqueológicos, em particular espólio metálico, os dados relativos a estruturas e contextos associados são escassos.

A análise estratigráfica e a leitura espacial sugerem que a ocupação deste período se concentrou na plataforma inferior do sítio, a Oeste e a Sul, apontando para uma presença de reduzida expressão. As estruturas identificadas em escavação relacionam-se, na sua maioria, com as fortificações calcolíticas e com o reduto oitocentista. A integração dos dados do LiDAR com os resultados das diversas sondagens arqueológicas permitiu evidenciar vestígios de um pequeno recinto muralhado calcolítico, provavelmente reforçado com várias torres, e, no exterior, de uma estrutura que parece corresponder ao fosso e ao reparo do forte. Não existem, contudo, evidências de construções de maior relevância atribuíveis a este período.

Do ponto de vista da cultura material, o conjunto agora identificado mantém grande equivalência com os materiais anteriormente recolhidos, tanto ao nível da cerâmica como do espólio metálico. A escassez de cerâmica de importação — com exceção das taças de cerâmica campaniense — dificulta uma afinação cronológica rigorosa, reforçando a percepção de se tratar de uma fase de transição. Já os materiais metálicos, nomeadamente os denários, as fíbulas e o anel, apontam para uma cronologia situada entre finais do século II e inícios do século I a.C., compatível com uma fase tardia do processo de romanização (Pimenta, 2022, Vol. I).

Com base nos dados de campo e na análise da cultura material, colocam-se dois cenários interpretativos: Uma ocupação do sítio no final da Idade do Ferro, seguida de uma fase de contacto com o mundo romano; Uma ocupação breve, ligada às últimas campanhas militares, eventualmente como posto de vigia, atendendo à localização estratégica do sítio e à relativa frequência de materiais metálicos.

Tendo em conta estas hipóteses, torna-se pertinente recordar a síntese de Carlos Fabião, que assinala a diversidade de situações verificadas no Sul do atual território português durante o período republicano: “romanos e indígenas vivendo lado a lado, se não mesmo em conjunto; romanos instalados em novas fundações; romanos instalados em núcleos indígenas, integrados em guarnições militares; indígenas assimilados e integrados nos contingentes militares de conquista; e os indígenas que, embora vivendo nos seus povoados e mantendo os seus modos de vida tradicionais, recebem e usam artigos típicos dos contextos itálicos” (Fabião, 1998, p. 546).

No atual estado dos trabalhos, a segunda hipótese por nós formulada revela-se a mais plausível, uma vez que as evidências apontam para uma ocupação de natureza militar. Não obstante, não se pode excluir a possibilidade de o local ter acolhido uma pequena comunidade de camponeses, no final do século II a.C., que terão certamente estabelecido contato com as primeiras legiões romanas.

A possível ocupação do povoado na fase final da Idade do Ferro poderá estar associada a incursões militares pela região. O processo de romanização conduziu ao abandono pro-

gressivo dos “povoados de altura”, por estes não se adaptarem às novas exigências económicas. Contudo, nesta fase, segundo João Pimenta, a “instabilidade decorrente da própria conquista do interior da Península de Lisboa terá forçado as comunidades indígenas a procurarem refúgio em sítios com implantação estratégica na paisagem, que permitam o controlo das vias e corredores naturais de penetração, tal como é o caso do Rio Grande da Pipa” (Pimenta, 2022, Vol. I, p. 571).

De forma complementar, Teresa Rita Pereira propõe para o Castelo uma ocupação militar relacionada com o período das Guerras Sertorianas (Pereira, 2018, p. 151), embora seja difícil comprovar esta hipótese devido à escassez de informação arqueológica.

Independentemente da hipótese correta, o processo de romanização, nomeadamente através de campanhas militares, evidencia uma maior concentração de sítios militares ou militarizados na região, de diferentes dimensões e funções – desde estruturas permanentes em pedra até postos de vigia, acampamentos ou outros apoios temporários. Esta distribuição está intimamente ligada à importância oro-hidrográfica e geoestratégica do baixo Tejo, onde se insere o sítio do Castelo (Pimenta, 2022, Vol. I, p. 742).

Tendo em conta as várias hipóteses ainda em aberto e nenhuma comprovada, torna-se essencial aprofundar de forma contínua o estudo das evidências de ocupação do sítio do Castelo nesta fase, compreendendo as dinâmicas cronológicas e culturais das comunidades que o ocuparam e integrando-as numa perspetiva local e regional (a Norte do Tejo).

5. Bibliografia

- ALARCÃO, J., (1988) – *O domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- ALMEIDA, J., (1948) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. III.
- ANTUNES-FERREIRA, N., CARDOSO, G. e, SANTOS, F., (2013) – A necrópole medieval/moderna de Arruda dos Vinhos. *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, pp. 111-117.
- BARRERO MARTÍN, N., (2022) – *Ornamento Muliebria, El Adorno Personal Femenino en Mérida Durante la Antigüedad*. Mérida: Monografías Emeritenses.
- BRANCO, M., (2007): A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura atual da coleção de Hipólito Cabaço. *Trabalhos de Arqueologia*, 49. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CARDOSO, G., (2014) – Duas fortificações do final da Idade do Ferro/início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). In PIMENTA, J.; FABIÃO, C., eds – *Cira Arqueologia, Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*, N.º 3. Vila Franca de Xira, pp. 200-241.
- CARDOSO, G. e D’ENCARNAÇÃO, J.: (2010) – Arruda dos Vinhos – Uma rota privilegiada. *Separata do Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa*, Série IV, N.º 95, 2.º Tomo – 2009, Lisboa, pp. 89-110.
- CARDOSO, G. E GONZALEZ, A., (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. *Atas do I Seminário do Património da Região Oeste, 24 e 25 de Novembro de 2006*. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, pp. 127-133.
- Direção Geral do Património Cultural – consulta dos processos do sítio arqueológico Castelo/Forte do Passo [Processos: S – 03588, 2001/1(095) e 2013/1(290)], consulta em 16 e 18 de setembro de 2022. (João Ludgero Gonçalves – Guilherme Cardoso – Ana Catarina de Sousa, Jorge Lopes e André Texugo).
- FABIÃO, C., (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, [Policopiado].
- FABIÃO, C., (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In PIMENTA, J.; FABIÃO, C., eds – *Cira Arqueologia, Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*, N.º 3. Vila Franca de Xira, pp. 9-24.

- GONÇALVES, J., (1997) – O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos). Escavações de 1988 a 1993. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, pp. 5-40.
- LOPES, A., (2016) – *O 4.º e o 3.º milénio no sítio da Ota (Alenquer), perscrutando por entre coleções antigas e projetos recentes*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LOPES, J., (2017) – *Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos*. Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.
- LOPES, J. e CARDOSO, G., (2019) – Vestígios romanos no território de Arruda dos Vinhos. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.) – *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 30-37.
- MANTAS, V. G., (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2º Vol. Coimbra.
- MINGUEZ, J., (2014) – As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M., eds. – *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Vilafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Vilafranca delos Barrios, pp. 1303-1326.
- PEREIRA, T. R., (2018) – *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pelo Professor Doutor Carlos Fabião, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. [Policopiado].
- PIMENTA, J., (2022) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista Romana da Península de Lisboa e Baixo Tejo*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa. [Policopiado].
- PAÇO, A., LEAL, J. B., ALARCÃO, J. e ALARCÃO, A., (1965) – O Castelo da Lousa. *Boletim da Junta Distrital de Évora*, n.º 6.
- PINTO, I. e SCHMITT, A., (2010) – Cerâmica Comum Castelo da Lousa. *Intervenções Arqueológicas 1997 a 2002*. (Capítulo 7.6). Mérida, pp. 219-444.
- PINTO, I. V., (1999) – *A cerâmica comum de São Cucufate*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Lusíada, Lisboa. [Policopiado].
- PONTE, S., (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Caleidoscópio.
- REINOSO DEL RIO, M. (2002) – Ceramica de paredes finas de Mesas de Asta (Cádiz). Estudio de materiales, 1998-1999. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*. Sevilla, pp. 88-102.
- REINOSO DEL RIO, M. (2003) – Ceramica romana de paredes finas del museo provincial de Cádiz. Estudio de materiales: 2000. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memoria*. Sevilla, pp. 97-110.
- REINOSO DEL RIO, M. (2004) – Ceramica de paredes finas de Baelo Claudia (Tarifa, Cádiz). Estudio de materiales, 1998. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*. Sevilla, pp. 39-52.
- ROCHA, A.; REPRESAS, J. (2014) – Forte do Alqueidão – Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas. *Cadernos CILT*. 1. Sobral de Monte Agraço. p. 107.
- SOUSA, A. C. (2021) – *O Penedo do Lexim (Mafra) no Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural / UNIARQ/ CMM. (Coleção Trabalhos de Arqueologia 56), p. 596.
- SOUSA, A. e LOPES, J. (2017) – O sítio do Moinho do Custódio, (Arruda dos Vinhos): Leituras preliminares e algumas considerações sobre o Povoamento Calcolítico na Península de Lisboa. *Ophiussa*, Vol. I. Lisboa: UNIARQ, pp. 51- 67.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische elemente. früheisen zeitlichen kulturen südwesteuropas*. Berlim: Walter de Gruyter & Co.

6. Agradecimentos

À Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos e aos proprietários do terreno. Ao CAL, que apoiou o restauro dos materiais metálicos. Aos consultores do projeto: Coronel Engenheiro Berger, Professor João Duarte (FCUL). Aos estudantes da FLUL que colaboraram nos trabalhos de campo e laboratório. À Professora Catarina Viegas, pelo apoio no estudo cerâmico, e ao Professor Carlos Odriozola, pela identificação da matéria-prima da pedra do anel de bronze. Ao Prof. Gonçalo Vieira (Centro de Estudos Geográficos, IGOT) e sua equipa (Prof. Pedro Pina, Doutor Gabriel Goyanes e Bruno Miguez) pelo levantamento LiDAR realizado no âmbito do projeto de doutoramento de André Texugo (FCT SFRH/BD/136086/2018).

A fácies tardo-antiga da necrópole da Avenida 5 de Outubro (Santarém)

JOÃO PEDRO GOMES¹

RESUMO

A intervenção arqueológica na Avenida 5 de Outubro (Santarém) exumou uma significativa necrópole cuja diacronia começa no período romano e se prolonga até à época islâmica, integrando enterramentos de incineração e inumação, assim como um *ustrinum*. Este artigo foca-se na análise da sua fase tardo-antiga, cujo *corpus* funerário compreende 36 enterramentos e 4 ossários. A atribuição de uma baliza cronológica precisa afigura-se desafiante dada a ausência de marcadores datantes na maioria dos contextos; contudo, as análises integradas da tipologia sepulcral, dos rituais observados e a comparação com espólios coevos, sugerem um largo espectro cronológico. O estudo desta componente tardia da necrópole oferece um contributo fundamental para a compreensão das dinâmicas socioculturais e funerárias de *Scallabis* durante a Antiguidade Tardia, iluminando um período de relativa penumbra arqueológica na cidade e confirmando a persistência da função sepulcral na zona nevrálgica daquela que terá sido a principal via de acesso à urbe.

ABSTRACT

Archaeological excavations on Avenida 5 de Outubro in Santarém have uncovered a major necropolis whose use spans from the Roman period to the Islamic era. The site contains a mix of cremation and inhumation burials, as well as a *ustrinum*. This paper focuses on the Late Antique phase of the cemetery, a funerary corpus comprising 36 burials and 4 ossuaries. Establishing a precise chronology for this period is challenging due to the scarcity of clear dating evidence in most contexts. However, an integrated analysis of burial types, funerary rites, and comparisons with contemporary artifacts points to a long period of use. This study of the necropolis's later phase provides crucial insights into the sociocultural and funerary dynamics of ancient *Scallabis*. It sheds new light on a poorly understood period in the city's archaeological record and confirms the area's continued use for burials along what was likely the main thoroughfare into the Roman town.

1. Introdução

A cidade de Santarém, herdeira da antiga *Scallabis* mencionada nas fontes clássicas (e.g., Plínio, NH. IV.117 trad. Guerra, 1995, p. 35; Ptolomeu, Geog. II.5.6), ocupa uma posição geográfica estratégica sobre uma elevação na margem direita do Tejo, aproximadamente a 80 km a montante de *Olisipo* (Viegas, 2003, p. 17; Pereira, 2014, pp. 5-6; Gomes, 2024, pp. 1-2). A sua identificação e relevância histórica têm sido progressivamente demonstradas através de trabalhos arqueológicos sistemáticos, concentrados sobretudo na área da Alcáçova

¹ Arqueólogo independente
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8532-9870>

desde a década de 1980 (Almeida, 2002, p. 62; Arruda e Viegas, 2002, p. 73; Arruda e Viegas, 2003, p. 197; Viegas, 2003, p. 209; Matias, 2018, pp. 9-10), onde se assumiu o epicentro da investigação sobre a *Scallabis* romana. Aqui, as escavações revelaram uma ocupação complexa e diacrónica marcada por uma significativa perturbação dos níveis mais antigos, principalmente devido à abertura de silos e fossas em época islâmica, um fenómeno recorrente que tem dificultado a leitura estratigráfica da área.

Esse cenário é particularmente evidente nos séculos correspondentes à Antiguidade Tardia, período que abrange entre o final do século III e a ocupação islâmica (para uma sistematização do tema, vide: Pereira, 2018, pp. 24-27), cuja presença no registo arqueo-



Fig. 1 Localização de *Scallabis* (Santarém) e *Olisipo* (Lisboa) à escala do Vale do Tejo. (adaptado de Pimenta, 2014, p. 45).

lógico da Alcáçova ainda é pouco representativa (Arruda e Viegas, 2002, p. 80; 2003, pp. 200-201). Observa-se uma escassez de estruturas positivas, com predominância de contextos negativos, como fossas e silos, cujos vestígios, no entanto, indicam o consumo de cerâmicas importadas, sobretudo de origem norte-africana, conforme atestam os artefactos exumados (Viegas, 2003, p. 289).

Fora da Alcáçova, o conhecimento da malha urbana e suburbana de *Scallabis* depende particularmente de intervenções mais recentes, maioritariamente preventivas, que têm revelado sobretudo áreas funerárias. A necrópole da Avenida 5 de Outubro é, até agora, a mais exten-

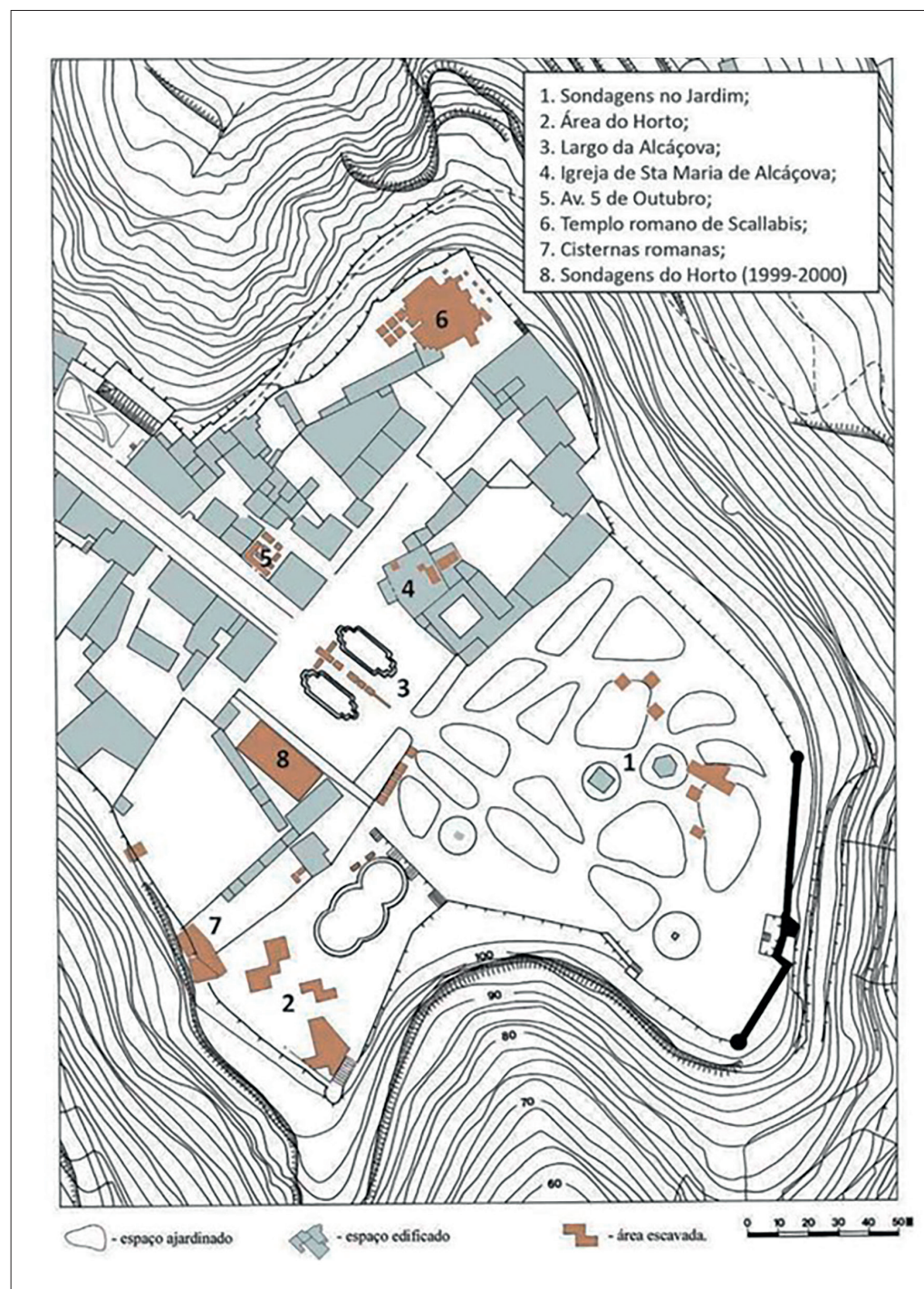


Fig. 2 Planta da Alcaçova de Santarém com a localização das áreas escavadas desde os anos 80's. (segundo Arruda e Viegas, 2014, p. 245).

samente estudada fora da acrópole, mostrando uma longa utilização, desde incinerações alto-imperiais a inumações tardo-antigas, convivendo com enterramentos de espólio visigótico (Liberato, 2012, pp. 3-4; Santos, Liberato e Próspero, 2012, p. 61; Duarte, 2015; Gomes, 2024). Outros espaços da Morte foram também identificados no Largo Pedro Álvares Cabral (Boavida, Casimiro e Silva, 2014-2015, pp. 67-68; 2017) e na Rua Capelo e Ivens (Liberato e Santos, 2017a, p. 1396; 2017b, p. 18), onde ocorre igualmente a coexistência de práticas mais antigas com mais recentes. Existem ainda referências à descoberta fortuita de achados compatíveis com enterramentos de incineração no bairro de Onias (Saa, 1959, pp. 86-87;

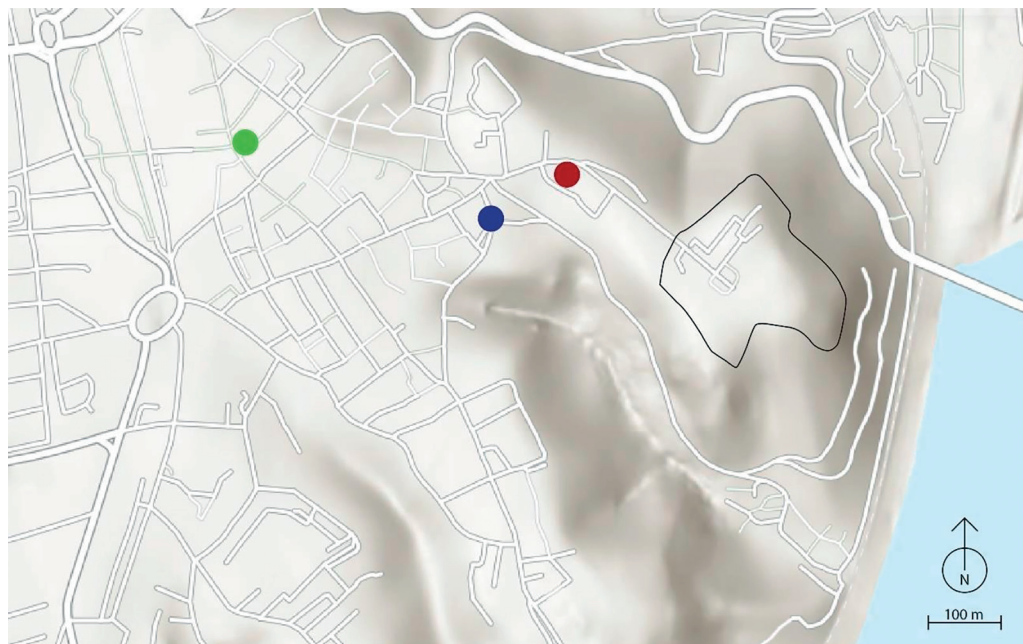


Fig. 3 Delimitação da Alcáçova e localização das necrópoles da Avenida 5 de Outubro, a vermelho, do Largo Pedro Álvares Cabral, a azul, e da Rua Capelo e Ivens, a verde.

Alarcão, 1988, p. 116; Viegas, 1996, p. 12; Abreu, 2002, p. 164) e outras, menos claras, de achados junto à antiga praça de touros (Mantas, 2002, p. 111; 2012, p. 20).

A localização destas necrópoles ao longo das vias de acesso, como a que seguiria o traçado da actual Avenida 5 de Outubro ou a estrada *Olisipo-Scallabis* que poderia passar por Onias, corrobora o princípio da prática romana de implantação de cemitérios nos *suburbia*. Importa ainda referir que estes achados funerários no planalto de Marvila contradizem hipóteses anteriormente levantadas que situavam aí parte do núcleo urbano romano (Gaspar, 1975, pp. 141-142; Garcia, 1977). Já a existência de um núcleo portuário significativo na zona ribeirinha, embora plausível dada a importância do Tejo e da sua navegação, carece ainda de confirmação arqueológica robusta (Almeida, 2002, p. 90; Batata, Barradas e Sousa, 2005; Silva, 2012, pp. 621-624; Viegas, 2018, p. 129).

2. A intervenção da Avenida 5 de Outubro

Dito isto, foi a prática crescente da Arqueologia de salvaguarda, impulsionada pela dinâmica urbana contemporânea, que tem vindo a revelar novos conjuntos de dados sobre a cidade romana, cuja divulgação e integração no conhecimento histórico nem sempre acompanham o ritmo das descobertas.

A necrópole romana aqui em estudo, identificada entre 2007 e 2008 nos números 2 a 8 da Avenida 5 de Outubro, em Santarém (CNS 27485), surge como exemplo paradigmático da importância na divulgação dos trabalhos de cariz de salvaguarda, dado que esta área, situada no planalto de Marvila e integrada na principal via de acesso à Alcáçova, foi objecto de trabalhos de minimização de impacto decorrentes de um projecto de urbanização.

As escavações, coordenadas por Helena Santos e Marco Liberato, abrangeram cerca de 1200 m² e expuseram uma complexa sequência diacrónica de ocupação, desde o período romano até à época contemporânea. De particular relevância esta abordagem



Fig. 4 Localização do local da intervenção arqueológica em relação à Avenida 5 de Outubro e à Alcáçova de Santarém.

é a constatação de que, desde a época romana imperial até, pelo menos, ao século XI, este espaço foi consistentemente utilizado como área funerária, proporcionando um importante conjunto de informações sobre as práticas sepulcrais em *Scallabis* (Santos, Liberato e Próspero, 2012).

Desta forma, no contexto específico da Avenida 5 de Outubro, a evolução das práticas funerárias é manifesta. Após uma fase inicial, predominantemente da segunda metade do século I d.C. e do século II, caracterizada pelo rito da incineração (Gomes, 2024, pp. 38-54; Gomes, no prelo), observa-se a emergência e posterior generalização da inumação. A datação do momento funerário inicial assenta, fundamentalmente, no espólio descoberto em quatro sepulturas de incineração, num *ustrinum* e em diversas manchas de cinza descontextualizadas, assim como nas características rituais destas realidades (Gomes, 2024, pp. 111-113).

Já a datação precisa das inumações, concretamente as sem espólio que constituem quase a totalidade dos sepulcros, apresenta um desafio metodológico significativo, mas a análise contextual, a comparação com outros sítios peninsulares e a ausência de certos marcadores, como a cobertura sistemática com tégulas, sugerem uma cronologia que poderá iniciar-se no século IV d.C., estendendo-se pelos séculos V e VI, possibilitando, por isso, uma coexistência parcial com os demais enterramentos que continham espólio atribuído culturalmente ao período visigótico (Gomes, 2024, pp. 117-120; Liberato, 2012).

3. As inumações

Os trabalhos arqueológicos identificaram um total de 36 sepulturas de inumação, das quais uma com espólio, para além de quatro ossários tardo-antigos. Importa desde já referir que o conjunto osteológico proveniente destes contextos foi devidamente exumado e cedido ao Departamento Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da



Fig. 5 Distribuição dos contextos funerários romanos nos n.ºs 2-8 da Avenida 5 de Outubro.

Universidade de Coimbra, onde foi parcialmente alvo de estudo no âmbito de uma dissertação de Mestrado (Duarte, 2015). A amostra estudada incluiu 15 enterramentos, 2 ossários, 2 reduções e 1 conjunto de ossos dispersos considerados preliminarmente dos séculos IV a V d.C. O estudo abarcou ainda uma amostra de contextos considerados cultural e cronologicamente compatíveis com a ocupação visigótica de Santarém, já dos séculos VI-VIII d.C.

Quanto à distribuição espacial, as sepulturas tardo-antigas em estudo localizam-se predominantemente nos sectores Central e Norte da área escavada, concentrando-se marcadamente no lado Oeste. Em contraste, aquelas consideradas de período visigótico agrupam-se no lado Nordeste. A planta do sítio revela também o impacto significativo da ocupação islâmica subsequente, uma vez que várias destas sepulturas mais antigas foram parcialmente truncadas por enterramentos islâmicos, cuja prática no local se prolongou, pelo menos, até ao final do século X.

Por seu lado, parte significativa destas inumações tardo-antigas parecem sobrepor-se ou cortar níveis, como a U.E. [1606], que colmataram as sepulturas de incineração alto-imperiais, sugerindo um hiato ou, pelo menos, uma mudança significativa na utilização e organização do espaço funerário entre os séculos II/III d.C. e o início desta nova fase de enterramentos (Santos, Liberato e Geota, 2012, p. 157; Gomes, 2024, pp. 105 e 115).

A ausência de espólio em inumações deste período é um fenómeno documentado noutras necrópoles a partir dos séculos III/IV d.C. (González Villaescusa, 2001, p. 102), frequentemente associado à crescente influência do cristianismo, embora não seja um indicador exclusivo ou definitivo (Arezes, 2017, p. 170). A falta de elementos como pregos sugere a deposição dos corpos envoltos em sudários, em vez de caixões de madeira, contrastando com os enterramentos posteriores de matriz cultural visigótica do mesmo local, onde se detectaram vestígios de caixões de madeira. O único indício que parece contrariar esta tendência surge sob a forma da inumação com espólio, denominada como Sepultura



Fig. 6 Sepultura V, a única inumação com espólio *in situ*.

V, cuja materialidade cinge-se a duas peças de cerâmica que haviam sido colocadas junto aos pés do defunto, nomeadamente um jarro e um potinho, ambas de produção local/regional, de formas frequentemente relacionadas com o espólio votivo hispânico-romano tardio dos séculos II-IV d.C. (Dias, 2015, p. 57).

A simplicidade arquitectónica é uma característica marcante das inumações tardo-antigas na Avenida 5 de Outubro. Na sua grande maioria, estas correspondem a covachos simples, escavados directamente no substrato geológico ou em níveis de ocupação anteriores, apresentando dimensões estritamente ajustadas à deposição do corpo. Esta austeridade construtiva, embora possa ser parcialmente atribuída a perturbações pós-deposicionais, difere da diversidade encontrada noutras necrópoles urbanas contemporâneas. Com

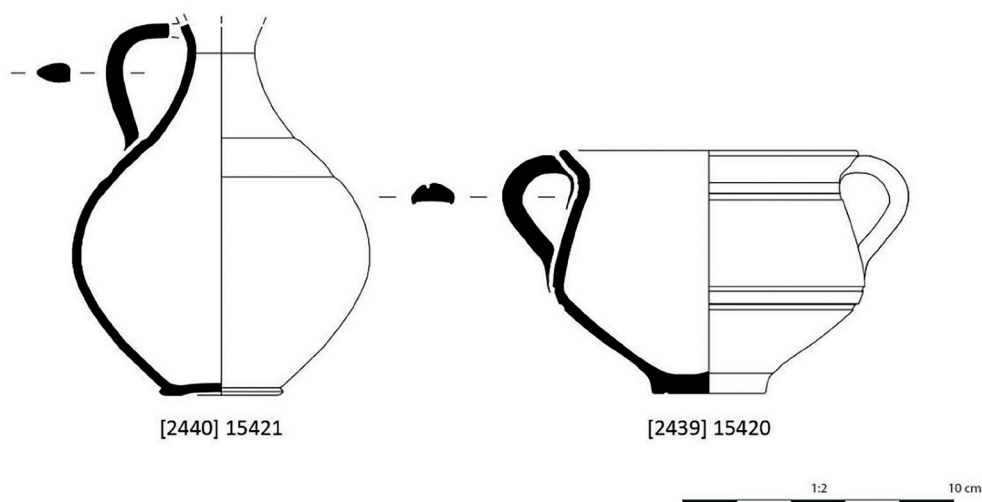


Fig. 7 Estampa do espólio da Sepultura V.

efeito, apenas cerca de 15% da amostra estudada por V. Duarte (2015, p. 72) apresentava vestígios de estruturas associadas, como pedras ou tijolos a delimitar ou a revestir lateralmente as covas. É de notar também que, nos contextos estritamente tardo-romanos, não foram identificados vestígios claros de coberturas em telhas ou lajes, embora esta ausência possa tanto dever-se à perturbação posterior como reflectir práticas funerárias específicas do período ou do grupo social em questão. A par desta simplicidade, a reutilização das sepulturas constitui outro fenómeno recorrente neste local. Esta prática, amplamente difundida a partir do século IV d.C., é aqui evidenciada pela presença frequente de ossários ou deposições secundárias de ossos acumulados aos pés dos últimos indivíduos inumados.

A análise da planta permite ainda aferir a orientação das sepulturas. Observa-se uma direcção predominante Oeste-Este, com a cabeceira voltada a Oeste, embora algumas variantes apresentem uma orientação Sudoeste-Nordeste. Enquanto a primeira orientação (Oeste-Este) é canónica nos ritos judaico-cristãos, a segunda poderá decorrer da variação sazonal da orientação solar (Pereira, 2018, p. 53). No entanto, devem também ser consideradas outras circunstâncias, como o declive natural do terreno ou as próprias estratégias de gestão espacial da necrópole (Conde, 2014, p. 204), que poderiam igualmente resultar nestas orientações menos ortodoxas.

Em termos comparativos, a simplicidade tipológica e estrutural dos covachos, assim como a orientação dos defuntos, encontra paralelo em necrópoles rurais como Torre Velha 3 (Serpa – Alves & *alii*, 2013) ou Miroiço (Cascais – Cardoso, 2018, pp. 172 e 174; Cardoso e Cardoso, 2022, p. 113), mas também em fases mais tardias (séculos IV-V d.C.) de necrópoles urbanas como a da Rua das Portas de Santo Antão (Cabaço & *alii*, 2017, p. 1245; Loja, 2022, p. 21) em Lisboa ou de Mérida (Bejarano Osorio, 1996, p. 348; Heras Mora e Olmedo Gragera, 2018-2019, pp. 205-206 e 732).

Já os dados antropológicos sobre a população sepultada, resultado do referido estudo de V. Duarte (2015, pp. 74-76), revelaram um predomínio de adultos (14 indivíduos) sobre não-adultos (9 indivíduos), com uma esperança de vida relativamente baixa e uma maior representatividade do sexo feminino (6 indivíduos femininos para 1 masculino). Contudo, ressalva-se as limitações da amostra e do estado de conservação dos ossos. Os indicadores

paleopatológicos (lesões degenerativas, marcadores de stress ocupacional) sugerem uma população com um estilo de vida ligado a actividades rurais ou que exigiam um esforço físico considerável, afectando principalmente os membros inferiores. Destaca-se ainda a identificação de um possível caso de lepra, um dos mais antigos identificados em Portugal (Duarte, 2015, p. 60). Estes dados parecem corroborar a ideia de uma ruralização ou, pelo menos, uma alteração das actividades económicas predominantes em *Scallabis* durante a Antiguidade Tardia, em linha com o aparente declínio comercial que a cidade já havia começado a sofrer face a *Olisipo* séculos antes (Arruda e Viegas, 1999, p. 190; Mantas, 1994, p. 71).

4. Relação com o urbanismo de *Scallabis*

A transição crono-tipológica dos enterramentos de incineração para os de inumação, acaba por coincidir com este declínio. Tal como foi referido, a própria necrópole parece ter assistido a uma amortização do espaço entre o princípio do século II e meados da centúria seguinte, particularmente na zona Noroeste, sem que nele se tenham registado quaisquer construções. A motivação subjacente à ocultação das sepulturas é ambígua. Considera-se que poderá ter visado a dissimulação de realidades consideradas funestas, a dessacralização do espaço para a reconversão do seu uso, ou que represente o simples resultado das necessidades impostas pelos ritmos de expansão e retracção do tecido urbano, processos estes que frequentemente não deixam rasto discernível no registo arqueológico (Gomes, 2024, p. 115).

Neste sentido, é relevante assinalar que, na tradição romana, os participantes em rituais fúnebres eram submetidos a procedimentos de purificação após o *funus*, algo que poderia ser extensível à própria necrópole (Toynbee 1996, p. 43). Contudo, um elemento de continuidade notório é a proximidade partilhada por ambas as fases da necrópole à principal via de acesso ao povoado. Este padrão de localização junto às vias mantém-se também nas necrópoles posteriores da Antiguidade Tardia com espólio visigótico e nas islâmicas na mesma área. Tal facto pode explicar por que razão a zona Sudeste da área intervencionada regista poucos enterramentos, sendo estes, possivelmente, de carácter mais modesto devido ao seu maior afastamento da via principal.

Por isso, se admitirmos que o acesso à Alcáçova durante a Antiguidade seguia o traçado da actual Avenida 5 de Outubro, a concentração das sepulturas no sector Noroeste da área escavada confere-lhes uma posição de destaque na paisagem, maximizando a sua visibilidade e facilitando práticas de culto ou veneração. Esta organização espacial hierarquizada, determinada pela proximidade à via, representa a forma mais comum de estruturar as necrópoles romanas e tardo-antigas, nos seus primeiros séculos. Este princípio está amplamente documentado no mundo romano, incluindo em sítios como Lisboa (Bugalhão & *alii*, 2013, p. 272; Cabaço & *alii*, 2017, p. 1244; Silva, 2005, p. 2012), Bracara Augusta (Braga, 2010; 2014; Braga e Martins, 2015), Córdoba (Vaquerizo Gil, 2010, p. 57), Pompeia (Vaquerizo Gil, 2010, p. 32) e, paradigmaticamente, na própria Roma (*idem*). Portanto, o posicionamento destas sepulturas deve ser interpretado fundamentalmente segundo uma lógica de visibilidade e acessibilidade, sendo a distância ao núcleo urbano um factor de implantação menos determinante neste período do que viria a ser em épocas subsequentes.

Neste contexto, discute-se ainda a hipótese apresentada por M. Liberato (2012, p. 9) referente à possível existência de uma basílica peri-urbana. De acordo com o autor, esta

estrutura localizar-se-ia a Norte da área de intervenção e teria sido implantada sobre outros enterramentos romanos, passando, conseqüentemente, a dominar o principal eixo viário de acesso à acrópole. Contudo, esta hipótese baseia-se exclusivamente na referência à antiga igreja de São Martinho de Tours, edificada no local após a conquista cristã da cidade, registada pelo pároco de Santarém nas Memórias Paroquiais de 1758. Na ausência de dados arqueológicos que corroborem esta conjectura, o único elemento invocado para a sustentar é a menção, nesse mesmo texto, a uma possível lápide tardo-antiga com a inscrição “Antoniai M.S. Marcianai Anno ixxii” (Liberato, 2012, p. 9).

5. Algumas considerações cronológicas e culturais

Conforme proposto em estudos anteriores (Gomes, 2024; Gomes, no prelo), é reconhecido um hiato temporal entre as últimas práticas de incineração, datadas de início/meados do século II d.C., e o surgimento das inumações. No entanto, determinar com precisão o momento em que este espaço voltou a ser utilizado como necrópole revela-se complexo, apontando as evidências para um período entre o final do século IV e as primeiras décadas do século V. Esta dificuldade de datação advém, em grande medida, da ausência de espólio funerário na vasta maioria das sepulturas identificadas, o que impede uma cronologia mais apurada. De facto, mesmo a única sepultura que continha artefactos oferece um intervalo cronológico demasiado amplo para conclusões definitivas (Gomes, 2024, p. 56).

Efectivamente, assiste-se a uma tendência para a diminuição ou mesmo ausência de bens funerários em certas necrópoles suburbanas ou rurais a partir de meados do século III d.C. Exemplos notórios desta tendência incluem contextos no Algarve, como a necrópole da Horta ou em Faro (Pereira, 2018, pp. 19, 93, 311), e a necrópole do Moinho do Castelhinho (Dias e Encarnação, 2022, pp. 37-39). Contudo, esta observação não parece aplicar-se de forma uniforme aos centros urbanos no mesmo período. Necrópoles urbanas, como as identificadas em Lisboa (por exemplo, Rua dos Correeiros – Bugalhão & *alii*, 2013, p. 272; Rua da Adiça – Filipe e Santos, 2017, p. 249; Rua de São Nicolau – Casimiro & *alii*, 2022, p. 120) ou em Braga (Braga, 2015, p. 377), continuaram a apresentar espólios funerários de forma consistente até aos séculos IV e V d.C.

Esta discrepância levanta questões sobre a necrópole da Avenida 5 de Outubro. Embora se possa postular que a população aqui sepultada pertencesse a estratos socio-económicos mais modestos, o carácter urbano do sítio levaria a esperar uma maior complexidade e diversidade nas práticas funerárias, similar ao observado em Bracara Augusta, onde coexistiram rituais de inumação com e sem espólio. Assim, a ausência generalizada de bens funerários não pode ser automaticamente atribuída apenas ao período pós-século III, embora essa cronologia deva ser considerada como um possível marco inicial.

A dificuldade em estabelecer uma datação mais precisa é agravada pela simplicidade arquitectónica das sepulturas. Estas caracterizam-se pelo predomínio do uso de materiais naturais locais ou pela escavação directa no subsolo, resultando numa arquitectura subterrânea austera. Este tipo de estrutura, quando desprovida de espólio, possui uma vasta amplitude cronológica, estando documentada entre os séculos I/II d.C. e o século VIII em diversas partes do mundo romano (González Villaescusa, 2001, p. 102), o que limita o seu valor como indicador cronológico isolado. A orientação dos corpos, no entanto, pode ofe-

recer um indício mais específico, potencialmente apontando para rituais judaico-cristãos ou, alternativamente, cultos solares (González Villaescusa, 2001, p. 69).

Neste sentido, embora o uso de tijolos e pedra se torne comum a partir do final do século III, frequentemente em associação com tégulas, é significativo que estas últimas não tenham sido registadas em contexto primário funerário nesta necrópole. Em contraste significativo, na vizinha Rua Capelo e Ivens, foram identificadas duas inumações sobrepostas a uma cremação anterior. Estas inumações, orientadas SO-NE e cobertas por telhas, também não continham espólio (Liberato e Santos, 2017a, p. 18). Embora os autores não proponham uma datação específica, a orientação sugere uma cronologia tardo-antiga, possivelmente ligeiramente anterior à da necrópole principal aqui discutida, dada a presença das referidas telhas.

Considerando conjuntamente a ausência de espólio num contexto urbano, que destoa de outros centros, a arquitectura simples, a ausência de tégulas em contexto primário e os paralelos próximos, formula-se a hipótese de que a maioria das sepulturas sem espólio funerário neste local date dos séculos IV ou V d.C. Adicionalmente, esta hipótese é reforçada pela recorrente presença de aglomerações de ossários aos pés dos últimos indivíduos inumados. Esta prática de reutilização sucessiva de sepulturas é particularmente característica a partir do final do século IV d.C., como documentado em vários sítios (e.g., Miroiço, Cascais – Cardoso e Cardoso, 2022, p. 114; Setúbal – Figueiredo, 2018; Beringel, Beja – Nunes, 2022, p. 210). Por outro lado, a presença de ossários tanto na reutilização de sepulturas classificadas como “tardo-romanas” quanto nas “visigóticas” indica um nível considerável de continuidade e homogeneidade nas práticas funerárias durante a Antiguidade Tardia na área em análise (Arezes, 2017, pp. 282-283).

Embora características como a ausência de espólio tenham sido historicamente utilizadas na atribuição crono-cultural de enterramentos, a investigação mais recente tem vindo a questionar a interpretação simplista da simplicidade tumular unicamente como evidência cristã. Consequentemente, a relação directa entre a adopção do cristianismo e a ausência de bens funerários é hoje considerada problemática (Arezes, 2017, p. 170). Apesar desta ressalva, a análise comparativa baseada neste pressuposto histórico, combinada com outros dados contextuais e materiais, revela situações paralelas às observadas no sítio em estudo em diversas necrópoles.

Em contextos rurais, por exemplo, a necrópole da Torre Velha 3 revelou vinte e sete indivíduos em decúbito dorsal, orientados NO-SE e duas reduções distribuídos por vinte e três estruturas funerárias, que incluíam covachos simples, caixas cerâmicas ou pétreas, e fossas (Alves & *alii*, 2013, p. 1934). De forma similar ao registado na Avenida 5 de Outubro, os covachos simples foram escavados apenas com o espaço mínimo para acomodar o corpo, resultando numa afectação significativa dos restos osteológicos e dos limites das estruturas devido a perturbações posteriores. Apesar da ausência de espólio, os investigadores sugerem, com base na estratigrafia de algumas sepulturas e na posição/orientação dos esqueletos, uma cronologia indeterminada dentro da Antiguidade Tardia (*idem*, p. 1935). Já em Miroiço, identificou-se um conjunto variado de estruturas, destacando-se covachos simples sem espólio, orientados NO-SE e, em alguns casos, reutilizados para deposição de ossários. A datação precisa permanece elusiva, embora se considere que estes enterramentos se integrem num fenómeno cultural e religioso com início no século V d.C. (Cardoso, 2018, p. 172 e 174; Cardoso e Cardoso, 2022, p. 113).

Em ambientes urbanos, como *Olisipo*, o panorama funerário revela uma maior complexidade. O faseamento da ocupação romana na Praça da Figueira, proposto por R. Banha da Silva (2005, pp. 38-58), é particularmente relevante nas suas 3ª a 5ª Fases para compreender as inumações da Avenida 5 de Outubro. O espaço sepulcral, articulado em torno da “Via Norte” (actual Rua das Portas de Santo Antão), iniciou o seu desenvolvimento no século I d.C., atingindo a máxima monumentalidade entre os séculos II e III (Silva, 2005, p. 43; Cabaço & *alii*, 2017, p. 1244; Loja, 2022, p. 19), onde é notável que a prática da incineração coexistiu com a inumação até ao início do século IV (Silva, 2005, p. 56). Subsequentemente, verifica-se uma simplificação do espaço funerário, associada à construção de uma estrutura defensiva (Cabaço & *alii*, 2017, p. 1245; Loja, 2022, p. 20). A 5ª Fase marca o abandono gradual da área como necrópole, a partir de uma data incerta no século IV d.C. (Cabaço & *alii*, 2017, p. 1245). Deste período final, datados do início do século V, foram exumados três enterramentos infantis em covachos simples e sem espólio (Cabaço & *alii*, 2017, p. 1245; Loja, 2022, p. 21). Um paralelo adicional relevante para as sepulturas de Santarém é uma inumação na necrópole da Rua das Portas de Santo Antão cujo posicionamento do defunto é análogo ao da Sepultura V do sítio em estudo, datada com base nos materiais entre o século III e o início do IV d.C. (Cabaço & *alii*, 2017, p. 1246).

Este tipo de enterramento simples e despojado também se regista na capital provincial, *Emerita Augusta*, onde coexiste cronológica e espacialmente com sepulturas mais elaboradas e ricas. Embora a dificuldade na datação destes contextos simples seja reconhecida (Bejarano Osorio, 1996, p. 348; Heras Mora e Olmedo Gragera, 2018-2019, pp. 205-206), para algumas necrópoles emeritenses tem sido proposta uma cronologia nos séculos IV e V, fundamentada nas relações contextuais e em indicadores como a orientação dos corpos (Heras Mora, Olmedo Gragera e Pérez Maestro, 2006-2008, p. 732).

Regressando ao caso específico de Santarém e sintetizando os argumentos expostos, a precisão cronológica da maioria das inumações sem espólio permanece arqueologicamente desafiadora, sobretudo pela carência de elementos datantes directos. Em contrapartida, a Sepultura V e os enterramentos com espólio de afiliação cultural visigótica permitem considerações distintas. Aplicando o faseamento proposto por C. Viegas (2003, p. 289) e R. Almeida (2009, p. 37) para a ocupação romana da Alcáçova de Santarém, a Sepultura V alinha-se provavelmente com a Fase 5, enquanto os enterramentos “visigóticos” corresponderiam à Fase 7. Consequentemente, as restantes inumações sem espólio deverão situar-se cronologicamente entre as Fases 5 e 6, com possibilidade de se estenderem até à Fase 7, abrangendo assim um período significativo da Antiguidade Tardia, alcançando a presença visigótica.

6. Conclusões

A análise dos contextos funerários da Avenida 5 de Outubro insere-se no quadro complexo da Antiguidade Tardia de *Scallabis*, um período histórico cuja caracterização permanece desafiadora, tanto pela escassez relativa de vestígios arqueológicos preservados, como pelo laconismo das fontes escritas para a região nesta época. A investigação aqui apresentada permitiu, no entanto, extrair ilações significativas sobre as práticas funerárias durante esta fase de transição.

Um dos principais desafios abordados foi a datação das numerosas sepulturas de inumação desprovidas de espólio. Embora a ausência de bens funerários e a simplicidade arquitectónica

limitem a precisão cronológica, a análise comparativa com outros sítios e a contextualização local sugerem um enquadramento provável entre os séculos IV e V d.C., podendo estender-se por fases posteriores. Esta cronologia, ainda que ampla, contraria a ideia de um abandono completo da área ou de um declínio populacional drástico em *Scallabis* após as reestruturações urbanas e a aparente perda de proeminência comercial face a *Olisipo* a partir dos séculos I-II d.C. A persistência do estatuto administrativo da cidade e a capacidade financeira atestada por monumentos funerários já indiciavam a manutenção de alguma relevância. A presença destas sepulturas tardias, mesmo que modestas, reforça a hipótese de continuidade habitacional significativa, possivelmente obscurecida em outras áreas da Alcáçova pela intensa afectação dos níveis arqueológicos por estruturas islâmicas, medievais e modernas.



Fig. 8 Inumação tardo-antiga da Avenida 5 de Outubro, com caixa em material laterício (segundo Liberato, 2012, p. 9, Fig. I).

Por outro lado, a organização espacial da necrópole revelou um padrão consistente com as práticas romanas e tardo-antigas: uma implantação estratégica junto à principal via de acesso à cidade, plasmada na actual Avenida 5 de Outubro. Esta disposição, que privilegia a visibilidade e a acessibilidade, é observada em inúmeros centros urbanos do período e demonstra uma continuidade na lógica de ocupação do espaço suburbano para fins funerários, mesmo que as práticas rituais tenham mudado. A reutilização desta área topográfica específica, séculos após as fases imperiais, pode também reflectir condicionantes na expansão urbana disponíveis em períodos posteriores.

A potencial coexistência destas sepulturas simples com outras contendo espólio de afiliação cultural “visigótica” levanta questões sobre possíveis segregações do foro económico, cultural, social ou religioso, complexificando o quadro interpretativo. Conforme discutido, a ausência de espólio não é um marcador exclusivo de cristianização, e muitas práticas funerárias, incluindo o uso de covachos simples ou estruturas laterícias/pétreas e orientações específicas, eram transversais a diferentes grupos populacionais no Ocidente romano tardio (hispano-romanos, visigodos, ou mesmo a presença pontual bizantina). Tentar atribuir identidades étnicas ou religiosas distintas com base apenas nestas características funerárias é, portanto, problemático, especialmente considerando a convergência de ritos observada no Ocidente, em contraste com o Mediterrâneo Oriental (Vizcaíno Sánchez, 2009, p. 537).

Finalmente, a identificação de cerâmica *terra sigillata* focense em *Scallabis*, datada do século VI e associada a uma possível recuperação comercial ligada à presença bizantina no Sul peninsular, adiciona outra camada de complexidade (Nieto Prieto, 1984, p. 547; Viegas, 2003, p. 298). Contudo, é crucial notar a ausência de espólios datáveis destes momentos mais tardios no conjunto aqui analisado, limitando a possibilidade de correlacionar directamente estas dinâmicas comerciais com as práticas funerárias observadas na Avenida 5 de Outubro.

Em suma, este estudo da necrópole da Avenida 5 de Outubro procurou contribuir para o conhecimento da *Scallabis* tardo-antiga, evidenciando a continuidade da ocupação humana e da utilização estratégica do espaço suburbano junto às vias, enquanto reflecte as transformações nos rituais funerários, marcadas pela simplificação e pela difícil atribuição identitária. Permanecem, contudo, desafios significativos na datação precisa e na interpretação cultural das comunidades que aqui sepultaram os seus mortos, sublinhando a necessidade de futuras investigações integradas na região.

7. Bibliografia

- ABREU, J. (2002) – *Necrópoles Romanas do Território Português*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.
- ALARCÃO, J. de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. 3ª ed. Mem Martins.
- ALMEIDA, M. J. (2002) – Santarém, a cidade e os homens: arqueologia 25 anos depois. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e ALMEIDA, M. J. (coords.), *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 61-67.
- ALMEIDA, R. de (2009) – *Ánforas del Guadalquivir en “Scallabis” (Santarém, Portugal): una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona.
- ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; SERRA, M.; PORFÍRIO, R. (2013) – Necrópole Tardo-antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo Alentejo, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. e GARCÍA CABEZAS, M. (eds.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Villafranca de los Barrios, pp. 1929-1966.

- AREZES, A. (2017) — *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Porto.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (1999) — The Roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto, 1, pp. 185-224.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2002) — A Alcáçova. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e ALMEIDA, M. J. (coords.), *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 73-81.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2003) — Vinte anos de arqueologia na Alcáçova de Santarém: balanço de resultados e perspectivas de futuro. In *Actas do Encontro Associativismo e Património. 25 anos da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico cultural de Santarém*. Santarém: Fundação Passos Canavarro — Arte, Ciência e Democracia, pp. 187-205.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2014) — Santarém durante a época romano-republicana. *Cira Arqueologia. Atas - Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, 3, pp. 242-255.
- BEJARANO OSORIO, A. M.^a (1996) — Tipología de las sepulturas en las necrópolis tardorromanas-cristianas de Mérida: evolución de los espacios funerários. *Mérida, excavaciones arqueológicas*. Mérida, 2, pp. 341-360.
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T.; SILVA, T. (2013) — *Sondagens de diagnóstico — Largo Pedro Álvares Cabral (Marvila, Santarém). Relatório Final*. [S.l.]: ARPA — Arqueologia e Património, Lda.
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T.; SILVA, T. (2014-2015) — Do Romano ao Contemporâneo: 2000 Anos de Arqueologia nas ruas de Santarém. *Arqueologia & História*. Lisboa, 66-67, pp. 63-84.
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. e SILVA, T. (2017) — Evidências de um espaço funerário. Vestígios de uma necrópole romana às portas de Scallabis. In ARNAUD, J. M. e MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1219-1227.
- BRAGA, C. (2010) — *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.
- BRAGA, C. (2014) — A new sector of Via XVII Necropolis in Bracara Augusta: the High Empire phase. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.^a; NOGALES BASARRATE, T. e RODÁ DE LLANZA, I. T. (coords.). *Centro y periferia en el mundo clásico. Actas XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, pp. 1253-1257.
- BRAGA, C. (2015) — Entre a vida e morte: Rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta. In SILVA, S.; LEITE, L.; SILVA, É.; NETO, B. (eds.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória: GM Editora, pp. 124-139.
- BRAGA, C. e MARTINS, M. (2015) — Bracara Augusta: rituais e espaços funerários. *Férvades: Revista de investigação*. Vilalba, 8, pp. 301-310.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; DUARTE, C. (2013) — Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 16, pp. 243-275.
- CABAÇO, N.; SARRAZOLA, A.; SILVA, R.; CARVALHO, L. (2017) — O espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa. In ARNAUD, J. M. e MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1234-1254.
- CARDOSO, G. (2018) — As necrópoles romanas/visigóticas de Miroiço e Alcoitão (Cascais). *Conimbriga*. Coimbra, 57, pp. 169-216.
- CARDOSO, G. e CARDOSO, J. (2022) — As necrópoles da Antiguidade Tardia na região de Cascais e Oeiras. In CARDOSO, G. e NOZES, C. (coords.), *A Morte no Ager Olisiponensis*. Lisboa: Caleidoscópio e Câmara Municipal de Lisboa, pp. 83-101.
- CASIMIRO, S.; OLIVEIRA, J.M.; MANSO, C.; SILVA, R.B.; SEABRA, A. (2022) — Núcleos Ocidentais II — Rua de São Nicolau e Corpus Christi: Discretas evidências da Antiguidade Tardia. In SILVA, R. B. da (coord.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: Para além desta vida. A Memória funerária da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 120.
- CONDE, A. S. (2014) — *Funus Hispaniense: Espacios, usos y costumbres funerárias en la Hispania Romana*. Oxford: BAR Publishing.
- DIAS, V. e ENCARNANÇA, G. (2022) — Necrópoles Romanas e da Antiguidade Tardia na Amadora. In CARDOSO, G. e NOZES, C. (coords.), *A Morte no Ager Olisiponensis*. Lisboa: Caleidoscópio e Câmara Municipal de Lisboa, pp. 37-43.
- DIAS, V. (2015) — A cerâmica comum das necrópoles de Ammaia. In QUARESMA, J. C.; BORGES, S. e FABIÃO, C. (eds.), *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maços do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa e Marvão: Museu Nacional de Arqueologia e Fundação Cidade de Ammaia, pp. 47-89.

- DUARTE, V. (2015) – *De Scallabis a Chantirene: análise paleoantropológica de duas amostras paleocristãs dos séculos IV e VI da necrópole da Avenida 5 de Outubro (Santarém)*. Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Evolução e Biologias Humanas.
- FIGUEIREDO, M. (2018) – Antropologia funerária. *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal: MAEDS, pp. 181-201.
- FILIPPE, V. e SANTOS, R. (2017) – As termas romanas às portas de Alfama. In CAESSA, A. et al. (coords.), *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de nov. de 2015)*. Lisboa: CAL, pp. 246-253.
- GARCIA, J. (1977) – Em torno de Scallabis. In *Santarém. A Cidade e os Homens*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 65-77.
- GASPAR, J. (1975) – Estudo Geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental. *Finisterra*. Lisboa, 10 (19), pp. 107-152.
- GOMES, J. (2024) – *Vestígios dos espaços da Morte na Scallabis romana: o caso da Avenida 5 de Outubro*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.
- GOMES, J. (no prelo) – Busta, ustrina e tumuli: as incinerações romanas da Avenida 5 de Outubro (Santarém, Portugal). *Actas do VII Congresso da SECAH, 15.05.- 18.05.2024, Lisboa*.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C.-VII d. de C.* Madrid: Casa de Velázquez.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- HERAS MORA, F. e; OLMEDO GRAJERA, A. (2018-2019) – Novedades en la necrópolis tardorromana de Mérida. Las princesas bárbaras. *Anas*. Mérida, 31-32, pp. 201-208.
- LIBERATO, M. (2012) – Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão. *Medievalista*. Lisboa, 11. [Consult. 07 Maio 2025]. Disponível em linha: <http://journals.openedition.org/medievalista/803>.
- LIBERATO, M. e SANTOS, H. (2017a) – Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles islâmicas. In ARNAUD, J. M. e MARTINS, A. (coords.), *Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1393-1404.
- LIBERATO, M. e SANTOS, H. (2017b) – *Projeto de alterações para os imóveis sítos na Rua Capelo e Ivens, n.º 90/92 e Travessa do Froes, n.ºs 32/34 e 34A/36, Santarém. Relatório final da escavação arqueológica*. [S.l.: s.n.].
- LOJA, S. (2020) – *Os contextos funerários romanos da Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da Necrópole Noroeste de Olisipo*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.
- MANTAS, V. (1994) – “Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana”. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa, pp. 70-75.
- MANTAS, V. (2002) – A rede viária de Scallabis. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e ALMEIDA, M. J. (coords.), *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 107-112.
- MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios. *Cira Arqueologia. Atas mesa redonda: De Olisipo a Ierabriga*. Vila Franca de Xira, 1, pp. 7-23.
- MATIAS, A. (coord.) (2018) – *Santarém. Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Museu Municipal de Santarém.
- NIETO PRIETO, F. (1984) – Algunos datos sobre las importaciones de Cerámica «Phocian Red Slip Ware» en la Península Ibérica. In BLAGG, T.; JONES, R. e KEAY, S. (eds.), *Papers in Iberian Archaeology*. Oxford: BAR, pp. 540-551.
- NUNES, T. (2022) – O núcleo de ocupação visigótica dos séculos VI a VIII do sítio de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja). *digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*. Coimbra, 8, pp. 204-212.
- PEREIRA, C. (2014) – *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. Oxford: Archaeopress.
- PEREIRA, C. (2018) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- SAA, M. (1959) – *As grandes vias da Lusitânia*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Astória Lda.
- SANTOS, H.; LIBERATO, M. e GEOTA, R. (2012) – Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval: a diacronia do abandono de uma rua no planalto de Marvila. In TEIXEIRA, A. e BETTENCOURT, J. M. (coords.), *Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol. 2. Lisboa e Ponta Delgada: Centro de História do Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 157-162.
- SANTOS, H.; LIBERATO, M. e PRÓSPERO, R. (2012) – Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval.

- val: a diacronia do abandono de uma rua no planalto de Marvila. In TEIXEIRA, A. e BETTENCOURT, J. M. (coords.), *Velhos e Novos Mundos — Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol. 2. Lisboa e Ponta Delgada: Centro de História do Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, pp. 157-162.
- SILVA, R. (2012) — *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.
- TOYNBEE, J. (1996) — *Death and Burial in the Roman World*. 2ª ed. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.
- VAQUERIZO GIL, D. (2010) — *Necrópolis urbanas en Baetica*. Sevilla: Universidad de Sevilla; Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- VIEGAS, C. (1996) — Proposta de Actuação e Funcionamento da Área da Arqueologia. In CUSTÓDIO, J. (ed.), *Santarém Cidade do Mundo*. Vol. II. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 17-27.
- VIEGAS, C. (2003) — *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém — Economia, Comércio e Cerâmica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VIEGAS, C. (2018) — Breves apontamentos sobre o período romano imperial e a antiguidade tardia de Santarém. In MATIAS, A. (coord.), *Santarém. Carta Arqueológica Municipal*. Santarém: Museu Municipal de Santarém, pp. 124-131.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2009) — La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La documentación arqueológica. In GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, R. (ed.), *Antigüedad y Cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardia*. Murcia: Universidad de Murcia.

O Sítio arqueológico de São Simão – Um caso de estudo no território de Conimbriga

SÓNIA VICENTE¹
ANA MENDES²
FLÁVIO SIMÕES³

RESUMO

A *Villa* romana de São Simão localizada no Adro da Capela da Sr.^a da Graça, em São Simão, pertenceu ao antigo território da cidade de *Conimbriga*. Redescoberto no âmbito de um acompanhamento arqueológico, o estudo do Sítio Arqueológico de São Simão pretende contribuir para a construção da história da paisagem rural da antiga *civitas* de *Conimbriga*. A *Villa*, construída nos finais do século II, início do século III d.C., foi ocupada por uma família romana até aos meados do século V d.C., época em que terá sido abandonada. Foi reocupada, provavelmente, ainda, durante o século V e VI d.C. foi mutilada com alterações estruturais, por necessidades dos novos moradores, desconhecedores dos usos e costumes dos antigos habitantes. O local foi abrigo de eremitas/conventuais no século XIII/XV e cemitério para a população no séc. XV-XVII. A localização do sítio terá sido um dos fatores importantes para a longa ocupação diacrónica do sítio.

ABSTRACT

The Roman Villa of São Simão located under the Churchyard of the chapel of Sr.^a da Graça, in São Simão, belonged to the former territory of the *civitas* of *Conimbriga*, during the Roman period.

Rediscovered during an archaeological monitoring of construction works, the study of the São Simão Archaeological Site aims to contribute to the rediscovery of the history of the rural landscape of the ancient *civitas* of *Conimbriga*. The Villa, built between late 2nd century d.C. and 3rd century d.C., was occupied by a Roman family until mid 5th century d.C., when it's estimated to be abandoned. It was most likely reoccupied between the 5th and 6th centuries d.C. and was deeply altered with structural changes to fulfill the needs of the new residents, who did not share the same customs as the old inhabitants.

Between the 13th and 15th centuries d.C., the site was turned into a hermitage for monks and much later, between the 15th century d.C. and the 17th century d.C., it became a local cemetery.

The location of the site has been one of the key factors in understanding the long diachronic occupation of the site.

- 1 Arqueóloga, Museu da Villa Romana do Rabaçal.
- 2 Conservadora restauradora Museu da Villa Romana do Rabaçal.
- 3 Antropólogo Associação de Amigos da Villa Romana do Rabaçal.

1. A Descoberta

As primeiras informações do sítio de São Simão datam do princípio do Século XX, Pedro d' Azevedo dá conta da notícia, *Um achado Archeologico importante* no Arqueólogo Português, de 1902, recuperando a descoberta publicada no jornal o Século, de 17 de maio



Fig. 1 Traçado da vala de saneamento e descoberta de estruturas e pavimentos, 2015.



Fig. 2 Descoberta do "Mosaico 5" na vala de saneamento, 2015.

de 1901. A dita refere, genericamente, que andando um lavrador a abrir um covacho para oliveiras num quintal em frente à capela da Sr.^a da Graça, a cerca de um metro de profundidade, encontrou o que pareciam pedrinhas miudinhas azuis e brancas, ao alargar identificou um pavimento de mosaico. Ao que se sabe, após notificar aos mais próximos, percebeu que o tema já era debatido a miude entre a população desde o século XIX e que havia mais terrenos na envolvente da Capela da Sr.^a da Graça com materiais antigos (Azevedo, 1902, pp. 59-61).

Várias décadas depois, o sítio volta a ser referido por Salvador Dias Arnaut e Pedro Dias, mas à época desconhecia-se em concreto o local onde se haviam encontrado as tais pedrinhas, indicando apenas que, provavelmente, era no adro da Capela da Sr.^a da Graça (Arnaut e Dias, 1983, p. 80)

No início do século XXI um conjunto de obras particulares no adro da capela e nos terrenos contíguos permitiram realocar a *Villa* romana. Contudo, só em 2015, aquando da realização da obra de saneamento entre as Serradas da Freixiosa / Carregã (Fig. 1) se dá a descoberta de três painéis de mosaico, bem conservados (Vicente & alii., 2015). Nesse momento o Executivo camarário, com o apoio da equipa técnica que realizou o acompanhamento arqueológico, decidiu pela alteração do projeto, transferindo o traçado para uma área muito mais a sul, afastada dos vestígios arqueológicos e deu início ao projeto de investigação do Sítio Arqueológico de São Simão, PIPA 2016-2019 (Vicente & alii., 2015).

2. Localização

O sítio Arqueológico de São Simão localiza-se na União de Freguesias de São Miguel, St.^a Eufémia e Rabaçal, no Concelho de Penela, Distrito de Coimbra, na região da Beira Litoral.

À época romana, a *villa* pertencia ao antigo *municipium* de *Conimbriga*, *Conventus Scalabitanus*, na Província da *Lusitania* (Pessoa, 2001; 2005).

3. O Sítio Arqueológico

A *Villa* ou quinta com residência senhorial era uma propriedade agrícola, localizada no vale do rio Dueça e estava rodeada por duas cumeadas, uma no lado oeste e outra no lado este. O rio corre de sul para norte, serpenteando a paisagem envolvente, criando um ambiente campestre, relaxante e harmonioso. A sua localização privilegiada, em área de terrenos agrícolas produtivos e com água abundante (Fig. 4), terá permitido a produção e transformação agrícola para a subsistência da *Villa*, mas, sobretudo, para abastecer o mercado das cidades mais próximas (Vicente & alii., 2024).. Assim, à semelhança de outras *explorações agrícolas*, inferimos que esta contasse com presença de olivais, vinhas, matas abundantes, campos de cultivo, pastagens para gado ovino e caprino, pomares e hortas (Pessoa, 2012; Vicente & alii., 2019) que permitiam a sua subsistência e sobrevivência económica. A existência de uma produção agrícola diversificada e provavelmente abundante, demandava a existência de uma *pars frutuaria e rustica* capaz de transformar e armazenar toda a produção agrícola. Admitimos a existência de armazéns, oficinas, eiras, lagares, área da tecelagem, a forja, a olaria e toda a espécie de estruturas necessárias para que a estrutura da *Villa* fosse viável economicamente.

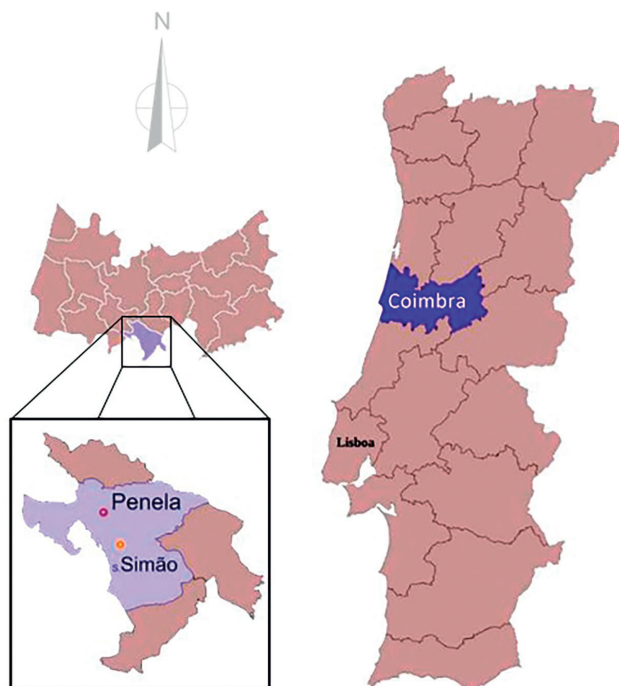
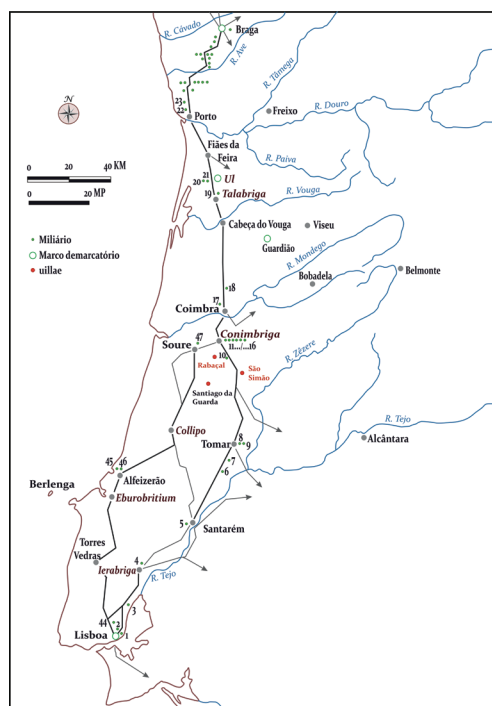


Fig. 3 Localização geográfica de São Simão; @Flávio Simões; mapa de localização dos marcos miliários e marcos demarcatórios da rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga, MANTAS, 1996.

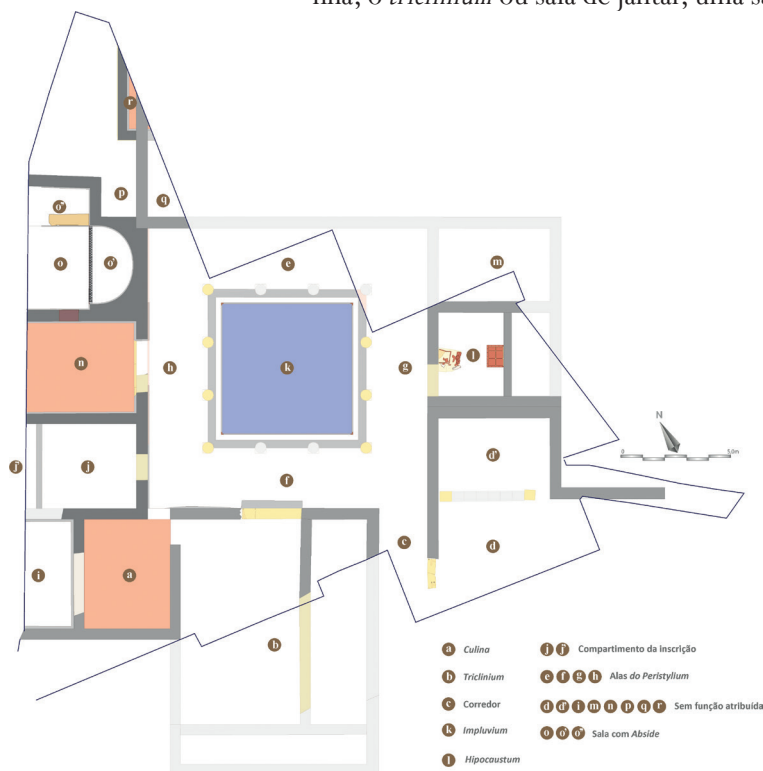


Fig. 4 O vale do Dueça e o Adro da Capela da S.ª da Graça, em São Simão.

4. A Villa romana

Fig. 5 Planta da pars urbana com a identificação das divisões. @Flávio Simões

Fig. 6 Inscrição no “Mosaico 11”.



A villa de S. Simão terá sido construída nos finais do século II ou início do Século III d.C. e ocupada até aos meados do século V d.C (Pessoa, 2001; Vicente, 2004, 2015; 2020).

A descoberta da villa romana incidiu principalmente sobre a *pars urbana* ou residência do proprietário. A estrutura identificada, e ainda em escavação, permite-nos desde já afirmar que a arquitetura da casa é esboçada a partir de um *peristilium* central, de planta quadrangular. Em redor dele surgem as alas ou corredores que fazem a distribuição pelos espaços da habitação. Até à data estão identificados 18 compartimentos e 20 mosaicos (Vicente & alii., 2024). Apesar da área não estar totalmente escavada e não ser de fácil identificação a funcionalidade das várias divisões, conseguimos localizar a *culina* ou cozinha, o *triclinium* ou sala de jantar, uma sala aquecida, um corredor, o *impluvium* (tanque ou

espelho de água) e as alas laterais do *peristilium* (Fig.5). Os restantes compartimentos serão salas de reunião ou de belveder viradas para a área oeste da villa. Nestes compartimentos encontramos os pavimentos mais elaborados e de cronologias mais tardias, dos meados do século IV d.C. (Fig.7).

Os proprietários da villa seriam uma família rica que obteria a sua riqueza da produção e transformação agrícola criada no *fundus*. Conheciam os usos e costumes romanos assim como, inferimos nós, veneravam o panteão romano. Não se conhece a origem da família, no entanto descobrimos o nome de um dos habitantes. A única inscrição romana (Fig. 6) encontrada na villa, localiza-se num mosaico datado de século IV d. C., e terá sido mandada fazer por um dos proprietários da casa, *CATVRO*, o único nome encontrado até à data.

Na inscrição pode ler-se:

[UTER]E FE[LIX SINE] CALIGIS
CATVR[O MARTI] DEO

“Usa com felicidade, sem botas!
Dedicado por Caturão, ao deus Marte.”

A inscrição, transcrita, traduzida e interpretada por José de Encarnação, (Vicente & alii., 2019, p. 183) faz referência à forma como deve ser usado o pavimento, com cuidado, sem botas militares, fazendo a alusão, quiçá, à profissão do proprietário *CATVRO*. Por fim, dedica a obra do



mosaicista a um deus, provavelmente a Marte, deus da Guerra, por sugestão das *caligis* – sandálias do soldado romano. *CATVRO* é um antropónimo indígena muito presente nas províncias da Lusitânia e Galécia, nas atuais regiões do Minho, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Alentejo, Algarve e Extremadura Espanhola, chegando a existir cerca de 20 referências ao nome nesta área, desta forma podemos dizer que se trata de um antropónimo lusitano e Galego (Mérída, 2003).

5. A época tardo-Antiga

As dificuldades socioeconómicas e políticas vividas no território nos finais do Séc. IV, inícios do século V d.C., tem reflexo na *villa* com marcas evidentes na habitação (Vicente, 2019). O uso de material de menor qualidade nos pavimentos e a utilização de *opus signinum* no preenchimento de lacunas do mosaico indiciam dificuldade em arranjar artífices capazes para as obras de conservação da habitação ou constrangimentos económicos (Vicente & alii., 2023).

Os problemas são recorrentes desde meados do século III d.C. até século V, no entanto, as *villae* como reflexo do empoderamento dos grandes senhores refletem o entesouramento rural com a construção de grandes e luxuosas propriedades, demonstrando que a crise do Império está no Estado e na forma como este gere e cobra impostos. No entanto, a nova ordem política instalada no séc. V d.C. torna a sobrevivência destes espaços rurais cada vez mais incerta, levando os seus residentes a procurar lugares mais seguros. Assim, inferimos que o abandono da *villa* terá ocorrido por volta de meados do século V d.C., mas a *pars urbana* terá ficado desabitada por pouco tempo, pois as alterações grosseiras detetadas em determinadas áreas da habitação revelam a ocupação por gentes que não tinham qualquer sensibilidade ou conhecimento da cultura romana (Vicente & alii., 2023). A mutilação de áreas com a construção de paredes sobre pavimentos de mosaico, a colocação de argamassas de cal sobre o que restava de painéis musivos, a utilização de compartimentos com chão de argamassa (argamassa resultante do decaimento do reboco e que foi pisoteada criando um chão de aspeto terroso) e a anulação/transformação do *impluvium* em lixeira, com a presença abundante de fauna de grande porte, revela que os comportamentos culturais dos novos ocupantes são distintos dos antigos residentes (Vicente & alii., 2023).

A narrativa histórica do sítio não termina com a ocupação do período suevo-visigótico, a investigação arqueológica continua com o estudo da cultura material identificada e esse ainda está a dar os primeiros passos.

A localização das ruínas da *villa*, perto de uma via secundária, tornaria o local apetecível a eremitas, viajantes e peregrinos, assim não é de estranhar que nos alvares da nacionalidade, o lugar de São Simão seja referido em documentação coeva como o local onde habitam eremitas ou em São Simão existirem terrenos que pertencessem ao ermitão (Costa, 2024).

Durante o segundo quartel do século XIII, terá existido um convento franciscano nesta área (Soledade, 1750; Gomes, 1998, p. 157). Por aqui terão estado uns alguns anos, construído e reutilizado estruturas antigas como abrigo. Viviam em pobreza, sobreviviam do que a bondade humana lhes oferecia (Soledade, 1750, p. 44), eram aceites como iguais, com uma diferença, eram Homens Santos. Esta forma eremítica e de mendicante da Ordem Franciscana durante o século XV tenderá a ser menos radical e menos despojada, passando lentamente ao afrouxar do ascetismo dos religiosos (Teixeira, 2005, p. 227).



Fig. 7 Mosaico 1, 17 e 18.

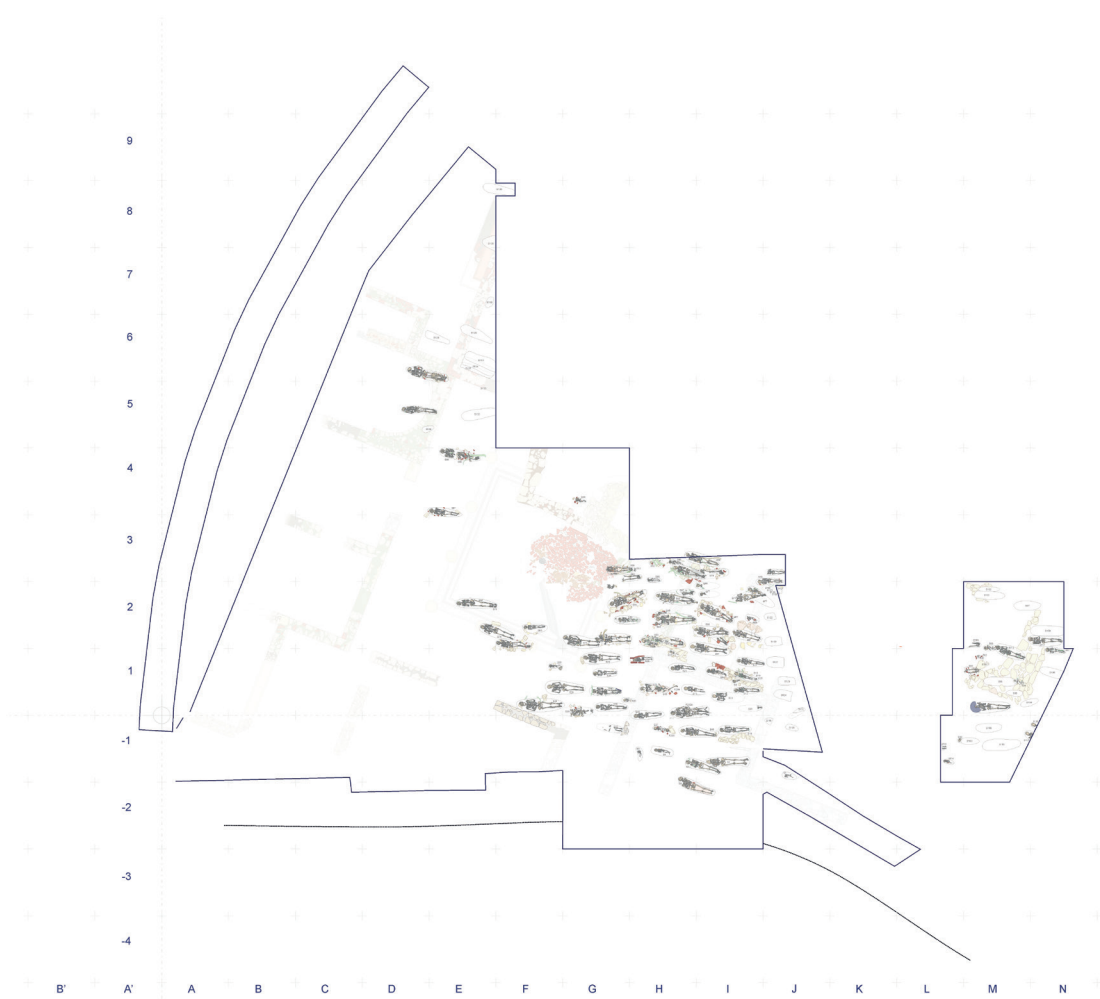


Fig. 8 Necrópole de século XV-XVII. @Flávio Simões

A pobreza do lugar terá sido o motivo para o abandono do convento em São Simão, em meados do século XV (Soledade, 1750, p. 44). Os franciscanos partiram do território de Penela e só regressariam mais de cem anos depois, no séc. XVI, mas desta vez construindo o convento perto da vila, junto da população.

Após o abandono do sítio pelos pobres eremitas, o espaço foi ocupado pela população implantando ali uma necrópole que, até à data, conta com 136 indivíduos exumados (Fig. 8) (Vicente & *alii.*, 2024). A sacralização do espaço terá acontecido por causa da presença dos eremitas/conventuais ou, quiçá, como acontece noutros sítios romanos, porque foi entendido como sítio antigo e reconhecido como divino, recebendo a sacralização (Pessoa, 1998; Simões, 2024).

A propriedade franciscana em São Simão foi vendida nos finais do século XVI para fazer face às despesas com a construção do novo edifício conventual, junto a Penela (Soledade, 1750, p. 47). Terá sido comprado pela Família Abreu Castelo Branco Cabral e Melo e mais tarde incluída num morgadio. A memória e história do local foi desvanecendo ou alguns fizeram força para que se desvanecesse, tornando a sua investigação mais trabalhosa.

O Projeto de Investigação Plurianual “Investigação, conservação e valorização do Sítio Arqueológico de São Simão”, PIPA 2021-2025 em curso, pretende através da investigação pluridisciplinar responder às questões levantadas ao longo deste texto. Em paralelo, os trabalhos de prospeção com georadar realizados até 2024, projetam uma área de trabalhos para além do Adro da Capela da Sr.^a Da Graça, perspetivando-se um conjunto de estruturas que poderão esclarecer a ocupação cronológica/ diacrónica do Sítio.

6. Bibliografia

- ARNAUT, S.; DIAS, P. (1983) — *Penela — História e arte*. Ed. Município de Penela.
- ALARCÃO, J. (2018) — *A Lusitânia e a Galécia: do Séc. II a.C. ao Séc.VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AZEVEDO, A. P. (1902) — Importante achado arqueológico. *O Archeologo Português*, vol. VII, n.º 2 e 3. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 59-61.
- GOIS, C. (2009) — *O Convento de Santo António de Penela (1448 — 1834)*. Penela.
- GRUPO Mérida (2003) — *Atlas Antroponímico da Ia Lusitania Romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos, Ausonius, p.137.
- PESSOA, M.; RODRIGO, L.; VICENTE, S. (2001) — *Relatório da Villa romana de S. Simão*. [Policopiado].
- PESSOA, M.; VICENTE, S. (2004) — *Relatório da Villa romana de S. Simão*. [Policopiado].
- PESSOA, M. (2005) — Contributo para o Estudo dos mosaicos romanos no território das Civitas de *Aeminum* e de *Conimbriga*, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, n.º 2, pp.363-401.
- PESSOA, M. (2012) — *Villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal. Um centro na periferia do império e do território da civitas de Conimbriga. Estudo de mosaicos*. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte da Antiguidade, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SOLEDADE, F. (1750) — História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal. Tomo III. Refere os seus progressos em tempo de sinquenta & dous annos, do de 1448 a 1500; Oficina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, Lisboa. Consultado a 5-08-2015; disponível em: <http://purl.pt/20706/4/>.
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES A.; ENCARNANÇA, J. (2019) — Mosaico com inscrição na *Villa romana de S. Simão*, Penela. *Ficheiro Epigráfico (Suplemento de «Conimbriga»)*, n.º 183. Universidade de Coimbra: IA, DHEEAA, FLUC.
- VICENTE, S.; SIMÕES, F. (2015) — Mosaicos da *Villa Romana de S. Simão*, Penela — Novos Achados *Actas do Encontro Portugal-Galiza — Mosaicos Romanos — Fragmentos de cultura nas proximidades do Atlântico*. Clássica, Artes Gráficas, pp. 356-360.

- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2016) – Relatório de Escavação da *Villa* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça. *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia do Sítio Arqueológico São Simão – Valorização dos Achados e do Território Envolvente 2016-2019*. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A.; NTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2017) – Relatório de Escavação da *Villa* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça. *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia do Sítio Arqueológico São Simão – Valorização dos Achados e do Território Envolvente 2016-2019*. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].
- VICENTE, S.; MENDES, A., (2017) – The Mosaics of the Roman *Villa* of São Simão, Penela, Portugal. *Journal of Mosaic Research*, Vol. 10. DergiPark, pp. 365-383.
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2018) – Relatório de Escavação da *Villa* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça. *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia do Sítio Arqueológico São Simão – Valorização dos Achados e do Território Envolvente 2016-2019*. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2019) – Relatório de Escavação da *Villa* romana de São Simão e Necrópole da Capela da Senhora da Graça. *Relatório Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia do Sítio Arqueológico São Simão – Valorização dos Achados e do Território Envolvente 2016-2019*. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2019) – O sítio arqueológico de São Simão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 22, pp. 193-201.
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2020) – Relatório Final do Sítio Arqueológico São Simão – Valorização dos Achados e do Território Envolvente e Necrópole da Capela da Senhora da Graça. Relatório Final do Sítio Arqueológico São Simão – Valorização dos Achados e do Território 2016-2020. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A. (2023) – *Relatório de Progresso da Escavação do Sítio Arqueológico de São Simão, no âmbito PIPA 2022-2025 – Projeto de Investigação Plurianual “Investigação, conservação e valorização do Sítio Arqueológico de São Simão”*. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].
- VICENTE, S.; SIMÕES, F.; MENDES, A.; COSTA, J. (2024) – *Relatório de Progresso da Escavação do Sítio Arqueológico de São Simão, Necrópole da Capela da Senhora da Graça, Sítio Arqueológico de S. Simão – Contexto Medieval e Moderno in Relatório de Progresso da Escavação do Sítio Arqueológico de São Simão, PIPA 2022-2025 – Projeto de Investigação Plurianual “Investigação, conservação e valorização do Sítio Arqueológico de São Simão”*. Museu da *Villa* romana do Rabaçal. [Policopiado].

Web Semântica aplicada à Arqueologia: Análise de dados estruturados através de SPARQL, DBpedia e Wikidata

DANIEL CARVALHO¹

RESUMO

A Web Semântica representa uma miríade de oportunidades para a pesquisa e interpretação de dados arqueológicos. Dado que a disciplina se encontra cada vez mais alicerçada em práticas digitais, compreender como podemos criar conexões entre dados estruturados, provenientes das mais variadas fontes, assume-se como um desafio fundamental. Deste modo, exploramos neste artigo como podemos ligar a arqueologia a pesquisas na Web Semântica, a partir da DBpedia e Wikidata e com recurso à linguagem SPARQL, para aceder a conteúdos arqueológicos aparentemente desconectados. Assim, tencionamos argumentar a favor de metodologias que se assentam em ontologias partilhadas, velocidades superiores de pesquisa e a criação de novas ligações entre dados arqueológicos.

ABSTRACT

The Semantic Web represents a myriad of opportunities for researching and interpreting archaeological data. Given that the discipline is increasingly based on digital practices, understanding how we can create connections between structured data from a wide variety of sources is a fundamental challenge. In this article, we explore how we can connect archaeology to Semantic Web searches, using DBpedia and Wikidata and the SPARQL language, to access apparently disconnected archaeological content. Thus, we intend to argue in favor of methodologies based on shared ontologies, higher search speeds and the creation of new links between archaeological data.

1. Introdução

A criação da Web Semântica alicerçou-se na premissa de criar uma rede de dados que unisse o conhecimento das mais variadas áreas e em que fosse possível aceder ao mesmo de um modo acessível. Para este efeito, a utilização de modelos de dados como o RDF (Resource Description Framework) e a linguagem OWL (Ontology Web Language) permitiram que a Web Semântica se tornasse numa ferramenta com interoperabilidade. Uma das barreiras que precisamente pode afastar a arqueologia destas realidades é a compreensão do seu aparelho conceptual (Binding, & *alii* 2008). Para este efeito, dedicamos uma seção deste artigo a expor definições e a implementá-las de modo a que seja possível chegar a um entendimento dos significados por trás destas tecnologias.

Em todo o caso, para a arqueologia verifica-se uma realidade imutável: o facto de lidar com cada vez maiores e mais complexos conjuntos de dados. Os desafios que daí emergem são múltiplos, destacando-se a necessidade de construir e encontrar ferramentas que auxi-

¹ UNIARQ – Universidade de Lisboa

liem ao tratamento, acondicionamento e interpretação dos mesmos. Mais ainda, há que transformar as nossas bases de dados – ou, simplesmente, os ficheiros que entendemos como o esqueleto que levariam às mesmas – em representações que traduzem a profundidade dos dados arqueológicos. De facto, fazê-lo abrirá caminho a novas questões mas, mais do que isso, a um quadro de conexões que se afigura cada vez mais necessário para entender fenómenos em larga escala. Esta realidade extravasa e muito o âmbito científico, vertendo também para os ramos da gestão e proteção do património arqueológico (Hyvönen 2012, Katsianis & *alii*, 2023).

Neste efeito, o potencial da Web Semântica é visto com grande interesse pelas mais variadas áreas do conhecimento e setores empresariais (Hogan & *alii*, 2021). Para o caso do património europeu, um dos seus expoentes máximos é a EUROPEANA, que reúne, precisamente através de metodologias específicas, redes de conhecimento sobre o tema. Assim, e de modo a criar mais contributos nesse sentido, este artigo tem como objetivos as seguintes formulações:

- 1) Oferecer um quadro geral das definições e tecnologias emergentes que concernem ao tema da Web Semântica e do seu potencial para a arqueologia.
- 2) A exploração de pesquisas através do SPARQL, direcionadas para conceitos relacionados com a arqueologia.
- 3) Uma análise crítica dos resultados obtidos, refletindo sobre as vantagens e as dificuldades em obter informações relevantes para a prática arqueológica.
- 4) Uma visão futura das implicações futuras que a pesquisa na Web Semântica pode ter para a Arqueologia.

2. Conceitos e Definições

Dado que trabalharemos no âmbito da Web Semântica, será relevante compreender alguns conceitos para que se possa tirar o maior proveito dos resultados obtidos. Assim, dedicaremos-nos a definir triplos, knowledge graphs, SPARQL, RDF e ontologias.

Um triplo é uma estrutura simples de representação de dados que segue uma lógica específica de sujeito-predicado-objecto. Esta última é legível quer por máquinas quer por seres humanos, o que abona à sua concepção. Os triplos são cruciais para RDF, pela sua capacidade de organizar a sua informação em potenciais graphs (Hogan & *alii*, 2021).

Já o RDF (Resource Description Framework) é o modelo padrão de representação de dados que a Web Semântica utiliza, precisamente pela conjugação de triplos. Este modelo pode possuir URI's, URL's ou outros identificadores que nos direcionam para uma determinada página na Web.

O SPARQL é uma linguagem de consulta (query language) que permite-nos manipular os dados armazenados no formato RDF, ou seja, é um elemento em comum face ao último e aos triplos. Mais especificamente, procura triplos relevantes para responder a uma determinada questão que o utilizador possua, obtendo-se assim resultados baseados nos mesmos (DuCharme, 2013).

Finalmente, quando falamos de ontologias, à semelhança de como o termo é utilizado na teoria arqueológica (Preucel, 2021), encontramos-nos a debater sobre

como construir e utilizar classificações para os nossos objectos de estudo, tais como as suas relações, possibilitando inferir conhecimento sobre os mesmos grupos de elementos.

Estes conceitos são amplamente utilizados noutros âmbitos e áreas (Hogan & *alii*, 2021), mas para o nosso propósito e para as experiências que se seguem, é importante tê-los em conta, ainda que superficialmente. Isto será tanto ou mais evidente na próxima secção, que trata sobre os métodos como poderemos usá-los para pesquisar sobre temas arqueológicos.

3. Metodologia

Passamos em seguida às pesquisas na Web Semântica, com recurso a dois prismas essenciais: a DBpedia e a linguagem SPARQL.

A DBpedia pode ser definida como um conjunto de dados estruturados que representam uma vastíssima gama de assuntos e temas, apresentados sob a forma de triplos RDF, tendo como base a Wikipédia. Como é expectável, e muito embora esta informação se encontre organizada, esta é uma fonte de dados que é díspar, no sentido em que não existe um equilíbrio entre os temas e da quantidade dos dados que lá se encontram. Esta será uma realidade onde a arqueologia se inserirá, como veremos, quando algumas pesquisas se afigurarem incompletas ou mesmo inexistentes. No entanto, o que pretendemos é demonstrar que esta condicionante pode ser ultrapassada com recurso a pesquisas que tenham pontos em comum e, conseqüentemente, que detetem falhas que possam ser colmatadas com a inserção de dados pelos próprios arqueólogos.

Já o SPARQL é a linguagem que permitirá extrair os dados dos triplos RDF, como vimos. Isto é possível através da criação de uma query, muito à semelhança de linguagens que lidam com bases de dados relacionais. Deste modo, a metodologia passará pela criação de várias queries de SPARQL realizadas à DBpedia.

A natureza dessas pesquisas será múltipla, como veremos. Para compreendermos as potencialidades das mesmas, estas serão feitas de acordo com vários agentes em vista. Em primeiro lugar, há que compreender quais as pessoas que têm como classificação “arqueólogo”. Isto permitirá criar uma lista global de todos estes agentes, desde que presentes na DBpedia. Estas pesquisas podem então ser refinadas, para serem divididas de acordo com outros parâmetros, como o género, o país de origem, entre outros.

A noção de “sítio arqueológico” também será explorada, sob os mesmos moldes. Será relevante compreender as informações que existem e se a localização geográfica dos mesmos se encontra presente.

A ligação de artefactos, sítios e arqueólogos a eventos precisos pode igualmente ser explorada nesses diversos casos, conduzindo assim a situações e realidades de mais elevada complexidade.

De modo a estes resultados serem acessíveis, iremos expor todas as queries neste artigo assim como os seus resultados. Para efeitos de reprodutibilidade, todas estas operações serão feitas no SPARQL endpoint para a DBpedia e do Wikidata, podendo assim ser experimentadas e refinadas como assim se entenda.

QUERY 1 – PESSOAS CLASSIFICADAS COMO SENDO ARQUEÓLOGOS DBPEDIA

```

PREFIX dbo: <http://dbpedia.org/ontology/>
PREFIX foaf: <http://xmlns.com/foaf/0.1/>
PREFIX rdfs: <http://www.w3.org/2000/01/rdf-schema#>

SELECT DISTINCT ?person ?name
WHERE {
  ?person a dbo:Person ;
    rdfs:label ?name ;
    dbo:occupation ?occupation .

  ?occupation rdfs:label "Archaeologist"@en .

  FILTER(LANG(?name) = "en")
}
ORDER BY ?name
LIMIT 500

```

Fig. 1 Query para encontrar o nome de pessoas que tenham como ocupação "arqueologia".

Esta query pretende recuperar o nome de 500 pessoas que sejam classificadas como arqueólogas. Repare-se que não existe qualquer limitação cronológica – o que nos permitirá compreender a utilização do termo em largo espectro. Para este efeito, um conjunto de prefixos é utilizado: dbo: que se refere à ontologia da DBpedia, definindo conceitos como Person (Pessoa), que serão aqui bastante úteis; foaf: (Friend of a Friend) que é uma ontologia comum para descrever informações pessoais e, finalmente, rdfs: (RDF Schema) que fornece o vocabulário básico para estabelecer rótulos (labels). Com estes prefixos iniciais é então necessário estabelecer uma busca mais precisa com recurso a SELECT DISTINCT, que neste caso ficará responsável por nos dar os nomes dos arqueólogos e o bloco WHERE, que especifica os triplos a serem encontrados. A operação ?person a dbo:Person seleciona entidades do tipo Person, ou seja entidades que são obrigatoriamente pessoas, enquanto que rdfs:label ?name vai associar cada pessoa ao seu rótulo, que neste caso é o nome.

Agora que possuímos as pessoas e os seus nomes, resta-nos saber a sua ocupação, que nos é dada através de dbo:occupation ?occupation. De modo a criar uma redundância para

SPARQL | HTML5 table

person	name
http://dbpedia.org/resource/Adolphe_Berty	"Adolphe Berty"@en
http://dbpedia.org/resource/Adolphe_Reinach	"Adolphe Reinach"@en
http://dbpedia.org/resource/Aino_Kann_Rasmussen	"Aino Kann Rasmussen"@en
http://dbpedia.org/resource/Alda_Levi	"Alda Levi"@en
http://dbpedia.org/resource/Alexandra_Jones_(archaeologist)	"Alexandra Jones (archaeologist)"@en
http://dbpedia.org/resource/Alexandre_Du_Mège	"Alexandre Du Mège"@en
http://dbpedia.org/resource/Alexandru_Odobescu	"Alexandru Odobescu"@en
http://dbpedia.org/resource/Allen_Butterworth	"Allen Butterworth"@en
http://dbpedia.org/resource/André_Piganiol	"André Piganiol"@en
http://dbpedia.org/resource/Annie_Ure	"Annie Ure"@en

garantir que apenas pessoas arqueólogas sejam incluídas nesta análise, a consulta impõe duas restrições: `?occupation rdfs:label "Archaeologist"@en` – que exige que a profissão tenha um rótulo explícito “Archaeologist” em inglês. O facto de se encontrar numa língua que não a portuguesa liga-se com o facto de ser muito mais provável obtermos informação em quantidade e qualidade na língua inglesa, pelo que se utiliza igualmente `FILTER(LANG(?name) = "en")` para eliminar outras variantes linguísticas. Finalmente, a apresentação dos resultados é feita por ordem alfabética através de `ORDER BY ?name` – e restringida às primeiras 500 entradas com `LIMIT 500`, para não existir uma sobrecarga na consulta.

QUERY 2 – BASES DE DADOS ARQUEOLÓGICAS DBPEDIA

```
PREFIX dct: <http://purl.org/dc/terms/>
PREFIX dbc: <http://dbpedia.org/resource/Category:>
PREFIX rdfs: <http://www.w3.org/2000/01/rdf-schema#>

SELECT DISTINCT ?database ?name WHERE {
  ?database dct:subject dbc:Archaeological_databases ;
    rdfs:label ?name .
  FILTER(LANG(?name) = "en")
}
ORDER BY ?name
```

Fig. 2 Query para encontrar bases de dados específicas à Arqueologia.

O propósito desta segunda query reside em obter informação sobre bases de dados sobre arqueologia. Como é perceptível, existem elementos em comum com a query anterior: alguns prefixos, uma ordenação, uma ligação a um nome e uma busca através de WHERE. Podemos no entanto observar que lidamos agora mais fortemente com categorias, que são aqui exploradas através de `dct:` (Dublin Core Terms) que fornece propriedades genéricas para descrição de recursos, como `subject` (tema) e ainda `dbc:` (DBpedia Categories), o sistema de categorias da DBpedia, que é organizado hierarquicamente. Aqui, `?database dct:subject dbc:Archaeological_databases` seleciona entidades que têm como assunto a categoria “Archaeological_databases”, ou seja, que são classificados como bases de dados arqueológicas dentro da Web. Isto levantará questões face ao que é ou não considerado como uma base de dados de arqueologia, tema que debateremos nos resultados.

SPARQL | HTML5 table

database	name
http://dbpedia.org/resource/ABMAP	"ABMAP"@en
http://dbpedia.org/resource/Arachne_(archaeological_database)	"Arachne (archaeological database)"@en
http://dbpedia.org/resource/Archaeological_Recording_Kit	"Archaeological Recording Kit"@en
http://dbpedia.org/resource/Archaeology_Data_Service	"Archaeology Data Service"@en
http://dbpedia.org/resource/Archeological_Map_of_Egypt	"Archeological Map of Egypt"@en
http://dbpedia.org/resource/Canmore_(database)	"Canmore (database)"@en
http://dbpedia.org/resource/Cuneiform_Digital_Library_Initiative	"Cuneiform Digital Library Initiative"@en
http://dbpedia.org/resource/Digital_Archaeological_Archive_of_Comparative_Slavery	"Digital Archaeological Archive of Comparative Slavery"@en
http://dbpedia.org/resource/Electronic_Text_Corpus_of_Sumerian_Literature	"Electronic Text Corpus of Sumerian Literature"@en
http://dbpedia.org/resource/Heurist	"Heurist"@en

QUERY 3 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM PORTUGAL – WIKIDATA

```

PREFIX wd: <http://www.wikidata.org/entity/>
PREFIX wdt: <http://www.wikidata.org/prop/direct/>
PREFIX rdfs: <http://www.w3.org/2000/01/rdf-schema#>

SELECT DISTINCT ?site ?siteLabel ?locationLabel ?coordinates WHERE {
  ?site wdt:P31/wdt:P279* wd:Q839954 ;
    wdt:P17 wd:Q45 ;
    rdfs:label ?siteLabel .

  FILTER(LANG(?siteLabel) = "pt")

  OPTIONAL {
    ?site wdt:P131 ?location .
    ?location rdfs:label ?locationLabel .
    FILTER(LANG(?locationLabel) = "pt")
  }

  OPTIONAL {
    ?site wdt:P625 ?coordinates .
  }
}
GROUP BY ?site ?siteLabel ?locationLabel ?coordinates
ORDER BY ?siteLabel

```

Fig. 3 Query para localizar e organizar sítios arqueológicos de acordo com o seu nome e coordenadas.

Esta query é a mais complexa, não só em termos de operações efetuadas, mas também porque trata de dados geográficos. A Wikidata, neste âmbito, possui mais informação, pelo que esta é a principal razão do seu uso. Os prefixos, como esperado, mudam ligeiramente: temos wd:, que se refere a entidades específicas no Wikidata. Cada entidade terá um código associado (e.g., Portugal = Q45); wdt: que faz a ponte para o acesso direto às propriedades no Wikidata e finalmente o esquema RDF, que continua a ser declarado como rdfs:. À imagem das queries anteriores, possuímos uma operação WHERE, em que ?site wdt:P31/wdt:P279* wd:Q839954 pretende utilizar um caminho de propriedade para encontrar instâncias (P31) e subclasses (P279*) da entidade “sítio arqueológico” (Q839954). A vantagem de obter estes dados é não nos cingirmos apenas a sítios arqueológicos na nossa consulta, mas aos seus eventuais tipos e especificidades, ainda que estes possam não ter esta informação. O próximo passo é retirar as localizações geográficas wdt:P17 wd:Q45, filtrando-se apenas sítios localizados em Portugal (Q45) usando a propriedade “país” (P17). A obtenção de labels é realizada por rdfs:label ?siteLabel, obtendo-se assim o nome que está associado ao sítio arqueológico e filtrando para que estes se encontrem em português através de FILTER(LANG(?siteLabel) = “pt”).

Uma das principais diferenças face às queries anteriores está patente na utilizações de operações OPTIONAL, que podem ou não retornar resultados. Assim, para se obter as divisões administrativas, quando estas estão disponíveis, foi utilizado o bloco:

```

?site wdt:P131 ?location .
?location rdfs:label ?locationLabel .
FILTER(LANG(?locationLabel) = "pt")

```


Este recupera a divisão administrativa (P131) onde o sítio se encontra e adiciona-a aos dados requisitados anteriormente. Finalmente, a mesma lógica é aplicada quando queremos obter coordenadas geográficas – ?site wdt:P625 ?coordinates. É extremamente importante que estes resultados não possuam valores duplicados, pelo que é utilizada a operação DISTINCT, e assim agrupados – através de GROUP BY – e ordenados por ordem alfabética dos nomes de sítios arqueológicos – por ORDER BY ?siteLabel.

site	siteLabel	locationLabel	coordinates
Q1648469 3	Abrigo Pinho Monteiro	Esperança	Point(-7.211653 39.162617)
Q3311870	Abrigo do Lagar Velho	Santa Eufémia e Boa Vista	Point(-8.73525556 39.75539167)
Q1697039 0	Abrigo rupestre da Pala Pinta	Carlão e Amieiro	Point(-7.394484 41.308844)
Q6681349 5	Abrigo rupestre da Solhapa	Duas Igrejas	Point(-6.377662 41.463306)
Q9561342	Abrigos rupestres do Regato das Bouças	Passos	Point(-7.27912831 41.47046458)
Q9580078	Achados arqueológicos das Fontainhas		

QUERY 4 – TIPOS DE ARQUEOLOGIA – WIKIDATA

PREFIX wd: <http://www.wikidata.org/entity/>
 PREFIX wdt: <http://www.wikidata.org/prop/direct/>
 PREFIX rdfs: <http://www.w3.org/2000/01/rdf-schema#>

SELECT DISTINCT ?subclass ?subclassName WHERE {
 ?subclass wdt:P279 wd:Q23498 ;
 rdfs:label ?subclassName .

FILTER(LANG(?subclassName) = "en")
 }
 ORDER BY ?subclassName

Fig. 4 Query para encontrar as subdivisões temáticas da disciplina.

Muito embora a quarta query seja simples, as suas implicações podem ser profundas, dado que questionamos quais são os tipos de arqueologia que podem ser extraídas da web semântica. Assim, é fundamental obter todas as subclasses (P279) da entidade “Archaeology” (Q23498). Isto será o primeiro passo para compreender o que se entende por um tipo de arqueologia e se isso embate nas convenções da disciplina. De resto, os resultados são novamente filtrados, agora para língua inglesa e os nomes das subclasses são apresentados por ordem alfabética.

4. Resultados

Como pudemos verificar, as diferentes queries apresentadas permitem-nos debater temas bastante variados. A primeira questiona o que é que preliminarmente, no entendimento dos dados na Web Semântica, se entende por uma entidade ser classificada como sendo arqueológica. Neste caso, debate-se em termos dos profissionais e, especialmente, a nível

de indivíduos. Aqui, os resultados obtidos podem ser interpretados de várias maneiras, sendo que existe uma camada que é facilmente observável: a força da arqueologia a título individual reside na capacidade de reconhecimento e associação com outras propriedades. Não é assim estranha a presença de arqueólogos como Gordon Childe (https://dbpedia.org/page/V._Gordon_Childe) ou Jacketa Hawkes (https://dbpedia.org/page/Jacquetta_Hawkes), dados os seus contributos para a disciplina de um modo global. No entanto, mais do que estes dados revelarem a presença de personagens disruptivas, no essencial, reportam-se mais a arqueólogos que se encontram mais ligados a um grande número de propriedades. Aqui, e este é um aspecto relevante para compreendermos o que está em causa quando pensamos numa lógica de redes, são precisamente as ligações entre entidades e propriedades que farão emergir pessoas classificadas como arqueólogos. Deste modo, a presença de praticantes de arqueologia provenientes do século XVIII e XIX são bastante comuns (e.g., https://dbpedia.org/page/Auguste_Le_Pr%C3%A9vost) dado que se encontram conectados a múltiplas áreas do saber e, portanto, a mais propriedades. De facto, quando debatemos os primórdios da arqueologia e o que significa ser-se arqueólogo (Nilsson Stutz, 2018), este tipo de pesquisas apontam-nos para um caminho claro: que a ligação eclética de saberes abona ao estatuto de arqueólogo, dado que aumenta a sua presença na web semântica e, por consequência, da capacidade de ser analisado.

Já a segunda query direciona-nos para um conjunto de bases de dados arqueológicas, que se encontram catalogadas na DBpedia. Entre os resultados obtidos, encontramos sistemas que se dedicam à cartografia (Archaeological Map of Egypt), a temas específicos, como é o da escravatura (Archaeological Archive of Comparative Slavery) ou ainda dedicados à preservação e acesso a textos antigos, como é o caso do Cuneiform Digital Library Initiative e o Electronic Text Corpus of Sumerian Literature. De facto, esta query permite juntar no mesmo espaço um conjunto heterogéneo de iniciativas que, de outro modo, seria difícil de implementar, dada a sua natureza. Bases de dados como o Archaeological Data Service são repositórios feitos para a preservação de dados em longa duração, enquanto que o Arachne se foca em artefactos arqueológicos e o Archaeological Recording Kit para o registo de informação proveniente de escavações. Claro que tudo isto comporta limitações, especialmente a nível de metadados e a análise de pormenor, que permita compreender particularidades mais específicas. Mas mais do que isso, este tipo de queries, tal como a anterior, faz-nos questionar a própria ontologia dos termos a pesquisar: o que define uma base de dados arqueológica? Isto dependerá essencialmente do modo como estão construídas as conexões na DBpedia e como os especialistas as classificaram. Este é um tema premente a que serão dedicados trabalhos no futuro.

Já para obter resultados sobre sítios arqueológicos em Portugal, a terceira query produz 868 entradas em 21 segundos, podendo ser uma via para realizar análises exploratórias com um elevado grau de eficiência. Muito embora esta query tenha sido desenhada para propósitos gerais, a sua capacidade de ser customizada é enorme, podendo-se obter outras dimensões relacionadas com estes sítios que aumentem a sua contextualização espacial e histórica. Cada link redireciona-nos para a página correspondente na Wikidata que possui todo um conjunto de informação adicional. Podemos, por exemplo, saber quais os nomes pelo qual um sítio arqueológico é também conhecido; conseguimos compreender quais os seus ID's associados, seja o CNS, o ID associado ao SIPA ou a distintas associações; podemos verificar a que instâncias a que pertence, entre muitas outras operações. Ao utilizarmos este recurso podemos complementá-lo com as informações do Portal do Arqueólogo

e vice-versa, pelo que consideramos este tipo de operações como sendo potencialmente proveitosas.

A última query faz-nos questionar o que se entende pela divisão da arqueologia e das suas eventuais sub-áreas. Como é perceptível, estas não são apenas temáticas mas igualmente geográficas e sociopolíticas, onde o conhecimento arqueológico se dividiu em diferentes segmentos. Os debates contemporâneos sobre a colonização, o género e o racismo tornam-se ainda mais latentes quando vemos divisões como *Queer Archaeology* ou *Archaeology and racism*. Existe igualmente alguma granularidade a nível de especificidades (e.g., *Archaeology of Pemba Island*), o que nos indica que existe um esforço adicional na digitalização desse tema em específico. Por outro lado, este tipo de análises permite-nos criar todo um conjunto de intersecções (e.g., *Aviation Archaeology* poderá ser relacionado com *military history* (Q179149)). Finalmente, as taxonomias, sendo orgânicas, podem gerar inconsistências, uma razão fundamental para que os arqueólogos se dediquem a rever os resultados provenientes da Web Semântica.

5. Conclusões

Com este artigo optámos por oferecer um quadro geral e conceptual no que toca à Web Semântica e a sua utilização para a disciplina, especificamente através de algumas queries experimentais. Existe ainda muito potencial para desvendar o quão este tipo de análises pode impactar a arqueologia (Sylaiou & alii, 2025). Como foi visível, a dimensão das temáticas pode ser extensamente personalizada, o que é um ponto a favor para a versatilidade dessas propostas. Assim, a comunidade científica pode fazer-se munir de uma metodologia que atravessa temas, cronologias, espaços e a fronteira entre o analógico e o digital.

6. Bibliografia

- BINDING, C.; MAY, K.; TUDHOPE, D. (2008) – Semantic Interoperability in Archaeological Datasets: Data Mapping and Extraction via the CIDOC CRM. *Advances in Databases and Information Systems*. [S.l.]: Springer, pp. 280-291.
- DUCHARME, B. (2013) – *Learning SPARQL: Querying and updating with SPARQL 1.1*. [S.l.]: O'Reilly Media.
- HOGAN, A.; BLOMQUIST, E.; COCHEZ, M.; D'AMATO, C.; DE MELO, G.; GUTIERREZ, C.; KIR-RANE, S.; LABRA GAYO, J. E.; NAVIGLI, R.; NEUMAIER, S.; NGONGA NGOMO, A.-C.; POLLERES, A.; RASHID, S. M.; RULA, A.; SCHMELZEISEN, L.; SEQUEDA, J.; STAAB, S.; ZIMMERMANN, A. (2021) - *Knowledge graphs. Synthesis Lectures on Data, Semantics, and Knowledge*, 22, pp. 1-237.
- HYVÖNEN, E. (2012) – *Publishing and Using Cultural Heritage Linked Data on the Semantic Web*. [S.l.]: Morgan & Claypool.
- KATSIANIS, M.; BRUSEEKER, G.; NENOVA, D.; MARLET, O.; HIVERT, F.; HIEBEL, G.; ORE, C.-E.; DERUDAS, P.; OPITZ, R.; ULEBERG, E. (2023) – Semantic Modelling of Archaeological Excavation Data. A review of the current state of the art and a roadmap of activities. *Internet Archaeology*, 64.
- NILSSON STUTZ, L. (2018) – A Future for Archaeology: In Defense of an Intellectually Engaged, Collaborative and Confident Archaeology. *Norwegian Archaeological Review*, 51(1-2), pp. 48-56.
- PREUCEL, R. W. (2021) – The Predicament of Ontology. *Cambridge Archaeological Journal*, 31(3), pp. 461-467.
- SYLAIYOU, S.; TSIFODIMOU, Z.-E.; EVANGELIDIS, K.; STAMOY, A.; TAVANTZIS, I.; SKONDRAS, A.; STYLIANIDIS, E. (2025) – Redefining Archaeological Research: Digital Tools, Challenges, and Integration in Advancing Methods. *Applied Sciences*, 15(5), p. 2495.

